

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

O ANJO BOM E O ANJO MAU
(Um estudo sobre identidade (s) prostitucional (ais) no Recife)

ELIZABETH ALCOFORADO

SETEMBRO, 1999

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

A banca examinadora abaixo relacionada aprovou, por unanimidade, no dia 04 de novembro de 1999 a Dissertação de Mestrado apresentado por Elizabeth da Silva Alcoforado sob o título **O ANJO BOM E O ANJO MAU** – Um estudo sobre identidade (s) prostitucional (ais) no Recife.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Paulo Henrique N. M. Albuquerque
Presidente/Orientador

Dra. Lilia Maria Junqueira
Titular interno PPGS

Dra. Anita Aline de Albuquerque
Titular Externo – CCSA/UFPE

Eu como prostituta
Sou mulher vivida
Na experiência sexual
E cega quando o meu corpo está em jogo
Vista BRUTALMENTE pela sociedade
Vista BELA para o porto.

Ester Ribeiro

Á Ana Vasconcelos,
por ter me ensinado chegar até às mulheres
e amá-las com tanta intensidade.

AGRADECIMENTOS

Elaborar uma dissertação é um trabalho árduo, detalhista, contraditório, às vezes fácil, às vezes impossível. Chegar aos agradecimentos considero um momento de fogo, é olhar para trás e perceber a quantas mãos este produto foi elaborado. E, mesmo sabendo da missão impossível que é listar todos que contribuíram para a realização deste trabalho, acredito que este desafio vale a pena. Destaco apenas que, no caminhar da divulgação do mesmo, os agradecimentos que faltarem serão complementados.

À minha mãe e a minha família pelos aplausos silenciosos. O resultado está aí e é nosso.

A meu pai(in memoriam), pelo investimento intelectual de tantos anos.

A Paulo Henrique, pelas orientações permeadas de avanços e retrocessos, afinal, o momento de cada um surge e inspiração não se enquadra em tempos.

A Anita Aline, pelo apoio como amiga e co-orientadora. Nossos debates somaram enormemente na elaboração deste trabalho que hoje partilho com você.

A Silke Weber, pela atenção que dispensou às minhas solicitações de apoio teórico, suas observações foram imprescindíveis no redirecionamento deste trabalho.

Aos amigos de mestrado, Sérgio, Lenivaldo, Suzana, Remo, José Alcântara, pelo ambiente de companheirismo construído nesses anos. Sem dúvida, marcamos a história do mestrado, dando um caráter mais alegre à academia. A Mário Lima, Marcos Figueiredo e Miriam, pelas trocas de conflitos, fundamentais para eliminá-los

A Ricardo Raposo, no seu “tempo da delicadeza”, por tudo que aprendemos juntos.

Ao Prof^o José Carlos Wanderley, pelo profissionalismo na resolução das questões burocráticas do PPGS e pelo companheirismo que se revelou no transcorrer desses anos.

A Lucinha, Albenise e Cláudio pela gentileza com que dispensaram as burocracias do PPGS.

A Tiburtino e Eduardo, pelo carinho e pelos cafés.

A Marquinho, bibliotecário, pelo cuidadoso trabalho na viabilização dos livros que contribuíram para a reflexão deste trabalho.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro necessário à dedicação ao curso.

Aos meus companheiros de casa, Evanildo, Joana e Mana, pelo apoio necessário ao enfrentamento deste trabalho. Os incentivos diários e as críticas sábias foram a pedra de toque para esta conclusão. A Eliane Duarte, pelo estímulo constante e as chamadas realistas nos momentos de dispersão. Ao Zé Roberto, pelo carinho com que se dedicou à leitura e discussão das primeiras versões deste trabalho.

A Rose, pelo apoio terapêutico, no enfrentamento de um trabalho marcado por vidas tão contraditórias.

A Jandira Guerra, pelo constante incentivo, pela transcrição fiel do material coletado e por ter partilhado comigo das vidas das mulheres que cruzam a ponte diariamente, na escuta cuidadosa do material de pesquisa.

Ao prof^o Jorge Alves, pela revisão do trabalho final, num espaço de tempo tão exíguo.

À equipe do Novo Mundo, pela compreensão às minhas ausências profissionais. Dividir academia e assessoria não foi um trabalho fácil.

A José Carlos, educador de rua, que muito me ensinou e que comigo mergulhou neste grande mistério que é a Rio Branco.

Aos atores do grupo de convivência, taxistas, garçons, flanelinhas, ambulantes, donos de bares e boêmios, por dedicarem

parte do seu tempo, revelando-me a Rio Branco de ontem e de sempre.

E, sem dúvida, às mulheres, que abriram suas vidas, seus quartos, seus sonhos, seus eus, o seu lado da ponte, na esperança de que eu pudesse revelá-las verdadeiramente. Espero que este trabalho as fortaleça, “anjos”, estejam do lado de cá ou de lá da ponte.

RESUMO

Este trabalho teve como propósito compreender a(s) formação(ões) identitária(s) das mulheres que sobrevivem da prostituição, objetivando verificar a dicotomia identitária – o anjo bom e o anjo mau – e de que forma concorreria para a formação do processo político organizativo dessas mulheres.

A efetivação do estudo tomou como parâmetro a definição de identidade social, concebida a partir de um processo dinâmico em que o sujeito se conhece e é reconhecido socialmente. Dessa forma, as atividades estruturantes dos agentes na elaboração e produção das representações e identidades demonstram que os indivíduos pensam e representam o mundo mediante referências gestadas no social.

Na busca de compreender das significações sociais, que compõem essa construção identitária, aportamo-nos nos estudos acerca do campo representacional como forma de adentrarmos nesse dúbio mundo vivido pelas mulheres prostitutas, como anjos bons e anjos maus.

Delimitamos como unidade de análise as prostitutas inseridas no foco prostitucional da Rio Branco, área situada na parte histórica da cidade do Recife, como locus privilegiado, histórico e socialmente reconhecido da prostituição.

ABSTRACT

The purpose of this work was to understand the formation of women who make a living with prostitution, looking to see if the dichotomy identity – good spirit and the evil spirit – would affect the formation of these women’s organisational political process.

The study was made using the parameter defining the social identity originating from a dynamic process where the subjects involved knew each other and were socially recognised. In this way the structural activities in the elaboration and production of these representations and identities would show what they think of and how they represent the world according to the references created within social contact.

In the search and comprehension of social meanings which form this identity, a focus was made around the representative field as a catalyst to reach this dual world experienced by the prostitute women while playing the good and evil spirit roles.

Analysis was limited to the prostitutes at Rio Branco, “red light area”. Located in the Old Town of city of Recife, historically and socially known for prostitution

APRESENTAÇÃO

O referido trabalho é um estudo acerca do processo de formação identitária vivido pelas mulheres que praticam a prostituição na área central do Recife, especificamente, na zona Rio Branco. Assim, procuramos apreender se há relação entre construção identitária e o processo político organizativo das mulheres.

Tomamos como parâmetro para a construção do trabalho a definição de identidade social elaborada por Pierre Bourdieu, que a concebe a partir de um processo dinâmico em que os sujeitos se reconhecem e são reconhecidos socialmente. A partir desta noção, percebemos que as atividades estruturantes dos sujeitos, na elaboração e produção das representações e identidades, demonstram que as mulheres pensam e representam o mundo a partir de referências sociais.

Para compreendermos o foco prostitucional Rio Branco como campo representacional, respaldado em Serge Moscovici e Cornelius Castoriadis, na perspectiva de entendermos esse mundo dicotômico vivido pelas mulheres, tomando como referência espacial a ponte.

A **introdução desta dissertação** versa a respeito dos procedimentos metodológicos da pesquisa indica, num primeiro momento, como ocorreu a construção da identidade da pesquisadora num local no qual já eram desenvolvidas ações com as mulheres dentro de uma perspectiva preventiva, a qual diferia do propósito da pesquisa. Aludimos, neste capítulo, à proposta de pesquisa qualitativa e ao envolvimento participativo e observador da pesquisadora como critérios para apreendermos aspectos que não são revelados na entrevista direta. No final, apresentamos os limites e possibilidades do método no enfrentamento desta pesquisa.

O **capítulo primeiro** consta de uma exposição teórica sobre identidade visto que a mesma se apresenta como objeto de estudo desta dissertação. A princípio, apresentamos uma visão histórica do conceito de identidade social, iniciando no século XVIII até a contemporaneidade. Como trabalhamos com a identidade social como representação, focamos como autores Serge Moscovici e Cornelius Castoriadis, para compreendermos a formação do campo representacional da prostituição. E, por fim, destacamos a vivência de manipulações de identidades situacionais utilizadas pelas prostitutas, tomando como referência o contexto das entrevistas e grupos de discussão.

No **segundo capítulo**, a proposta é traçar o panorama da prostituição, contemplando sua origem, as visões ideológicas atribuídas a essa prática e à sexualidade feminina e por fim, colocamos em destaque a situação da prostituição em Recife. Com relação à prostituição na cidade do Recife, selecionamos como campo de análise a zona Rio Branco. Detalhamos a formação desse espaço socialmente reconhecido como foco prostitucional; apresentamos ainda o saudosismo dos boêmios que freqüentaram a zona nos seus tempos áureos até seu processo de revitalização, iniciado sob alegação da Prefeitura e comerciantes locais de transformar o bairro num espaço de empreendimento turístico. Damos destaque nesse capítulo ao processo de formação do primeiro grupo de discussão, em cujo respaldo institucional estava a ONG – Casa de Passagem. Mostramos como, a partir das discussões criadas, o processo de dicotomização vivido pelas mulheres, como anjos bons e maus, foi se revelando a ponto de tornar-se indicador referencial desta pesquisa.

Por fim, apresentamos a prostituição na visão dos teóricos da matéria, desfilamos as correntes de pensamento que fazem a leitura do fenômeno prostitucional, dando-nos condições de perceber a multiplicidade de olhares sobre a prostituição.

Nos **capítulos terceiro e quarto**, realizamos a leitura sobre a prática prostitucional na busca de entendermos as significações que permeiam e dão visibilidade à prostituição. Para melhor entendimento, subdividimos esse capítulo em quatro sub-itens. Num primeiro momento, fazemos alusão ao contexto de gênese do processo prostitucional vivenciado pelas mulheres. Explicitamos aspectos da vivência antes da prostituição, destacando a constituição familiar, percorremos a trajetória de vida das informantes e finalizamos com a dialética casa e rua, como foco central para a ruptura entre o mundo privado (casa) e o mundo público (prostituição). No segundo e terceiro itens, partimos da análise do cotidiano prostitucional que é espaço privilegiado na formação da identidade das mulheres, destacando o cotidiano na zona, a percepção das práticas exercidas, o significado de “vender as carnes”, a percepção da prostituição a partir das relações sem afeto, a visão da prostituição enquanto prática profissional e prática aviltante socialmente e os valores e códigos construídos no focus de prática. No desdobramento dessa análise, ainda procuramos identificar aspectos mais relacionados à prostituição que conduziram ao processo de auto-reconhecimento social. Entre eles apontamos: a visão das prostitutas sobre a zona, destacando o que existe de positivo e negativo na práticas sexuais; as estratégias com clientes, as experiências em outros *focus* prostitucionais e a administração financeira. No quarto momento, evidenciamos a relação entre alter, amores e organização, na busca de entendermos o processo político de organização das mulheres, avaliando a validação da hipótese que orienta este estudo.

Na **conclusão**, além de ampliarmos a análise dos principais assuntos discutidos, expomos alternativas de implantação de um trabalho que respalde o processo de organização das mulheres.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO- CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

a) Atravessando a ponte: Assim nasceu a pesquisadora.....	01
b) Limites e possibilidades do método.....	05

Capítulo 1 - IDENTIDADE: IMAGENS DA PROSTITUIÇÃO

1.1- O imagético da prostituição	14
1.2- Identidade, identidades - uma noção em construção.....	26
1.3- A identidade como campo de representação.....	32
a) Prostituição: representação imaginária e identidade.....	32
1.4 - Multiplicidade identitária: o anjo bom e o anjo mau	38

Capítulo 2 – RECIFE : RETRATO PROSTITUCIONAL

2.1 Prostituição - Indicadores históricos e fenômeno local.....	44
2.2 Ideologia, sexualidade e prostituição	46
2.3 A prostituição como elemento visível da sociedade recifense	49
2.3.1 - A zona Rio Branco: Confinamento ou higienização da prostituição	56
a) O cenário: Rio Branco.....	56
b) O olhar saudosista sobre a prostituição.....	62
2.3.2 - O grupo e o espaço da fala	72
a) As vaginas gigantes.....	72
b) O clã prostítucional	79

Capítulo 3 – COTIDIANO DA PROSTITUIÇÃO

3.1- Trajetória: da casa à prostituição.....	86
a) O contexto familiar: iniciando a ruptura biográfica.....	87
b) Trajetória de vida	90
c) A dialética casa e rua.....	96
3.2 Cotidiano como espaço de construção de identidades.....	99

Capítulo 4 – SEXO, COMÉRCIO E IDENTIDADE

4.1- Puta, identidade ou circunstância.....	110
4.1.1 - Sexo, grupo de convivência e reconhecimento social da prática	122
a) Troca de carinhos	123
b) Violência e maturidade do cliente.....	123
c) Valoração da mulher a partir do outro.....	124
d) Bens e serviços.....	124
4.2- O alter, amores e organização	135
a) As noivas do porto.....	137
b) O reconhecimento social e a organização das mulheres	140

CONCLUSÃO	142
BIBLIOGRAFIA	147

INTRODUÇÃO

CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

INTRODUÇÃO

CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

a) - Atravessando a ponte: Assim nasceu a pesquisadora

O meu contato com as mulheres da prostituição não surgiu exclusivamente pela pesquisa que ora realizo. Nossos vínculos foram selados há dez anos, quando iniciava a graduação em Serviço Social. Sendo levada a realizar um trabalho acadêmico que retratasse algum problema social, eu, junto com outros estudantes, optamos por discutir a questão da prostituição no centro do Recife. Iniciamos o trabalho visitando algumas áreas mais conhecidas e destinadas a essa prática profissional: rua da Palma, Pracinha do Diário, a boate Sul Drink's e, finalmente, a Rio Branco. Os contatos mantidos com as mulheres das áreas da Palma, Pracinha do Diário e Sul Drink's destoaram do mantido na Rio Branco. Isso no que diz respeito à forma organizativa, status profissional, aceitabilidade da equipe e também pela questão da faixa etária.

No caso da Palma, as mulheres desenvolvem a prostituição denominada “trottoir”, ou seja, os contatos com os parceiros acontecem nas ruas. A exposição à qual as mulheres estavam “submetidas” produzia nelas uma certa agressividade frente à nossa equipe. Primeiro, pelo fato de não terem confiança na equipe, nesse momento éramos os “estrangeiros” do “pedaço”; segundo, pela própria peculiaridade do trabalho. Como elas necessitam disputar abertamente o cliente, não poderiam “perder” tempo dando entrevistas.

As freqüentadoras da Pracinha do Diário eram mais novas, algumas adolescentes, recém-saídas da rua e ingressas na prostituição. O uso de drogas - no caso a cola de sapateiro - ainda fazia parte do contexto delas, demonstrando a ligação com a prática de ex-menina de rua.

No Sul Drink's percebemos a sofisticação de boates típicas do sudeste. Shows de strip-tease, sexo grupal, camas redondas, luzes néon, etc. A nossa permanência foi breve, visto que nossa equipe era eminentemente formada por adolescentes e o vigilante não queria comprometer-se. Após tirarmos as fotos necessárias, realizamos a entrevista fora da boate.

Já as pertencentes à Rio Branco apresentavam um grau de organização elevado, sem falar no nível de esclarecimento maior acerca da sua posição como prostitutas. O bordel que visitamos era o mais conhecido e antigo da Rio Branco, chamava-se Chanteclair Drink's. O mesmo estava situado na rua principal do Recife Antigo, na avenida Marquês de Olinda. Um prédio com quatro andares e com imensas escadarias que ligavam um andar ao outro. Na sua entrada estava escrito Bem-Vindo em vários idiomas. No salão principal havia uma sala ampla e arejada que continha várias mesas, uma radiola de ficha, um bar com uma respeitável variedade de bebidas. Na extensão final da sala, existia um quarto contendo uma cama de casal, estando dispostos duas toalhas e sabonete, organizados de forma a apresentar-se com as disposições de toalhas encontradas nos motéis convencionais. O quarto contava também com um banheiro, que, embora em condições de uso, já apresentava o desgaste do prédio.

No segundo e terceiro pisos, encontramos alguns quartos que serviam para programas. E, finalmente, o quarto piso, cujo acesso se deu por uma escada comum, visto que a escadaria que o ligava ao terceiro havia caído. Nele moravam algumas prostitutas, as

mais antigas e de ligação maior com o dono do bordel. A sensação que tivemos, ao passarmos de um piso ao outro, era cinematográfica, lembrava filmes de terror. As escadarias gemiam, indicando o tempo arquitetônico do prédio. O desgaste podia se ver pelos cupins que ornamentavam o teto.

Depois do “tour” realizado pelo casarão, voltamos ao primeiro piso e, com a Sandra, prostituta que nos assessorava naquele momento, iniciamos a nossa entrevista, buscando identificar os fatores que a levaram à prostituição, riscos com o trabalho, relação com a família, relação com os clientes, cafetão, perspectiva de vida, etc. Para surpresa do grupo e, em especial, para a minha, fomos questionados por Sandra a respeito do motivo por que todos os anos os estudantes faziam pesquisa desse tipo lá e não davam retorno do trabalho, nem sequer para informar a nota que receberam. Essas palavras soaram para mim como uma chamada para sermos mais responsáveis com os nossos exercícios acadêmicos, que normalmente têm relevância apenas até o momento da avaliação.

Na realidade, a Sandra nos alertava para os questionamento feitos por Brandão(1985) quanto à postura do opressor e/ou de quem o representa, ou seja, “(...)_são sempre os oprimidos e os contestatórios que são identificados, analisados, quantificados e programados de fora (...) São sempre aqueles que detêm o saber e o poder social que, com o auxílio dos instrumentos científicos, determinam unilateralmente o que, como e quando deve ser pesquisado e que decidem sobre o destino a ser dado ou o uso a ser feito dos resultados da pesquisa. Os grupos “observados” não tem nenhum poder sobre uma pesquisa que é feita sobre eles e nunca com eles.”(Oliveira, 1985 In: Brandão, 1985:18)

O grupo se comprometeu a dar o retorno do trabalho, levar as fotos tiradas, enfim, informá-la de quanto valeu a nossa atividade e as impressões obtidas pelos outros estudantes no momento da apresentação.

Contudo, esse tipo de retorno ainda ficava a desejar porque algo deveria ser feito com essas mulheres, talvez alguma política de atendimento deveria ser implementada. Esses questionamentos conviveram comigo por um bom tempo. A partir dali, um novo vínculo foi criado. Não me sentia apenas como estudante em busca de nota. O atravessar a ponte conferia a mim uma entrada num novo mundo, onde o limite não era possível. Num mundo de transgressão. Utilizando as palavras das mulheres, eu fazia o trajeto inverso, ou seja, era o anjo bom que atravessava a ponte para conhecer os anjos maus.

A partir daí, comecei a ser identificada como a “repórter” e era apontada pelas mulheres quando passava nos seus espaços. Para minha surpresa, um ano após, soube da abertura de uma instituição - Casa de Passagem - que se prestava a trabalhar com “as meninas e **mulheres** que ninguém quer”(grifo nosso)¹, como sabiamente disse uma trabalhadora rural.

Não hesitei e fui colocar-me à disposição como voluntária. O fato de ser tão adolescente quanto as meninas com quem trabalhava, colocava-me numa situação ambígua: ao mesmo tempo em que parecia um tanto com as meninas, no que se refere a não dimensionar perigo, a ser curiosa, por outro lado, necessitava crescer “a carbureto”, afinal de contas, naquele momento, exercia o papel de “tia”. Era divertido, instigante e, poder-se-ia dizer, desafiante. Estava iniciando meu processo de formação profissional. Os testes foram muitos e, mesmo estando trabalhando com outras pessoas da área de Serviço Social já formadas, as mesmas não conseguiram passar pelos inúmeros testes que as meninas nos colocavam. Resultado: tive que assumir o setor de Serviço Social sozinha, quando ainda necessitava de uma boa base teórica para tal investida. Durante esse período em que assumi o Serviço Social, realizei várias visitas domiciliares e, nesse momento, voltei a entrar em

¹ - Vasconcelos, Ana – SOS Meninas, Editora CEPE, Recife, 1990.

contato com as prostitutas, em sua maioria mães das adolescentes com as quais trabalhava. Estava restituído o laço. A instituição possibilitaria respaldo para um trabalho sistemático com essa população.

A Casa de Passagem cresceu, ficou conhecida internacionalmente, vivenciou oscilações, eu concluí o curso e assumi a coordenação dos grupos operativos com adolescentes e mulheres que viviam da prostituição no Pina e na Rio Branco.

b)- Limites e possibilidades do método

A construção do trabalho científico leva-nos pesquisadores a entrar em contato com sua onipotência. Achamos, de início, que podemos explorar ao máximo a temática escolhida até esgotá-la, que podemos resgatar o que há de extraordinário, original, único, ou seja, descrever todos os elementos captáveis pela nossa lente do saber intelectual. No entanto, deparamo-nos com o real concreto (tempo e apreensão teórico-prática), o que nos leva a enveredarmos pela via do possível.

Uma imagem bastante significativa durante as primeiras entrevistas levou a trabalhar dentro de um limite possível de elaboração científica. Numa das entrevistas, uma informante falou: “Sabe o que diferencia a gente de você? É porque a gente abraça o mundo com as pernas”(Júlia, 28 anos). Essa imagem representacional de abraçar o mundo com as pernas, indicando as práticas sexuais com parceiros de várias nacionalidades, demonstrando a onipotência percebida pela prostituta, fez perceber que a diferença estava posta. Não seria possível apreender, ou melhor, abarcar uma gama de informações para esse tempo específico de elaboração teórica. Estudar a construção identitária das mulheres que sobrevivem da baixa prostituição, relacionando com seu processo político organizativo,

utilizando como unidade de análise dois núcleos prostitucionais, a saber, Pina e Rio Branco, mediante análise comparativa, não levaria a lugar algum. Até porque os processos organizativos em núcleos prostitucionais não estavam ocorrendo na cidade do Recife, e sim em outras capitais nordestinas. A impossibilidade de desenvolver um trabalho de cunho comparativo devido aos limites financeiros da pesquisa, levou a redirecionar por completo a proposta metodológica em estudo. A idéia original da pesquisa seria então, utilizar do método comparativo e observacional. O primeiro “ procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similitudes entre eles” (Gil: 1994:35) e o segundo refere-se ao processo de entendimento dos fenômenos sociais numa relação “face a face”.

Ao invés de seguir o estudo comparativo entre os núcleos prostitucionais localizados como unidade de pesquisa, resolvi centrar meus estudos apenas no bairro denominado Recife Antigo. A escolha deveu-se a quatro motivos: primeiro, esta área, por estar localizada nas proximidades do Porto do Recife, serve de campo privilegiado à prostituição. Sem falar que a prostituição, socialmente aceita no Recife, teve origem nesta área específica, quando polacas e francesas eram trazidas para os grandes bordéis que dividiam espaço com o comércio local, para o desfrute sexual da aristocracia pernambucana. Segundo, pela própria riqueza histórica e reconhecimento social desta área como sendo “locus” destinado à prostituição, facilitando com isso a identificação das praticantes. Terceiro, pelo fato de as adolescentes e mulheres que freqüentam esta área se denominarem “abertamente” como prostitutas, visto que sua exposição em ruas, bordéis e bares locais confere uma identidade visível, diferente das adolescentes e mulheres de outras áreas que se denominam garotas de programa e/ou mulheres de programa. De acordo com Gaspar (1985), no livro intitulado *Garotas de Programas: Prostituição em Copacabana e*

Identidade Social, esse termo indica mulheres que estabelecem condutas sexuais não morais e, por si, estigmatizantes ou também prostitutas. ‘Fazer programa’ - acrescenta ela - ‘define uma relação efêmera e descompromissada em oposição à relação estabelecida com a ‘mulher para casar’(Gaspar, 1985 In: Lemann-Carpzov, 1994:9) Sem falar que, na hierarquia prostitucional, a garota de programa é colocada num patamar superior àquele que simplesmente se denomina prostituta; e, por fim, a escolha desse núcleo ocorreu devido à acessibilidade que mantinha com essas adolescentes e mulheres, uma vez que coordenava, através de uma organização não governamental (ONG), um trabalho de prevenção da AIDS e DST’s em áreas de prostituição, estando a Rio Branco - localizada no bairro do Recife Antigo - incluída como campo privilegiado de atendimento.

A interação com os atores sociais em seus contextos próprios possibilitou a apreensão de fenômenos que não poderiam ser identificados num processo simples de entrevistas e de categorização de variáveis(Mynayo, 1994)

Identificados e corrigidos os percalços metodológicos, inicio nosso mergulho nesse “Rio Branco”. Como a pesquisa priorizou uma construção e análise qualitativa dos dados, como “um instrumento importante para o estudo da interação entre os indivíduos”(Richardson, 1985:175), procurei utilizar as técnicas básicas para esse tipo específico de investigação científica.

A pesquisa de base qualitativa vem tomando um papel de destaque nas ciências sociais. O não enquadramento de determinados dados em aspectos quantitativistas vem conduzindo os cientistas a optarem pela qualificação dos dados. No caso específico da pesquisa em face, a opção foi direta, uma vez que determinados aspectos da vida, conduta, rotina e construção identitária das adolescentes e mulheres que sobrevivem da prostituição teriam que ser mais aprofundados, levando-me a interpretações que fugiam do dado real,

objetivo. Diante desse fato, assegurando a construção e a análise qualitativa, operationei o estudo mediante a pesquisa participante, utilizando técnicas que conferiam condições de explorar os aspectos mais tênues e relevantes para o estudo. (Brandão, 1985)

Dentre as técnicas utilizadas, empreguei a observação participante, a entrevista dirigida, a entrevista semi-estruturada ou aberta e contatos esporádicos com o universo que abrangia o que chamo de grupos de convivência.

Objetivando abranger e explorar os aspectos mais significativos, a observação participante ocorreu no que denomino de núcleo ou espaço de convivência das informantes. Foi visitado e observado, o bar que serviu de referência para a realização das entrevistas - Franc's Bar -; vale destacar a importância que foi manter esse espaço como referência, pois a credibilidade que as informantes têm na dona deste bar, uma antiga prostituta da área e que atualmente, além de gerenciar seu bar, oferece serviços como cafetina, facilitou enormemente o desenvolver da pesquisa.

Outros espaços também serviram de campo de observação, visto que precisei conhecer mais diretamente a trajetória das mulheres nesse “locus” prostitucional. Dessa forma, bares, boates, bordéis, lanchonetes e pequenas pensões fizeram parte da observação.

Dentro de um rigor científico segui os caminhos da construção do conhecimento encarando a pesquisa como ato de conhecimento que “tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta.”(Freire, 1971 In: Brandão, 1985)

Paralelamente às leituras teóricas, informações de fontes como jornais, revistas, artigos diversos que versavam acerca da temática contribuíram para melhor compreender o que era percebido após cada contato mantido.

Após os primeiros contatos, início as entrevistas que, num primeiro momento, seguiram um roteiro previamente estabelecido. Nesse roteiro, pontuamos aspectos que revelavam a percepção das informantes acerca da sua prática, do seu corpo, da sua sexualidade, da sua compreensão do espaço público e privado, da sua noção de cidadania, da sua rotina em campo prostitucional, da sua noção de organização política, do seu comportamento sexual e, por fim, a sua noção acerca da origem num campo tradicional e/ou de exclusão, buscando identificar a relação de sua origem para o processo de construção identitária no espaço prostitucional.

Num segundo momento, as entrevistas passaram a ocorrer dentro de um contexto aberto. Esse espaço serviu para aprofundar algumas informações que não ficaram claras durante as respostas seguidas pelo roteiro, como também para entender e aprofundar assuntos que surgiam, ligados à vida na prostituição (espaço profissional) ou ao contexto doméstico (casa, família, filhos, etc). Consideramos de grande relevância a abertura desse espaço, o qual conferia um maior nível de confiabilidade entre pesquisador e pesquisado.

Partimos para a pesquisa em campo, definindo que as entrevistadas seriam inicialmente em número de vinte e, como critério de seleção, utilizamos como parâmetro as adolescentes e mulheres que haviam freqüentado os grupos operativos de saúde desenvolvidos pela Casa de Passagem sob a minha coordenação. Contudo, verificamos que, após algumas entrevistas, o nível de resposta começou a apresentar uma certa homogeneidade, não diferindo e não acrescentando aspectos novos. Frente a essa percepção, resolvemos delimitar um número menor de entrevistas, totalizando 13 informantes e abrimos espaço para um novo grupo de informantes, pessoas que direta ou indiretamente fazem parte da rede prostitucional.

Essa segunda parte da amostra foi composta principalmente por homens que usufruíam da prostituição. Contamos com a participação de taxistas, donos de bares, educadores de rua, flanelinhas, policiais e boêmios, num total de 06 informantes. Como nos utilizamos de depoimentos trabalhados na pesquisa de Servy Madureira, para traduzir a visão dos boêmios e para diferenciar o material dessa pesquisadora do nosso, passamos a identificar todos os boêmios que entrevistamos.

Esse segundo grupo possibilitou uma complementação do estudo, enriquecendo a pesquisa com sua visão sobre prostituição. Para esse grupo específico, um novo roteiro de pesquisa foi elaborado, o qual visava entender a relação mantida entre eles e a prática da prostituição, assim como entender a visão deles sobre a identidade fragmentada dessas mulheres: o anjo bom e o anjo mau.

No entanto, muitas foram as dificuldades no processo de pesquisa. Dilemas permearam o início das entrevistas, e aspectos como a minha participação em uma entidade que oferecia serviço às mulheres, ao invés de servir como fio condutor, inviabilizou os primeiros contatos. Inicialmente, percebemos que os encontros semanais com as adolescentes e mulheres, as visitas noturnas, as frequentes distribuições de preservativos realizados antes da pesquisa, contribuiriam enormemente para a que o acesso e a pesquisa em campo poderia se realizar num tempo hábil que possibilitaria uma finalização do trabalho num período menor.

Ledo engano, a minha presença na área prostitucional era permeada por uma representação institucional muito forte. As informantes conheciam a coordenadora de grupos operativos e não a pesquisadora. Isso levou meus encontros a serem vistos como espaço de extensão da instituição da qual fazia parte. Como descolar a coordenadora da pesquisadora? Como estudar a construção identitária das mulheres? Fazia-se premente a

construção da minha identidade enquanto pesquisadora perante as mulheres. A cada encontro exigiam de mim postura de coordenação, eram-me cobrados atendimentos individuais, atendimentos grupais, encaminhamentos médicos, reclames acerca do comportamento do educador de rua, escassez dos preservativos, não confiabilidade no trabalho da instituição com a qual eu ainda mantinha um vínculo profissional. Para se ter uma idéia da necessidade que as informantes tinham de dar continuidade às discussões grupais, um espaço num determinado bordel foi cedido para que se realizassem os famosos grupos operativos de saúde. De início, acreditei que poderia através desse espaço, possibilitar o aparecimento da pesquisadora e dei início às discussões sobre saúde. Contudo, ao terceiro encontro, percebi que cada vez mais estava me envolvendo numa teia de relações que não resultaria num trabalho de pesquisa. Então, o limite teve que ser concreto: dissolvi o grupo, explicando o meu papel naquele momento e passei a participar do cotidiano das informantes de uma outra maneira.

Essa roda viva levou-me a construir efetivamente a minha identidade como pesquisadora. Mostrar que naquele momento eu estava afastada da ONG e não as havia abandonado como era recorrente no discurso da instituição, quando justificada a minha ausência nas áreas prostitucionais. Houve por parte das informantes um jogo de força muito grande para perceber de qual lado eu estaria: do lado da instituição ou do lado delas. O meu afastamento da instituição e a minha posição neutra às críticas, principalmente, aquelas dirigidas para a instituição deixavam as informantes em posição de teste para comigo.

Durante os primeiros meses, essa batalha teve que ser travada de forma a pesquisadora aparecer. Passei a freqüentar quase que diariamente a área mostrando que não iria interferir no trabalho do educador de rua, que não iria colocar-me nem de um lado nem do outro, até porque este não era o meu propósito de pesquisa e, como por “encanto” o

espectro da instituição sucumbiu, fui demitida. Agora, poderia dizer livremente: não pertenço mais, meu vínculo é com a universidade, lá não se tem trabalho com prostituição. A proposta de trabalho é a pesquisa.

A partir daí, um novo rumo foi dado à pesquisa e, com a ajuda da dona do Franc's Bar, que cedeu seu estabelecimento comercial para que as entrevistas fossem realizadas durante o período da tarde e com o assessoramento de Mary, uma prostituta que havia desenvolvido um trabalho como educadora de rua, informando e orientando as adolescentes e mulheres acerca da AIDS e DST's, o contato com as informantes foi mantido e as entrevistas eram agendadas de acordo com a disponibilidade das mesmas.

Como critério ético-profissional, os depoimentos apresentados nesta pesquisa, embora realizados com prostitutas que desenvolvem sua prática em campo aberto e que se denominam “abertamente” prostitutas, visando resguardar a identidade pessoal das mesmas, não declinarei seus respectivos nomes, utilizei nomes fictícios ou, como elas denominam, nomes de guerra ou batalha para identificar os depoimentos realizados.

Dentro da proposta metodológica, não irei incorrer em censura nos depoimentos das mulheres, lançarei mão da linguagem coloquial e dos códigos utilizados no espaço privilegiado do porto. Garantindo a fidelidade das respostas, trabalharei os depoimentos dentro da construção semântica e sintática das entrevistadas, contornando, quando possível, as repetições para tornar os discursos mais fluentes para o leitor.

CAPÍTULO I

IDENTIDADE: IMAGENS DA PROSTITUIÇÃO

IDENTIDADE: IMAGENS DA PROSTITUIÇÃO

1.1- O imagético da prostituição

Os estudos que têm como enfoque a prostituição estão em sua maioria centrados em duas formas de abordar tal temática. Primeiro, como objeto de estudo de si mesmo, no qual a dinâmica de alguns teóricos se inclinam a especular acerca das causas, das funções sociais e das perspectivas da prostituição na sociedade moderna ou para analisá-la enquanto atividade prática, evidenciando aspectos peculiares a essa atividade como: “*estratificação interna, padrões de controle de trabalho, padrões de recrutamento e de mobilidade na ocupação*”(Freitas, 1985:09). Segundo, como aspecto de um tipo especial de comportamento - o comportamento desviante.

Renan Freitas(1985), em seu estudo, aponta os enfoques teóricos pelos quais a prostituição e seu comportamento, em particular, vêm sendo estudados no Brasil. Dentre esses enfoques encontramos: a tradição mertoniana, que discute a prostituição na perspectiva de Anomie Social; a tradição culturalista, que correlaciona a prostituição a um tipo de inadequação cultural; e, por fim, a tradição interacionista, que se debruça sobre o estudo do “processo de construção de identidades e de carreiras marginais”(Freitas, 1995).²

Dentre os teóricos contemporâneos, destacamos Gilberto Velho (1982) como sendo o que melhor descreveu como essas tradições teóricas fomentaram os estudos acerca do comportamento desviante no campo científico.

²- Freitas, Renan Springer de. Op. Cit., pp. 10.

No que diz respeito à análise e compreensão do comportamento desviante, percebe-se que na literatura acadêmica esse fenômeno pode ser lido numa perspectiva patológica, assumindo a mesma característica, porém abrangendo uma dimensão maior, ou seja, do individual para o social.

De acordo com a interpretação tradicional, o desviante é visualizado a partir de uma perspectiva médica, a qual distinguia o “são do “insano”. Dessa forma, caía sobre o indivíduo a responsabilidade pelos atos, comportamentos ditos anormais. *“Assim certas pessoas apresentariam características de comportamento ‘anormais’, sintomas ou expressão de desequilíbrios e doenças. Tratar-se-ia, então de diagnosticar o mal e tratá-lo”*(Velho:1982:11).

A partir do conceito de anomie, trabalhado por Merton podemos compreender a base de sustentação do comportamento desviante. Segundo Merton, *“A análise funcional concebe a estrutura social como ativa, como produtora de novas motivações que não podem ser preditas sobre a base de conhecimento dos impulsos nativos do homem. Se a estrutura social restringe algumas disposições para agir, cria outras. O enfoque funcional, portanto, abandona a posição mantida por várias teorias individualistas, de que as diferentes proporções de comportamento divergente, nos diversos grupos e estratos sociais, são o resultado acidental de proporções variáveis de personalidades patológicas encontradas em tais grupos e estratos. Ao invés, tenta determinar como a estrutura social e cultural gera pressão favorável ao comportamento socialmente desviado, sobre pessoas localizadas em várias situações naquela estrutura”* (Velho, 1989:12).

Nos seus estudos, Merton enfatiza a influência que a estrutura social e cultural exerce na construção de um “comportamento desviante socialmente”. Partindo do

pressuposto de que a sociedade possui objetivos e meios determinados e que são regulados por um código cultural, cabe a integração perfeita para que o todo social funcione bem.

Porém, percebemos que nem sempre os objetivos culturais e as normas institucionais funcionam adequadamente. A ocorrência desse fato incorreria numa “sociedade doente” e “mal integrada”, em situação de anomie.

O grande salto qualitativo da análise de Merton concentra-se no redirecionamento do fenômeno do desvio da perspectiva patológica individual para a social.

“Em resumo, o grau de anomie de um sistema social é indicado pelo grau de falta de acordo a respeito das normas que se julgam legítimas, com sua concomitante incerteza e insegurança nas relações sociais.”(Merton, 1967). A falta de consenso geraria crise nas expectativas de comportamento, impedindo o funcionamento “normal” da sociedade” (Velho, 1989:15).

O redirecionamento do estudo do desvio, focando a sociedade e a cultura, possibilita a reinterpretação do fenômeno mediante a ótica da sociologia e da antropologia; no entanto, a leitura realizada ainda centrava no indivíduo as razões para o comportamento desviante.

O enfoque na cultura como locus de compreensão do fenômeno - comportamento desviante - ocorreu de forma limitada, uma vez que outros fatores sócio-políticos e econômicos não foram contemplados para a análise do tipo desviante.

Outros estudos acerca do comportamento desviante (grupo interacionista) buscam a explicação para o desvio no processo de relação entre o indivíduo e o grupo. Ou melhor, *“a noção básica é que não existem desviantes em si mesmos, mas sim uma relação entre atores(indivíduos e grupos) que acusam outros atores de estarem consciente ou inconscientemente quebrando com seu comportamento, limites e valores de determinada situação sociocultural” (Velho, 1989:23).*

O desvio dentro dessa ótica seria a consequência da aplicação por outrem de regras e sanções ao transgressor. A infração das regras estabelecidas por grupos sociais inseridos num mesmo sistema sociocultural é o que origina o comportamento desviante.

As contribuições levantadas para a análise do comportamento desviante, hoje, requerem a aceitação do inter-relacionamento entre os fenômenos psicológicos, sociais, biológicos e culturais, evitando com isso, o isolacionismo numa área específica que possibilitaria apenas uma leitura limitada do fenômeno.

Dentro da perspectiva de Gilberto Velho, o desviante “é um indivíduo que não está fora de sua cultura mas que faz uma ‘leitura’ divergente. Ele poderá estar sozinho (um desviante secreto?) ou fazer parte de uma minoria organizada. Ele não será sempre desviante. Existem áreas de comportamento em que ele agirá como qualquer cidadão ‘normal’. Mas em outras áreas divergirá, com seu comportamento, dos valores dominantes” (Velho, 1989:27).

Percebemos que o estudo do comportamento desviante nos leva necessariamente a uma leitura da estrutura social, ou seja, se aceitamos que o comportamento desviante é resultado de ações individuais, que não corresponde a uma dinâmica social existente, estaremos nos baseando numa estrutura social harmônica, a qual funciona mediante a inter-relação das partes (um todo orgânico). Porém, se analisarmos a sociedade mediante uma perspectiva histórica, percebemos que esse estado de equilíbrio não tem espaço. O conflito, o antagonismo, o movimento dialético é que faz a realidade mover-se dentro de uma dinâmica própria.

“O sistema social, organizado e eficiente, não é suficientemente abrangente para dar às diversas categorias sociais diferentemente situadas no sistema de estratificação, um sentido comum às normas e valores. Posições sociais desiguais geram interesses e necessidades também desiguais” (Espinheira, 1984:17).

A expansão do estudo do comportamento desviante, numa perspectiva de leitura divergente da sociedade, deu um novo realce aos fenômenos estudados. Tomando o raciocínio de Gey Espinheira(1984), a divergência se firma nas sociedades como mecanismo de mudanças que não encontrando alternativa nos padrões de conduta vigente, busca preencher necessidades emergentes de determinadas circunstâncias sociais, em coerência com a realidade que as produz.

O comportamento divergente, analisado dentro de uma perspectiva mais geral, assume um caráter de inovação, porém, em virtude do padrão normativo vigente, não consegue se firmar ou expandir-se.

De acordo com essa discussão, percebemos que a análise social com base no estado de equilíbrio da sociedade não passa de um artifício metodológico e analítico, visto que não corresponde a realidade. O tão desejado estado de harmonia que, de acordo com a funcionalidade adequada de cada ator, resultaria numa sociedade equilibrada e sem conflitos, não passaria de uma perspectiva estrutural funcional, que não levaria em consideração o processo histórico e a influência dos atores sociais na construção da realidade social.

A realidade é múltipla e antagônica e o desvio faz parte integrante dessa estrutura social. *“O sistema social não é uma entidade consciente que reage contra as pressões que se opõem ao sistema de valores institucionalizados, mas um conjunto de forças antagônicas que dão movimento ao contínuo processo de mudanças, ou seja, de que fazem parte integrante - característica e produto - tanto os padrões aberrantes como os divergentes que não são meras disfunções mas, sobretudo, comportamentos que complementam vazios que jamais poderiam ser preenchidos pela conformidade e pela*

ordem” (Espinheira, 1984: 20). Existe, desse modo, uma coerência interna entre as formas comportamentais e o sistema social que as geram.

As sociedades, utilizando-se de seus códigos normativos, buscam reorganizar as divergências, incorporando-as como nova forma de conduta. Esse tipo de estratégia administrada pelo sistema normativo visa, acima de tudo, conter esses comportamentos, impedindo-os de se transformar em fatores de desagregação e de levar a sociedade para o estado de anomie estudado por Merton.

“Divergentes são todos os comportamentos que, de uma forma ou de outra, não seguem os padrões normativos, implicando, contudo, em necessária transgressão, que pode, entretanto, ocorrer, criando alternativas não validadas pelo sistema de valores, adotados por um grande número de pessoas isoladamente ou em agrupamento, formando, muitas vezes, comunidades características em que a divergência com relação a determinados padrões assume o lugar da própria ordem normativa, formando subculturas próprias e envolventes” (Espinheira, 1984:29).

A prostituição, como comportamento divergente, cria suas normas, que são legitimadas pelas suas praticantes, assumindo um código próprio. A sub-cultura criada nos espaços prostitucionais não se restringe apenas aos comportamentos sexuais, mas uma rede de relações sociais criada pelo estado de divergência e do isolacionismo, fruto do estado de segregação imposto pela sociedade “maior”.

A diferença primordial do comportamento prostitucional está relacionada ao sistema de conduta sexual. Essa se afasta completamente do padrão construído pelo sistema judaico-cristão, do qual o ocidente recebeu total influência. A conduta sexual idealizada pela cultura judaico-cristã impõe que se separe a prática sexual com vistas ao prazer da prática sexual reprodutiva. Dessa forma, toda relação sexual sem fins de reprodução seria negativa, o resgate do lado positivo dessa prática acontece no momento em que ocorre a reprodução (o fruto bom) (Paiva, 1990).

Através do entendimento do processo de purificação e sacralização da cultura judaico-cristã, podemos perceber o hiato criado entre conduta sexual prazerosa e conduta sexual reprodutora. *“Aquilo que é exclusivo da mulher(enquanto corpo natural) só é eventualmente “sagrado” enquanto ela se separa para a fecundação. O que é apenas do homem(a capacidade de fecundar) é só eventualmente impuro”. O ato sexual prazeroso é impuro para os dois; a relação corporal, de duas naturezas, do eu com o outro, entre o homem e a mulher, é impura. Sagrado é apenas o seu produto: a vida”* (Paiva, 1990:57).

Na prática prostitucional, a procriação encontra um espaço contraditório, pois, se por um lado a gravidez impossibilita a prostituta de manter sua frequência de trabalho, por outro a leva a uma situação de ambigüidade, uma vez que o processo de gravidez permite conciliar representações bastante díspares, ou seja, o “fruto bom”(bebê) num corpo “mau”(sua situação como prostituta). A gravidez em prostitutas apenas vem desmistificar o código de mulher má, colocando-a em pé de igualdade com qualquer mulher com possibilidades de gestar e parir. O que passa também pelo que Vera Paiva(1990) chama de processo de sacralização da cultura judaico-cristã.

Essa ideologia chegou ao ocidente e foi enquadrada dentro do sistema normativo do casamento. Dessa forma, o casamento passou a ser a instituição legitimadora da prática sexual tendo por vista os fins reprodutivos. O distanciamento da prática sexual para outros fins que não o reprodutivo denota uma conduta desviante da norma estabelecida. O casamento é tido como referência para o exercício da conduta sexual legitimada e prestigiada. As relações extraconjugais, especialmente aquelas mantidas com prostitutas, mulheres que prestam serviços sexuais, são tidas como algo negativo, ou seja, distante do modelo ideal/bom.

Luciana Caravelas (1993) no seu estudo enfatiza a diferença entre o sexo com fins procriativos e o sexo como interação social. Para ela, a sexualidade, dentro da instância social, ideologiza o sexo, a ponto de rotular as modalidades sexuais em anormais e normais, delimitando de forma implícita a vivência da sexualidade para as diferentes classes sociais. Condicionam-se, então, as diferentes práticas e significações que essas práticas exercem quando realizadas no espaço privado (sexo dentro de casa) e público (sexo fora de casa com prostitutas).

“Em vista disso, muitos homens evitam determinada prática sexual com sua esposa, uma vez que, na nossa sociedade, foram socializados aprendendo que com o cônjuge não se deve realizar fantasias sexuais, nem expô-los aos seus desejos ‘não coitais’, pois o sexo ‘não normal’” deve ser feito com prostituta.” (Caravelas, 1993:39).

A prostituta nesse cenário entra como escape e mantenedora da moral sexual da sociedade. A garantia da ideologia moral do casamento, virgindade, prazeres e procriação passa a ser assegurada em parte pela prática prostitucional.

No entanto, percebemos que as condutas sexuais livres das normas legitimadas socialmente são fato comum nas sociedades. O casamento, como instituição, não limita a prática extraconjugal, evidenciando que a monogamia nas sociedades é uma falácia. E que, apesar de a prostituição representar um comportamento divergente do que é estabelecido pela sociedade, caracterizando-se como comportamento indesejado e ameaçador aos costumes, a mesma persiste. O esforço social em controlá-la e/ou extingui-la não conseguiu tal proeza.

Um outro fato que contribui para a mudança do comportamento sexual masculino está relacionado aos avanços obtidos pelas mulheres, no que é denominado de revolução sexual. A década de sessenta traz no seu bojo mudanças no comportamento feminino. A descoberta da pílula, a dissociação da prática sexual com fins procriativos e a

investida nas práticas sexuais com fins prazerosos impõe um redirecionamento no comportamento sexual de ambos os sexos (Giddens, 1993).

Com a revolução sexual o corpo adquire uma nova significação, assumindo uma conotação como produto de marketing. Se, no início do capitalismo, o corpo foi coberto como estratégia de minimizar o desejo, visando a maximização do lucro, hoje ele é desnudo como forma de maximizar o desejo e o lucro. A prostituição, frente ao incremento do capital, aprimora suas estratégias, sofisticando sua prática como alternativa de se manter no mercado informal. “ *A prostituição não pode, desse modo, ser vista como um fenômeno que está interferindo no processo social, mas como parte desse mesmo processo que a gerou e a mantém*” (Espinheira, 1984:34). Como foi descrito pela leitura dos interacionistas, a prostituição, como comportamento divergente, cria no seu espaço cotidiano códigos, valores, regras, linguagens, percepções, padrões que a legitimam como subcultura.

No seu livro, *O que faz o Brasil, Brasil*, Roberto DaMatta (1989) explicita a divisão existente na vida social brasileira: o mundo da casa (privado) e o mundo da rua - “*onde está teoricamente, o trabalho, o movimento, a surpresa e a tentação*”(DaMatta, 1989:23). Na visão do autor, há, nesses espaços, movimentos diferenciados, cabendo a rua a movimentação impessoal, racional e a casa a tranquilidade, compreensão, que são controladas por códigos morais estabelecidos.

No caso das prostitutas, estas, embora realizem no seu cotidiano uma reinvenção dos mundos público e privado - privatizando com sua prática o espaço público (bordel/rua)- , ainda conseguem manter no seu discurso a referência de família, casa etc, construída pelo padrão burguês. É comum, entre nosso público alvo de pesquisa, a negação

e/ou omissão para os seus familiares da sua prática noturna. Isso percebemos também com relação à troca dos nomes, evitando que sua identidade original seja revelada.

O espaço casa (privado), de acordo com DaMatta(1989), assume um contexto de “sagrado”, no qual as relações são estabelecidas e mantidas com base em preceitos morais e as hierarquias estabelecidas entre idade e sexo respondem à necessidade de salvaguardar as tradições familiares.

“Como espaço moral importante e diferenciado, a casa se exprime numa rede complexa e fascinante de símbolos que são parte da cosmologia brasileira, isto é, de sua ordem mais profunda e perene” (DaMatta, 1989: 27).

Se a casa se apresenta “quase” como um santuário, não cabendo nesse espaço posições contrárias, a rua apresenta-se como locus exclusivo para a luta, a competição, o anonimato, a rivalidade e o individualismo.

Traduzindo essa divisão espacial para o domínio da sexualidade, percebemos que o exercício da sexualidade nesses espaços traduz os valores morais, ou seja, o sexo privado assume a característica de sagrado e legitimado socialmente, enquanto o sexo público, realizado com prostitutas, encontra-se no domínio da transgressão.

“(...) no Brasil, casa e rua são como os dois lados de uma mesma moeda. O que se perde de um lado, ganha-se do outro. O que é negado em casa como sexo e o trabalho - tem-se na rua. (...) Assim, se a mulher é da rua, ela deve ser vista e tratada de um modo” (DaMatta, 1989:30).

A casa(privado) e a rua(público) são, na perspectiva de DaMatta(1989), como espaços nos quais o mundo pode ser lido e interpretado. A interação das prostitutas nos seus mundos público(rua/ família, etc) e privado(bordel) contribui para o processo de troca e assimilação de fragmentos que constituem sua dupla identidade.

Além do mais, percebemos esse movimento público-privado, sua reinvenção, e a multiplicidade identitária vivenciada pelas prostitutas como reflexo de um processo

esquizoidal, no qual um único indivíduo se percebe como vários indivíduos, não encontrando dificuldade de conviver com a ambigüidade.

Percebendo a riqueza encontrada nesse movimento público e privado, assim como as relações e interações mantidas e a produção resultante desse processo, é que iremos mergulhar no dúbio contexto identitário da prostituição.

Nesta proposta de estudo, não iremos nos deter em identificar como ocorre a formação do processo de divergência vivenciada pelas prostitutas. O que nos propomos a analisar é como as prostitutas da área central da cidade do Recife constroem sua(s) identidade(s) social(is). Sabendo-se que o cotidiano vivido pelas prostitutas é permeado por relações políticas, sociais, econômicas e afetivas, propomo-nos a verificar como a ambigüidade vivida por essas mulheres, no que se refere ao modelo ideal bom e mau de mulher, interfere no seu processo identitário e como este influi na sua organização como portadoras de uma prática comum.

1.2- Identidade, identidades – uma noção em construção

Trabalhar o conceito de identidade vem levando os cientistas sociais e humanos a se depararem com uma infinidade de noções, sem que cheguem a um consenso. Devido a essa constatação é que se faz necessário percorrermos, não de forma exaustiva, sua trajetória histórica, mas pontuarmos alguns aspectos que para nossa proposta de estudo se apresenta como relevantes e para entendermos como esse termo é concebido contemporaneamente.

Etimologicamente, identidade está associada à palavra latina *identitas* (Carpzov, 1995), significando o pronome *idem* que designa o mesmo. Tomando por base a raiz etimológica, o conceito denota como característica precípua aquilo que não sofre modificações, ou seja, que se mantém o mesmo, inalterável.

No entanto, essa definição vem se modificando de acordo com o campo do conhecimento em que o termo é aplicado. Ruben (1986) contribui com seus estudos, indicando a intrinsecidade entre o valor heurístico e a intencionalidade política que permeia a teoria da identidade. Analisando historicamente como se formou a teoria da identidade, tomaremos como referência três momentos distintos: a Alemanha do século XVIII e XIX, os Estados Unidos(EUA) no início do século XX, bem como sua retomada nas ciências sociais da contemporaneidade.

O período que compreende o final do século XVIII e início do século XIX foi marcado pela influência da Revolução Francesa sobre os povos europeus e, especificamente, o Alemão. A pouca homogeneidade política dos povos alemães, aliado à expansão das idéias revolucionárias francesas apresentavam como motivos de inquietação para os intelectuais e políticos da época.

Referindo-se a Hegel, Ruben (1986) o indica como sendo o primeiro intelectual da Alemanha que sistematizou a noção de identidade social a partir dos povos alemães. Segundo Hegel, os acontecimentos provocados pela Revolução Francesa imprimiram na unidade de ligação dos povos alemães (identidade cultural, de língua e religiosa) certas transformações ou superações.

A Alemanha vivenciava um momento de ausência de vínculos de solidariedade que impossibilitava uma agregação e formação do estado nacional. Vale destacar, no entanto, que todos os estudos realizados por Hegel, para evidenciar a falta de identidade entre os povos alemães, basearam-se em situações empíricas.

Os EUA, no início do século XX, depararam-se com um intenso processo migratório que condicionou ao país uma formação social bastante estratificada. O processo migratório possibilitou ao país uma não-unidade no que se refere aos aspectos culturais, lingüísticos e religiosos, apesar dos EUA contar com uma unidade política consolidada.

A busca de uma identidade, tanto na Alemanha quando nos EUA, levou-os a caminhos opostos pois, “a identidade na Alemanha é a necessidade de uma sociedade relativamente homogênea e consolidada, embora despossuída de uma organização política única. A identidade nos EUA é a necessidade de um Estado constituído e consolidado, embora despossuído de uma sociedade relativamente homogênea”(Ruben, 1986:80).

Analisando a relação identidade e intencionalidade política, podemos concluir que, tanto em Hegel (Alemanha) como em Mead (EUA), o que se buscou, tomando como base ora o Estado, ora a sociedade, foi a minimização dos conflitos, das contradições, das diferenças comumente encontradas nos contextos sociais. A teoria da identidade, retirada dos clássicos, “apresenta-se como a teoria da unidade, como a teoria da não diferença”(Ruben, 1986:83).

Bem distante do conceito elaborado pela teoria clássica da identidade, a diferença, a multiplicidade, o contraste entra como pedra de toque na construção da identidade atual.

Porém, a noção de identidade na contemporaneidade não é um todo coeso entre os intelectuais. Frente à diversidade que esse conceito possui é que Ruben (1986) toma como parâmetro a noção de irredutibilidade e a noção de outro para dar um recorte ao conceito.

No que diz respeito à noção de outro, o autor adverte que: “A diferença principal reside no fato de que, em oposição à versão clássica, onde o “outro” é sempre um semelhante definido como simultaneamente idêntico e diferente (tanto em Hegel como em Mead), embora também próximo e necessário para a constituição de uma sociedade “unida”; na versão contemporânea, a categoria “outro” é imediatamente definida como diverso - em alguns casos também como desigual”(Ruben, 1986:86).

Quanto à irredutibilidade, essa expressa uma base específica da qual todas as sociedades seriam portadoras. A noção de irredutibilidade seria compreendida como a marca ou limite construído socialmente, dando condições da reprodução da sociedade, evitando a desagregação social. A marca se expressaria como forma de individualizar os grupos/homens, numa compreensão de diversidade social.

Os estudos de Ruben (1986) contribuem para avançar as ciências sociais, contudo sua afirmativa de que “a totalidade das proposições da teoria da identidade clássica e contemporânea são um único conjunto teórico”(1986:90), não se apresenta como consenso para os teóricos contemporâneos.

Atualmente os teóricos, admitem a noção de identidade como sendo aquela que se constrói histórica e socialmente, dessa forma não haveria um único elemento que

representasse a identidade de grupos ou pessoas, mas os processos estabelecidos em dada relação social é que comporiam a situação sine qua non para novas e múltiplas identidades.

“Diante dessa dinâmica de articulação de identidades sociais diferenciadas, é preciso abandonar qualquer enfoque de identidade que a conceba necessariamente como monolítica, única ou estável, ou ainda como dotada de existência própria”(Penna, 1994:56). Tal proposição descartaria as versões da teoria clássica da identidade apoiadas nas concepções de Hegel (Alemanha) e Mead (EUA), visto que essas teorias concebem a identidade social como fruto de um único elemento aglutinador dos indivíduos no corpo social, em detrimento de seus momentos históricos.

Retomando o conceito de identidade a partir do enfoque da diferença, percebemos como o mesmo é concebido pelas ciências sociais e em especial, pela antropologia. Inicialmente essa ciência condiciona seus estudos percebendo identidade a partir da constatação do idêntico, exótico e particular. Como pronunciou Lévi-Strauss, a antropologia condicionou seus estudos à investigação das sociedades exóticas.

Outra direção antropológica se refere à identidade como “construção da pessoa, dando-se ênfase especial à dimensão inter-relacional, onde sobressaem as categorias de “status” e de “papéis” (Carpzov, 1994: 124). Com o desenvolvimento da sociedade moderna e o aparecimento de grupos minoritários diversos, o conceito de identidade sai do campo do exótico e passa a ser evidenciado na cotidianidade das relações sociais.

Para esse estudo, optamos pela noção de identidade social compreendida como representação, ou seja, não se apresenta como unidade objetivamente extraída da realidade, mas forjada no curso

da história individual e social. A identidade enquanto sistema representacional estaria baseada nas construções simbólicas que ao mesmo tempo que interpreta, também organiza a vida social.

“No entanto, se o pensamento e as representações atuam na organização das práticas sociais - tendo assim uma ação estruturante -, são, ao mesmo tempo, estruturadas socialmente, uma vez que os esquemas de pensamento têm sua origem na sociedade, sendo ‘constituídos no curso da história coletiva ... (e) adquiridos no curso da história individual’” (Bourdieu, In: Penna 1994:60).

A construção identitária da representação necessariamente utiliza-se de um processo de classificação como instrumento de delimitar o grupo. Esse esquema de classificação orienta a apreensão do mundo como ações necessárias à imposição de poderes simbólicos. A classificação no contexto da identidade atua como diretriz do pensamento e da percepção do mundo social, contribuindo para a construção da própria representação.

Tanto a coesão (semelhança) quanto a diferenciação (diferença) são construídos mediante critérios; “... é a classificação que dá o recorte, promovendo o ordenamento (a delimitação de classes e suas relações) e a qualificação (os atributos de cada classe e sua valoração)” (Penna, 1994:61). A classificação contém a função política do sistema simbólico, uma vez que funciona mediante a classificação e os atributos como instrumentos que visam satisfazer aos interesses de grupos.

As relações simbólicas do poder, encontradas nas representações identitárias, acontecem pelo que Bourdieu considera como jogo de reconhecimento. É na dinâmica cotidiana de se mostrar, ou melhor, atribuir-se uma identidade preterida e ser percebida socialmente que leva aos homens e aos grupos vivenciarem o processo de auto-atribuição

e de alter-atribuição. A luta dos grupos/homens em busca de uma identidade específica pode convergir tanto para o reconhecimento público, como para a identidade preterida.

O processo de organização social em torno de uma identidade única ocorre comumente quando se faz necessário criar o limite, em dada situação de conflito, entre os nós/eles "... criando simbolicamente uma unidade em torno de interesses (materiais e/ou simbólicos) ou mesmo de um projeto comum (Penna, 1994: 157).

Essa união/comunhão na formação da organização de um grupo, contudo, não significa que existe uma homogeneidade, em que as diferenças internas do próprio grupo tenham sido dissipadas, mas uma união estratégica em torno de um adversário comum. No jogo de reconhecimento, o grupo é levado a assumir uma representação simbolicamente homogeneizante. O processo vivenciado pelos grupos na organização de classificações comuns gera a marca do grupo, proveniente de acordo tácito que possibilita os indivíduos e os grupos a vivenciarem os processos de exclusão e inclusão e, conseqüentemente, a definição de posições sociais: nós e eles.

"A diversidade de classificações possíveis dá margem para um uso maleável de identidades, de modo que pode se estabelecer uma certa hierarquia, articulando-os em identidades mais abrangentes, capazes de englobar mais exclusivos que, em outro nível, se apoiaria entre si (cf. Penna, 1994:64).

Vale destacar, no caso da prostituição, que ocorre o jogo de construção de representações de sua identidade, ou melhor, que fatores concorrem para o grupo assumir tal identidade ou omiti-la.

1.3 – A Identidade Como Campo de Representação

a) Prostituição: Representação Imaginária e Identidade

Neste debate teórico, recortaremos como enfoque a identidade socialmente construída, ou seja, a identidade que, mediante o processo de elaboração, criação e superação, se constitui e se traduz através das significações sociais.

A aproximação e entendimento da(s) identidade(s) prostitucional(is) serão possíveis de apreensão mediante o estudo das significações sociais construídas entre as adolescentes e as mulheres prostitutas em consonância com seus grupos de convivência.

A prática da prostituição possui peculiaridades que não estão dadas no real concreto e sim no real abstrato. Além do que a prostituição, como formadora de uma subcultura criada nas relações sociais cotidianas entre as prostitutas e seu(s) grupo(s) de convivência(s), só poderá ser decodificada com a leitura dos símbolos construídos nessa mesma subcultura.

Para este estudo, buscaremos apoio teórico nos estudos das representações sócio-imaginárias trabalhadas por Serge Moscovici e Cornelius Castoriadis.

Serge Moscovici (1976), psicólogo social francês, foi o primeiro teórico que na formulação do conceito de Representação Social vislumbrou a possibilidade de redefinição dos problemas e conceitos trabalhados pela psicologia social. Sua proposta era dar um novo direcionamento social à psicologia social norte-americana e britânica, que trabalhavam numa perspectiva individualista.

A crítica à tradição americana respaldou-se no entendimento de que a proposta da psicologia social, no estudo dos processos individuais que sofreram influências

imaginárias ou reais de outros indivíduos, não era abrangente para dar conta de uma análise numa perspectiva social e/ou coletiva.

“Além disso, não importa apenas a influência unidirecional dos contextos sociais sobre os comportamentos, estados e processos individuais, mas também a participação deste na construção das próprias realidades sociais” (Sá, 1993:20).

O aporte sociológico utilizado por Moscovici teve por base o conceito de representação coletiva elaborado por Émile Durkheim. A sociedade compreendida na lógica durkheimiana se apresentava como uma realidade ‘sui generis’, sendo evidenciada pelos fatos sociais que nada mais são do que representações coletivas. As representações que Moscovici(1976) inclinou-se a estudar diziam respeito às formuladas na sociedade presente, cujo aspecto político, científico e humano estão em profunda construção, e não sociedade primitivas, objeto dos estudos de Durkheim. Essa principal diferença influiu para a elaboração de um conceito da Representação Social distanciado da perspectiva sociológica durkheimiana.

“Na perspectiva psicossociológica de uma sociedade pensante, os indivíduos não são apenas processadores de informações nem meros ‘portadores’ de ideologias ou crenças coletivas, mas pensadores ativos que, mediante inumeráveis episódios cotidianos de interação social, ‘produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções específicas para as questões que se colocam a si mesmo’ (Sá, 1993:28).

Porém, vale ressaltar que nem todos os sentimentos e pensamentos partilhados referem-se à representação social.

Na definição clássica de representação social, Moscovici a concebe como *“uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e comunicação entre indivíduos”*(Moscovici, 1976:23).

No seu estudo, Moscovici (1984) destaca a importância dos universos de pensamentos para a formação da representação social. Para ele, o universo reificado é o que

concentra a ciência, o pensamento erudito, a organização e concatenação hierárquica do conhecimento; e o universo consensual é, na perspectiva de Sá(1993), o locus privilegiado para “*as atividades intelectuais da interação social cotidiana pelas quais são produzidas as representações sociais*” (Sá, 1993:28).

Na psicologia clássica, as representações serviam como intermediárias entre a percepção e o conceito, para Moscovici existe uma relação intercambiável entre a percepção e o conceito. Sistemáticamente, a representação pode ser visualizada como:

Representação= figura/significação

Dentre os processos básicos de elaboração da representação social estão a objetivação e a ancoragem. A objetivação consiste em “... *duplicar um sentido por uma figura, dar materialidade a um objeto abstrato, naturalizá-lo*” (Sá, 1993: 34). Enquanto a ancoragem tem a “*função duplicar uma figura por um sentido, fornecer um contexto inteligível ao objeto, interpretá-lo*” (Sá, 1993: 34).

A representação teria a função de tornar simbólico algo que não está no presente, dando-lhe sentido (pensamento conceptual), assim como, através da atividade perceptiva, recuperar o objeto dando-lhe concretude icónica, figurável e tangível.

Jodelet (1984), contribuindo com a expansão do conceito de representação social, define os processos de ancoragem e objetivação com maior detalhamento. Para a autora, “ancoragem, um dos dois processos formadores da representação social, consiste na integração cognitiva do objeto representacional - sejam idéias, acontecimentos, pessoas, relações etc - a um sistema de pensamento social preexistente e nas transformações implicadas” (Jodelet, 1984: 37).

A esse processo de ancoragem estão coligados dois mecanismos: a classificação, que nada mais é que a adequação de um objeto a um determinado paradigma,

esse entendido como conhecimento científico elaborado, previamente contido na memória e a denominação, que consiste em retirar as ‘coisas’ do processo de anonimato, ou seja, tornar familiar algo que ainda não o é.

Por sua vez, a objetivação, na concepção de Jodelet, “consiste em uma ‘operação imaginante e estruturante’, pela qual se dá uma ‘forma’ - ou figura - específica ao conhecimento acerca do objeto, tornando concreto, quase tangível, o conceito, ‘materializando a palavra’” (Jodelet, 1984: 39).

Partindo para compreender a noção trabalhada por Cornelius Castoriadis(1982) no campo do simbólico representacional, percebemos que os pontos de ajuste desse conceito estão centrados nas concepções do simbolismo e das significações imaginárias.

Para Castoriadis tanto a sociedade quanto suas instituições são compreensíveis mediante uma rede simbólica.

“As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constitui cada qual sua rede simbólica”(Castoriadis, 1982: 142).

As organizações da sociedade só existem dentro do contexto social, mediante um sistema simbólico sancionado. Esses sistemas objetivam a ligação dos símbolos (significantes) a significados (representações, ordens, significações). Porém, o simbolismo não determina o conteúdo da vida social, ou seja, não origina o social. O que ocorre é que o conteúdo social, para ser visualizado e/ou expresso necessita de recorrência a símbolos.

Uma das características primordiais do simbolismo é sua capacidade de autonomização na sociedade, isto quer dizer que as significações desprendem-se da realidade institucional, “*substituem a própria realidade e são tomadas como se fossem ela*”.(Gomes, 1995: 44).

“A autonomização do simbolismo institucional constitui, assim uma ‘verdade’ que se torna referência última e imprescindível, inclusive do ponto de vista da sua superação. Além disso, a autonomização fundamenta-se como sancionado, normativo, e faz do simbólico o discurso de ‘autoridade’ sobre a realidade social, criando identidades entre as significações, os significantes e o real percebido e pensado” (Gomes, 1995:45).

A autonomização das significações constitui um discurso que é exterior ao sujeito, fora dele e por ele. O componente essencial do simbólico e de todo simbolismo é o imaginário. Castoriadis(1982) conceitua imaginário: *“... quando queremos falar de alguma coisa ‘inventada’- quer se trate de uma invenção ‘absoluta’(‘uma história imaginada em todas as suas partes’), ou de um deslizamento, de um deslocamento de sentido, onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações que não suas significações ‘normais’ ou ‘canônicas’ ...)”*(Castoriadis, 1982:154).

O imaginário é algo inventado, tanto numa situação de invenção absoluta quanto de deslocamento de sentido que se separa do real, visando substituí-lo. Entre o imaginário e o simbólico existe uma relação de dependência, ou melhor, o imaginário utiliza-se do simbólico para exprimir-se e para existir - o que lhe confere um novo lugar passando do virtual a algo mais. As imagens encontradas nas fantasias representam sempre outra coisa, possuindo uma função simbólica, assim como, o simbolismo pressupõe a capacidade imaginária. Dito de outra forma, *“pressupõe a capacidade de ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é”*(Castoriadis, 1982:154).

Outro ponto de relevância para o estudo dos fenômenos simbólicos é o processo de indeterminação das significações imaginárias sociais. Essas podem ser apresentadas mediante a sobredeterminação dos símbolos ou em função da sobressimbolização do sentido. A primeira corresponde a ligação de vários significados a um único significante e a segunda a ligação de um significado a vários significantes/símbolos.

Por fim, Castoriadis(1987) percebe a instituição da sociedade imbuída e constituída por significações que dão coesão à vida social. O que ele designa de significações imaginárias da sociedade, definindo-as como: *“significações que impregnam, orientam e dirigem a vida daquela sociedade e todos os indivíduos concretos que, corporalmente, a constituem. (...) Tais significações imaginárias sociais são, por exemplo: espíritos, deuses, Deus, pólis, cidadão, nação, partido, mercadoria, dinheiro, capital, taxa de juros, tabu, virtude, pecado, etc. Mas também: homem/mulher/criança, tais como são especificados numa sociedade dada. Para além das definições puramente anatômicas ou biológicas, homem, mulher e criança são o que são mediante as significações imaginárias sociais que os fazem ser assim”* (Castoriadis, 1987:231).

Concluindo a nossa explanação acerca do campo representacional, ressaltamos que as similitudes encontradas entre representação social e imaginário social, no que se refere ao aspecto conceitual de apresentação das representações, como elemento para pensar, como comportamento para agir e pela sua capacidade de comunicação entre os homens, podemos inferir que esse arcabouço teórico poderá contribuir na compreensão das significações criadas nos espaços prostitucionais no que se refere à prática em sim mesma, na compreensão do espaço prostitucional enquanto locus de organização/associação e como fragmentos para a construção da(s) identidade(s) prostitucional(ais).

1.4 - Multiplicidade identitária: O anjo bom e o anjo mau

As mulheres, na vivência do seu cotidiano, estabelecem um limite – a ponte – como parâmetro para elaboração das suas identidades. Ao atravessar a ponte em sentido contrário ao porto possibilita às prostitutas a reinterpretação da sua prática. Como a grande maioria das entrevistadas tem casa, família, convívio comunitário, isso garante a

representação de novos papéis como de mãe, vizinha, filha, etc. Desta forma, para cada situação vivida, as mulheres interpretam uma identidade específica para o momento.

É comum entre as entrevistadas o ato de negarem sua prática prostitucional em outros lugares. Isto implica que já introjetaram a representação que a sociedade tem a respeito de sua prática como sendo moralmente negativa. Como estratégia de evitar o confronto com a sociedade que discrimina, rejeita e considera a prostituição abominável moralmente, as mulheres recorrem à construção de uma identidade circunstancial.

“Porque todo mundo despreza uma prostituta. Todo mundo diz ‘isso é muito feio’, despreza. Ficam falando coisa, eu não gosto não. A gente fica com raiva” (Grupo de discussão).³

Nos grupos de discussão, a opinião quanto à negação da sua prática foi unânime. O assumir-se prostituta como característica identitária única não faz parte do contexto e das pretensões das mulheres. Houve inclusive rejeição à prática regulamentarista que cadastrava as mulheres, conferindo um cartão para controle de saúde. O que se vê é uma negação, por completo, em espaços diferenciados da zona, da prática prostitucional.

“Onde eu moro também ninguém sabe que eu sou prostituta. Sabe, sim, que eu trabalho em casa de família. A única pessoa que sabe é minha mãe, minha tia, meus irmãos, que vai lá buscar dinheiro pra levar pra casa. Mas onde eu moro ninguém sabe. Pergunta: tu estás trabalhando? Tou trabalhando e tou com um namorado que me dá dinheiro, tudinho” (Grupo de discussão).⁴

Os estigmas criados pela sociedade maior acerca da prostituição imprimem marcas profundas nas mulheres, levando-as a se verem também pela ótica do outro. O desrespeito, a violência conferida pela sociedade têm levado as mulheres ao processo de identificação com seus pares de rotina a criar uma rede de solidariedade.

³ - Idem, mimeo maio 1994

⁴ - Idem, mimeo maio 1994

“Do lado de cá somos mais respeitada. Do lado do porto não tem tanta violência. Do lado da sociedade, principalmente dos homens, quando querem sair com as mulheres prostitutas, eles maltratam muito. Eles são muitos violentos”(Grupo de discussão).⁵

Para driblar as adversidades de uma prática vulnerável, as mulheres tendem a se solidarizar entre si para garantir a integridade física/ moral delas quando estão no espaço da zona. Ou seja, é criado um código de ética prostitucional cujos atores principais trocam símbolos comuns sobre os aspectos da garantia da não violência, invasão de espaço, excesso de bebidas, identificação de clientes perigosos, etc.

“Como também eu ficar bêbada, não vou dizer que eu não bebo, que eu não sou santa, eu estou bêbada, aí essa menina aqui fala comigo, se eu vou com malcriação para ela, chega pra mim e dizer assim: ‘Rosa, tu estás bebendo demais. Para com a bebida. Tu és uma pessoa que, quando tu estás boa, tu é legal com todo mundo, tu sabe controlar assim teu modo de ser, de conversar. A gente tá com problema, desabafa contigo, tu sabe dá conselho. Por favor, para de beber’. Então eu aceito o pedido dela, então ali já não bebo mais, certo? Vou dormir, vou andar até passar, também não vou provocar ninguém. E, a não ser isso, o que eu vou fazer? Vou discutir? Vou entrar nas tapas com uma delas, bater e levar, termino como uma inimiga, com muitas desvantagens (...)”(Grupo de discussão).⁶

No espaço prostitucional as mulheres criam hierarquia quanto à classificação dos clientes e, inconscientemente, reproduzem os estigmas quanto a qualquer desvio apresentado pelos mesmos. É comum a rejeição das prostitutas no trato com deficientes físicos, sendo vistos muitas vezes com desprezo.

“ Eu sou prostituta, mas não é porque eu sou prostituta que eu vou sair com todas as pessoas que me chama(...) Também não é assim”(Grupo de discussão).⁷

Os deficientes físicos são presas fáceis para a reprodução dos estigmas socialmente criados. No caso das prostitutas existem entre si uma certa aversão e ironia aos deficientes físicos e também uma hierarquização entre elas quanto ao envolvimento com

⁵ - Idem, mimeo maio 1994

⁶ - Idem. mimeo junho 1994

⁷ - Idem. mimeo maio 1994

deficientes, ou seja, as prostitutas que se envolvem com deficientes físicos são colocadas num patamar baixo na hierarquia prostitucional. .

“Dá pra qualquer um não. Porque não é todo homem que eu saio. Saio com quem eu quero.”(Grupo de discussão).⁸

Reforçando o estigma aos deficientes físicos, ainda encontramos:

“Se tiver um aleijado, todo troncho, não vou sair não. Tá certo que o aleijado é um pobre coitado, mas não vou sujeitar a ficar com ele não. Vai ver que até na hora “H” nem suba.... não sirva de nada” (Grupo de discussão).⁹

As mulheres conhecem perfeitamente as adversidades da prostituição, até porque, hoje, no Recife, não há prostituição como antes. As disputas por espaço, dado o aumento do contingente prostitucional, os escassos fregueses em decorrência da AIDS, das limitações financeiras e do amor livre, vêm impor uma distância entre a realidade e a desejada ascensão social via prostituição.

A percepção construída pelas mulheres com relação à prostituição coloca sua prática dentro de um contexto passageiro, visto que os ganhos não são suficientes para a garantia do dia-a-dia, e, quando existem, não são administrados visando ao futuro. A relação prostituição e dinheiro é vivenciada dentro do signo do imediatismo, visando solucionar questões diárias de sobrevivência.

“Pra mim é um sonho. Esse sonho é o seguinte, é um objetivo que a gente constrói e eu não sei se todas garotas pensam como eu, mas ele não fica pra sempre. Como vamos supor, uma viagem, um filho, um neto, um bisneto que fica fazendo herança né, fica fazendo herança. A prostituição não faz herança, chega uma certa hora que a mulher chega numa certa idade que tudo acabou”(Marília, 34 anos).

⁸ - Idem.

⁹ - Idem.

A rotina em busca da garantia da subsistência diária leva as mulheres a estarem sempre apostando em dias melhores, ou então a criarem uma rede de solidariedade para vencer a falta de fregueses.

“É horrível, tem dia que você tem o que comer, tem dia que você não tem o comer, enfim tem que se contentar, certo? (...) Se não vou encontrar minhas colegas, às vezes elas pagam comida pra mim, eu pago pra elas quando tenho. E à noite começa o inferno. De dia até que não é tanto não, mas à noite é um inferno” (Rosa, 38 anos).

Dentro dessa perspectiva da prostituição como algo que não é eterno, e, sim, realiza-se num tempo e lugar determinado, as mulheres costumam negociar sua identidade na zona com seus grupos de convivência como as cafetinas, donos de bares, policiais, taxistas. Pessoas que convivem e que fazem parte do cenário prostitucional. A passagem do mundo real (prostituição) para o mundo ideal (família, comunidades, etc) leva as mulheres a exercitarem uma manipulação identitária, criando, dessa forma, condições de se verem aceitas em ambos os espaços. Como estratégia para a aceitação das mulheres nos espaços familiares e comunitários, é freqüente a negação de sua prática prostitucional e a ascensão de novas identidades e profissões que, ao nosso ver, torna-se mais tolerável pela sociedade.

“Minha mãe não desconfiou, eu menti pra ela, eu menti pra ela quatro anos. Eu falei para ela que trabalhava num hotel em Boa Viagem, que o dono do hotel eu falei minha situação pra ele, que ele era muito legal e tava me dando aquele dinheiro. Mas, um dia, ela veio aqui e me pegou aqui, chorou muito, eu também chorei, foi difícil ela entender, mas ela entendeu” (Elis, 37 anos)

No entanto, se para a família, apesar da decepção, é possível revelar a identidade prostitucional, para os vizinhos não ocorre da mesma maneira, e todo trabalho é realizado para garantir uma identidade mais aceita socialmente. Estratégias são elaboradas pelas mulheres, garantindo desta forma a omissão da sua prática como prostituta.

“Meus vizinhos, bom, é fácil porque eu sempre cozinhei, né, sempre cozinhei. Eu sou de forno e fogão e lá onde eu moro as pessoas pedem muito para eu fazer bolo confeitado, salgados, doces, essas coisas, decorar mesa, então fica fácil. Quando eu pego a minha bolsa que eu coloco a roupa dentro que saio, eu não vou falar para os meus vizinhos, eu vou fazer bolo, mas eles sabem que eu vou trabalhar ‘a sra faz comida congelada?, ‘faço, passo a semana todinha, saio de uma casa pra outra, que os barões que mora ali em Boa Viagem gostam de comida

congelada. (...) Não para todas as pessoas, mas para aquelas mais fofoqueiras que pergunta, eu já digo isso que é para elas tá espalhando no bairro que eu sou cozinheira(...)” (Elis, 37 anos).

No exercício da manipulação identitária, as mulheres conhecem o peso dos estigmas que as prostitutas assumidas carregam perante seus diversos grupos de convivência, família, vizinhos, sociedade de maneira geral, reconhecem que é necessário criar máscaras para se verem aceitas nos diversos espaços. Controlam sua identidade frente aos espaços e circunstância que estão vivendo, vêem-se anjos bons e maus, de acordo com o lado da ponte em que estão. Tornam-se anônimas e assumidas, buscam aceitação do outro lado da ponte, vivenciando profissões que não fazem parte do seu cotidiano como: empregadas domésticas, cozinheiras, vendedoras etc. Sabem que ser prostituta é ver-se discriminadamente pela sociedade, por isso, manipulam identidades, garantindo, dessa maneira, um voltar para o porto, para serem vistas belas.

“A vida da gente é uma fantasia, uma parte é uma fantasia porque ali dentro do porto a gente está ali com aquela máscara do demônio – não é nem uma fantasia, é uma máscara mesmo. Quando a gente vem para o outro lado, já tira aquela máscara e tira aquela fantasia, tira tudo, é uma fantasia e ao mesmo tempo é uma realidade” (Grupo de discussão).¹⁰

¹⁰ - Idem. Mimeo junho de 1994.

CAPÍTULO II

RECIFE: RETRATO PROSTITUCIONAL

RECIFE: RETRATO PROSTITUCIONAL

2.1- Prostituição - indicadores históricos e fenômeno local

A prostituição, como prática sexual socialmente instituída, permeou as diversas civilizações da nossa história. Estudiosos apontam sua origem na Idade Antiga, na região da Mesopotâmia, através das duas formas clássicas de prostituição: Sacra e Hospitaleira.¹¹ A prostituição sacra dizia respeito aos rituais de reverência a Vênus - deusa do amor e da beleza; posteriormente essa forma foi substituída pela prostituição hospitaleira, que era representada pelo ato comum de oferecer as mulheres da casa aos hóspedes como expressão de cordialidade.

As idades média, moderna e contemporânea também evidenciaram a prostituição enquanto prática sexual, sendo esta expressa de formas variadas.

No Brasil, esta prática tem sua origem na época da chegada da Família Real Portuguesa,¹² com o incentivo às sociedades de danças, teatros e festas públicas.

Uma das características da atividade no Brasil, no começo deste século, é a prostituição de Zonas. A denominação Zona está correlacionada à posição geofísica das áreas de zonas portuárias, locus privilegiado para tal atividade, - visto que a concentração de navios trazendo um contingente significativo de homens, facilitava a abordagem por parte das prostitutas - ou como espaços abastados nas metrópoles. Estas áreas de zona têm como características serem afastadas dos espaços domiciliares e contarem com uma

¹¹ - Parent - Du-Chalet - História da Prostituição XIX^o século, 1981. In: Luciana Caravelas - O que os homens fazem e pensam sobre sexo. Editora Universitária, série teses universitárias, Recife, 1994

¹²- Macedo, Francisco F. - Da prostituição em geral, e em particular em relação à cidade do Rio de Janeiro: prophylaxia da syphilis. Tese apresentada à faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1872, mimeo.

rotatividade de mulheres que não são rigidamente pertencentes ou vinculadas a um determinado prostíbulo. A zona mais antiga do Brasil está localizada no Rio de Janeiro. Segundo Castro (1993), a zona do mangue, hoje denominada Vila Mimosa, serviu no século passado(XIX) como área para a prostituição de escravas e mestiças, que eram forçadas por seus senhores como estratégia de complementação de renda.

No começo deste século, com a imigração europeia para o Brasil, as prostitutas escravas foram substituídas pelas ‘polacas’ e ‘francesas’. A área do Mangue, onde está localizada a Vila Mimosa, tem relevância na história da prostituição no Brasil, pelo fato de ter sido o primeiro espaço prostitucional a aderir, nos anos oitenta, à forma associativa de cunho sindical. A investida na associação objetivava criar mecanismos institucionais de comunicação com o Estado e a sociedade organizada. (Castro, 1993)

Da mesma forma que a sociedade se organiza mediante um sistema de estratificação social, estabelecendo uma clara hierarquia entre as classes, de acordo com o status quo de cada grupo, algo assemelhado ocorre com a prática prostitucional. A prostituição, na construção das relações sociais, definiu papéis com diferenciações escalares que demonstram a reprodução hierárquica da sociedade.

“ A exemplo do sistema social, há uma nítida estratificação prostitucional, notando-se uma distinção entre diversas modalidades em que essa atividade é exercida e, também com relação ao nível social e econômico de cada uma das organizações prostitucionais e envolvidas numa extensa rede de relações comerciais das grandes cidades, diminuem os preconceitos e discriminações, tanto verbais como os de ação, e fazem da prostituta uma profissional especializada aceita mais amplamente. O mesmo não acontece em se tratando de pessoas que se dedicam abertamente à prostituição de mangue ou bem definida, que perdem os seus caracteres de individualidade para tornar-se exclusivamente prostitutas” (Espinheira, 1984:47).

A demanda, por parte dos clientes, aos serviços prestados pelas prostitutas é que define as diferentes modalidades dessa prática, tais como: trottoir, bordel, castelo, casa-de-cômodos, casa de encontro, boates etc.¹³

O Brasil, com sua diversidade regional, vem apresentando diferentes espaços prostitucionais. Com relação às zonas, apesar da expansão e modernização do comércio do sexo, estas ainda persistem no cenário nacional. Para alguns saudosistas, mesmo com a desativação das zonas e desaparecimento das ‘polacas’ e ‘francesas’, que tinham como clientes a aristocracia rural e urbana, as zonas ainda funcionam para a satisfação das classes populares, moldando-se ao contexto socio-econômico da época.¹⁴

No caso da cidade do Recife o que se verifica é a substituição das zonas espaços reservados ao comércio do sexo, pelo comércio gastronômico. Contudo, essa gradual substituição não impede que as zonas, espaços socialmente definidos de prostituição, garantam aos menos afortunados suas atividades.¹⁵

2.2- Ideologia, sexualidade e prostituição

“(...) é no sexo que devemos procurar as verdades mais secretas e profundas do indivíduo; (...) é nele que se pode melhor descobrir o que ele é e aquilo que o determina, e se durante séculos acreditamos que fosse necessário esconder as coisas do sexo porque eram vergonhosas, sabemos agora que é o próprio sexo que esconde as partes mais secretas do indivíduo, a estrutura de suas fantasias, as raízes de seu eu, as formas de sua relação com o real. No fundo do sexo, está a verdade” (Foucault, 1981:3-6).

A prostituição, como pauta de discussão de intelectuais, juristas, religiosos e leigos, vem permeada de conceitos e preconceitos que estão respaldados por ideologias que

¹³ - Ver em Espinheira, (1984) As formas de prostituição.

¹⁴ - Era uma vez a zona: Os ex-cabarrés dão lugar às Artes, mas faltam espaços luxuosos para o turismo vip. Diário de Pernambuco 05.06.1994, Coluna Viver D1.

¹⁵ - Ibidem.

percebem a prática da prostituição sob ângulos diferenciados e excludentes. Tanto em nível mundial como nacional são três as correntes de pensamento que discorrem acerca da prostituição, percebendo a prostituição e a prostituta, em particular, de várias maneiras: vítima, escrava, profissional e cumpridora de papéis sociais.

A percepção mais antiga acerca da prostituição respalda-se na visão regulamentarista. A prostituição, dentro dessa linha de pensamento, é percebida como “*um mal necessário, um ajuste funcional, no sentido de fornecer proteção à família de um instinto sexual masculino não satisfeito*” (Gaspar, 1988:67). Dessa forma, a prostituição assume um papel importante na manutenção da ordem moral e sexual da sociedade.

A tolerância a essa prática é associada às limitações institucionais no sentido de controlar ‘estes corpos’ que, impondo-se às normas morais para o exercício da sexualidade institucionalizada (casamento), deverá ser fiscalizada por mecanismos coercitivos (Foucault, 1984). “*As casas de tolerância e os bordéis deveriam ser registrados na polícia, vigiados pela administração e pelas autoridades sanitárias*” (Severino, 1993:94).

Já a concepção abolicionista percebe a estrutura capitalista como sendo o fator desencadeador da prostituição. A prostituição decorreria, então, da exclusão criada pelo capitalismo. Não oferecendo às mulheres condições adequadas para a inserção delas no mercado de trabalho, contribui para um aumento do exército de reserva e da miséria social.

“*Neste caso a prostituta é vista como uma escrava do sistema econômico excludente e explorador, transformando-se em vítima social.*”¹⁶

¹⁶- Casa de Passagem - Programa de Capacitação de Mulheres Lideranças Comunitárias - Módulo Prostituição, 1994, mimeo pp. 19.

Os abolicionistas partem do pressuposto de que as mulheres são frágeis e dependentes, constituindo-se em presas fáceis para o sistema perverso de exploração. Segundo essa corrente de pensamento, regular e elevar a prática prostitucional ao nível de profissão é impossibilitar as mulheres de mudarem de vida.

“De acordo com os abolicionistas, a legalização da prática profissional legitimava a repressão, a violência e o controle sobre as mulheres públicas, além de privilegiar a prática do lenocínio, permitindo que cafetinas e homens inescrupulosos explorassem as mulheres desamparadas. Além disso, viam nessa regulamentação, a legitimação de uma prática inaceitável de trabalho, porque não é de fato uma prática produtiva.(...) Além disso, os abolicionistas somam em suas fileiras os militantes da juventude católica pastoralistas que, na condição de religiosos, não podem aceitar relações de trabalho que denigrem a imagem do ser humano enquanto criado por Deus” (Severino, 1993:95).

O Brasil, com a assinatura da Convenção Abolicionista Internacional, que versa sobre o tráfico de pessoas e do lenocínio, assumiu uma postura, ao nível legal, abolicionista.¹⁷ A corrente que se respalda na autodeterminação percebe a prostituição como uma prática profissional, cabendo sua opção ao nível individual. Dessa forma, atos contra a discriminação e legalização da atividade vêm ganhando espaço no Brasil e no mundo.¹⁸ Porém, como essa corrente é bastante contestada pelos órgãos legais e pela Igreja, sua manifestação vem ocorrendo, a nível nacional, num contexto ainda embrionário, ou seja, com poucas organizações que defendem tal postura. Das organizações que assumem a autodeterminação como postura ideológica definida temos a Rede Nacional dos Trabalhadores do Sexo, situada no Rio de Janeiro, ela, inclusive mantém intercâmbio com a Rede Mundial, com sede em Amsterdam.¹⁹

¹⁷- Decreto Legislativo - nº 6, de 1958 - Aprova a Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio, concluída em Lake Success, Estados Unidos da América, a 21 de março de 1950, e firmada pelo Brasil a 5 de outubro de 1951. In. Pires, José Maria - O Grito de Milhões de Escrava: A Cumplicidade do Silêncio, 2ª edição, Ed. Vozes, Petrópolis, 1986.

¹⁸- La política de Amsterdam sobre la prostitución - Publicación: Departamento Principal de Información y Relaciones Externas del ayuntamiento de Amsterdam, 1993.

¹⁹- Ibidem.

Ressaltamos que a iniciativa da Rede Nacional dos Trabalhadores do Sexo vem, sobremaneira, trazer para a cena política a discussão da prostituição, redefinindo as diferentes representações que essa prática possui no Brasil.

2.3- A prostituição como elemento visível na sociedade recifense

O cenário do cotidiano da cidade do Recife reflete a dificuldade de administrar as adversidades a que estão expostas as capitais brasileiras. A presença de múltiplos atores como meninos de rua, camelôs, prostitutas, desempregados etc, vem demonstrar a incapacidade do Estado em oferecer condições mínimas a sua população.

A ausência do Estado, como provedor dos direitos básicos dos cidadãos, vem cada vez mais impulsionar a criação de organismos oriundos da sociedade civil para preencher as lacunas criadas pelo Estado. A quantidade de ONG's (Organizações Não Governamentais) instaladas na cidade do Recife, atuando em diferentes áreas, vem confirmar a ausência do setor público no atendimento às demandas da população.

Durante a inserção e experiência prática na ONG - Casa de Passagem tivemos condições de interagir com a população objeto do estudo - as prostitutas -. Esse contato contribuiu para que pudéssemos melhor entender as relações que são mantidas no contexto da prostituição. Partindo para analisar a situação da prostituição no Recife, percebemos – seguindo a análise desenvolvida pela pesquisa da Casa de Passagem(1992) - , que a adolescente/mulher, que hoje sobrevive dessa atividade, foi anteriormente a menina de

favela que resolveu, ou melhor, ousou livrar-se da miséria paralisante das favelas e lançar-se ao mundo público, na rua.(11[□])

Logo de início, a menina/adolescente que está nas ruas utiliza como estratégia de sobrevivência o esmolar. Seu corpo franzino ainda permite a comoção do outro. Posteriormente, essa prática cai na banalidade do dia-a-dia, e, então, o roubo lhe aparece como um novo espaço de negociação da sobrevivência. Porém, os riscos de violência, tanto por parte dos policiais como da população lesada, impedem a adolescente de continuar no roubo.(12[□])

Num terceiro momento, a adolescente percebe que possui algo - o corpo - que pode ser usado como objeto de negociação para a sobrevivência diária. Além do mais, essa passagem para a prostituição implica uma volta ao privado - o bordel -, ou seja, a competição e a realidade de riscos, vivenciada por adolescentes de ambos os sexos no espaço destinado para o roubo, evidencia a dificuldade que a adolescente tem em se manter nesse espaço.(13[□]) Os espaços prostitucionais de certa maneira protegem a adolescente prostituída, porque o espaço rua ainda é bastante masculino.

“Porque eu olhe, eu roubava, mas o dinheiro que eu pegava não era suficiente porque eu queria e não era todo dia... às vezes eu tinha muito medo”. “Ai depois foi que eu vim notar que lá... lá era menos difícil do que na rua, porque na rua é mais difícil do que lá. “É ganhava mais”. “mais protegido porque não tinha muita gente.... tinha minha mãe ao meu lado... que preferia mais a prostituição, eu me prostituindo com os gringos do que roubando.” Ela via o roubo que... que era muito difícil, é arriscado, é arriscado eu levava alguns revés quando eu correr um carro me pegasse, levasse um tiro.” Júlia, 13 anos.(14[□])

De acordo com os dados levantados na pesquisa Meninas de Rua do Recife:

Dimensão/Trajectoria/Sobrevivência (1992), realizada pela Casa de Passagem - organização

²⁰- Casa de Passagem. Meninas de Rua: Dimensão/Trajectoria/Sobrevivência. Editora CEPE-Casa de Passagem, Recife, 1992.

²¹- Casa de Passagem Op. Cit. 1992

²²- Casa de Passagem Op. Cit., 1992

²³- Casa de Passagem Op. Cit., 1992

não governamental que atua na defesa individual e social de meninas e adolescentes que sobrevivem nas ruas e áreas de prostituição, as etapas vividas pelas meninas que estão nas ruas têm uma estreita ligação com a faixa etária e as estratégias de sobrevivência por elas utilizadas. Nessa pesquisa duas perguntas formaram o ponto central no entendimento das estratégias de sobrevivência, sinalizando o que era realizado no início do período rua e atualmente: Quando você saiu de casa, o que você fez para ganhar dinheiro? E hoje, o que você faz para viver? Indicando a relação intrínseca entre estratégia de sobrevivência, vivência na rua e faixa etária.

Contudo, a vivência de trabalho desenvolvida pela Casa de Passagem junto a essa população possibilita dizer que, numa faixa etária menor, as meninas estão encontrando na prostituição a forma segura de garantir o dia-a-dia, isso pode ser observado dada a constatação do número de crianças e adolescentes que hoje estão fazendo parte da rede de prostituição infanto-juvenil. É visível que a prática da prostituição extrapola a simples sobrevivência primária(alimentação), levando suas praticantes a entrarem no mercado de bens de consumo(roupas, sapatos, bijuterias, bebidas, material eletro-eletrônico, etc).

De acordo com a Comissão Parlamentar de Inquérito(CPI) que investiga a prostituição e tráfico de menores, estima-se que 500 mil jovens, numa faixa etária compreendida entre 10 e 15 anos, estejam envolvidas com a prostituição em todo Brasil e que esse quantitativo representa apenas 10% das mulheres prostituídas. Outro fenômeno que está contribuindo para o aumento da prostituição está relacionado com o turismo sexual. O desejo de sair do país, esperando encontrar melhores condições de vida e

trabalho, ou vivenciar com os chamados “gringos” o ideário branco, têm levado as adolescentes e as mulheres das diferentes regiões a investirem no “sex vacation”.(15[□])

O turismo sexual abriu espaço para uma nova rede de negócios que envolve agências de turismo, bares, boates etc. Uma infra-estrutura para que o turista possa passar suas férias e constatar a imagem do país que é traduzida em mulheres, samba e bananas.(16[□]) Segundo noticiário local(DP 07.10.90) -” *A cada ano, 50 mil adolescentes entre 10 e 15 anos começam a se prostituir no nordeste, principalmente nas grandes capitais como Salvador, Fortaleza e Recife* “. (17[□])

Há cerca de 10 anos, a Casa de Passagem vem prestando atendimento às meninas e adolescentes que encontram nas ruas e áreas de prostituição meios de sobrevivência. E, há mais ou menos quatro anos atrás esta instituição direcionou um atendimento mais específico à população que sobrevive nos espaços prostitucionais.

Durante esses dois anos em que tivemos acesso aos grupos de adolescentes e mulheres das áreas de prostituição, registramos algumas características específicas desses grupos de mulheres: a rivalidade no desempenho da própria atividade(haja vista a diminuição dos possíveis clientes em detrimento da liberação sexual, dos riscos com a saúde(AIDS), sem falar numa diminuição do poder aquisitivo dos clientes); a falta de envolvimento no trabalho grupal; a negação da prostituição como atividade de trabalho, que ao nosso ver, gera a ausência do sentimento de grupo; o baixo nível de informações sobre saúde, sexualidade e direitos sociais; a constante oscilação do número de participantes nos

²⁴- Folha de São Paulo 02.01.94 - Turismo Sexual: Taxistas “agenciam”meninas no Recife.

²⁵- Carpozov Ana Rosa Lehmann - Turismo e Identidade: Construção de Identidades Sociais no Contexto do Turismo Sexual entre Alemães e Brasileiras na Cidade do Recife. Dissertação de mestrado em Antropologia, UFPE, Recife, 1994.

²⁶- Diário de Pernambuco 07.10.90 - Prostituição no Recife.

espaços de discussões; a baixa estima com relação a sua atividade “transgressora” são fatores que concorrem para dificuldade da organização grupal.

Para contornar essa dificuldade, buscamos refletir sobre a questão da atividade prostitucional pela via da saúde. O contexto saúde possibilitava a reflexão da atividade enquanto profissão ou não, a reflexão da necessidade de organização e a questão da preservação de um corpo que ao mesmo tempo representa instrumento de prazer e trabalho.

O Brasil assume legalmente uma postura abolicionista, portanto, discussão sobre a autodeterminação da prática prostitucional dentro de uma perspectiva profissional a nível mundial e em algumas regiões do Brasil, vem contribuindo para um nível de organização, politização e reivindicação dos direitos sociais das trabalhadoras do sexo, porém esta realidade não possui a mesma dimensão no contexto local(Recife).

Das capitais nordestinas, apenas o Recife não conseguiu desenvolver um trabalho junto a esta população, impulsionado pelas próprias praticantes. O que se verifica no contexto local é o trabalho de assistência desenvolvido pela Casa de Passagem, entretanto, esse trabalho não possui a dimensão das organizações constituídas pelas trabalhadoras do sexo de outras regiões do Brasil.

Nos grupos de debates com a população pesquisada, a Casa de Passagem possibilitou incorporar ao cotidiano das mulheres a discussão acerca dos cuidados com o corpo. A questão da saúde e sua reflexão com as prostitutas interferiu na qualidade do grupo, despertando nele, um sentimento de pertencimento e organização antes ausente.

Enquanto na relação prostitucional o corpo é negado como objeto de valor, na relação prostituta/saúde é vislumbrado como possuidor de direitos e necessitado de preservação e cuidados até mesmo para a continuidade da atividade de trabalho.

A relação prostituta/saúde ainda contribui para percepção da cidadania, conferindo à prostituta um lugar na sociedade. Isso é, ao nosso ver, o começo de aceitação da profissão enquanto tal, e ao mesmo tempo um embrião de um sentimento de pertencimento de grupo.

No entanto, apesar do investimento realizado nos grupos de discussões, era visível por parte das adolescentes e mulheres prostitutas um sentimento de diferenciação com o que elas chamavam de “o lado de cá”, ou seja, o espaço público - Casa de Passagem - e a relação mantida nos espaços prostitucionais - espaço privado.

Percebemos que nos discursos das prostitutas a categoria público e privado assumia uma outra ótica, chegando muitas vezes a se complementarem, excluírem-se ou permearem-se. Essa dicotomia entre os espaços público e privado contribuiu para a construção de uma identidade ambígua na qual as mulheres se denominavam de anjo mau - representado pelo seu estado nos espaços de prostituição - e anjo bom - referindo-se aos espaços de vivência cotidiana - família, reuniões, comunidade.

Segundo Renan Freitas (1985), o que essas mulheres realizavam era a negociação de identidades, ou seja, a construção identitária ocorre, de acordo com o autor, através da manipulação de três critérios básicos: físico (espaço rua/bordel), moral (reprodução de costumes e valores familiares) e afetivos (construção de vínculos afetivos com seu grupo de convivência - prostitutas, amantes e clientes).

Ainda na perspectiva de Renan Freitas (1985), a construção ou negociação de identidades se constitui através das interações cotidianas e das abstrações dessas relações, enxergando no outro o que lhe é igual e/ou altero.

A fragmentação identitária, reforçando os valores sociais e reproduzindo conceitos e preconceitos, vinculando a mulher a condição de boa ou má, foi um dos

incômodos que nos conduziu ao referido estudo. Indagações não faltaram, porém uma persistiu durante toda experiência junto aos grupos de mulheres prostitutas: se a dicotomização ou fragmentação da identidade estaria sendo a pedra de entrave para o processo organizativo/associativo do grupo de trabalho. Ou, dito de outra forma, qual a função simbólica da ponte que intermediava esses dois mundos e esses dois anjos.

Um outro ponto que nos chamou atenção quanto à prática da prostituição, foi o aparecimento de associações, grupos e entidades, no nordeste, dirigidas por prostitutas. Percebendo que a prática prostitucional é permeada por significações e estigmas em todo o Brasil, como se deu a formação de grupos, ou melhor, que construção identitária influenciou para a organização das mulheres prostitutas em diferentes estados brasileiros?

Frente a essa percepção é que nos deteremos a entender a construção da(s) identidade(s) das prostitutas no Recife visando detectar os fatores que concorrem ou não para o seu processo organizativo/associativo.

2.3.1- A zona Rio Branco: confinamento ou higienização da prostituição

Entender a zona Rio Branco foi motivo de investigação de alguns personagens bastante diversificados. No mergulho ao baú teórico encontramos desde trabalhos acadêmicos, passando em seguida pelo trabalho de Amara Lúcia que, na tentativa de entender a Rio Branco, em particular, e a prostituição em geral, transformou-se em pesquisadora-participante e/ou participante-pesquisadora e, por fim, deparamo-nos com o trabalho de Sevy Madureira que, na intenção de retratar o comportamento boêmio do bairro, conferiu-nos um arsenal de material que muito contribuiu para esse caminhar/conhecer o contexto prostitucional do bairro do Recife.

Cada teórico procurou mostrar o bairro do Recife mediante sua perspectiva de estudo. Contudo, essa diversificação fez-nos ver a grandiosidade do bairro, que se mostra diferente sob inúmeros pontos de observação.

a) O Cenário : Rio Branco

Direcionar o olhar para a Zona Rio Branco é mergulhar necessariamente num passado que guarda a origem do espaço como área restrita ao comércio – esteja ele ligado à economia local, ou esteja vinculado aos espaços de prazeres do sexo.

Perceber o espaço Rio Branco é depararmo-nos com um local multifacetado, no qual cada horário demarca um propósito que não se repete. A Rio Branco que ainda esconde nos seus sobrados mulheres cujo brilho só é visível à noite. Entre comércios de ferragens, bares, gastronomia, existe o mistério do prazer. Os casarões abrigam história, mulheres, alegrias, dores e identidades.

O caminhar pelas ruas do Recife antigo nos fez gradativamente montar o cenário da prostituição, ou melhor, remontá-lo. Iniciamos esse percurso atravessando a ponte, e através da lente do intelectual, enfrentamos esse resgate da história. Como ponto de partida definimos a ponte Maurício de Nassau, rumo à zona, encontramos personagens que como peças de um mosaico iam gradativamente formando o cenário do bairro. Ao atravessar a ponte encontramos pequenos ambulantes, vários funcionários de bancos, office-boys com seus walkman dependurados, pescadores com iscas, que no lançar da armadilha para pescar, deixavam lançada a sorte de garantir a comida de cada dia, vendedores diversos e algumas mulheres, que, em sentido oposto ao nosso, lançavam timidamente seus olhares e seus sorrisos. Essas mulheres que encontramos atravessando a ponte, ainda com aspecto cansado da noite anterior, saíam a procura de cremes, tinturas de cabelos, esmalte, etc, para transformarem-se em estrelas de mais uma noite.

A ponte Maurício de Nassau nos leva à “avenida da prostituição”, ou melhor, da antiga prostituição. Chegando à Marquês de Olinda, encontramos um dos maiores monumentos da prostituição – hoje desativado – o Chanteclair Drink’s cuja entrada saudava em vários idiomas os estrangeiros com boas vindas, demonstrando seu caráter plural de atendimento.

Esse prédio de quatro andares contando com o térreo, guardava no seu 1º piso uma boate com o que havia de mais requintado em bebidas. O bar da boate causava inveja

aos antigos puteiros. A radiola de ficha fazia parte do cenário. No 2º piso funcionava a pensão, quartos arrumados e preparados para o sexo rápido. O 3º piso garantia o abrigo de prostitutas antigas da casa, que alugavam os quartos para sua moradia. O acesso ao 3º piso ocorria mediante uma escada comum, visto que o tempo e os cupins haviam se encarregado de destruir a escada que ligava o 2º ao 3º piso.

A magia do espaço estava na beleza arquitetônica das escadarias talhadas, as colunas que sustentavam os pisos que retratavam as colunas gregas, o bordado barroco da fachada, o cheiro misturado de bebidas e perfumes, ora baratos, ora franceses doados por algum embarcado.

Durante o dia, os prédios que abrigavam o prazer eram camuflados com o comércio de ferragens e maquinárias pesadas. Nesses prédios estavam reservados o térreo para esse tipo específico de comércio, e nos andares superiores ficavam os prostíbulos.

O prédio que funcionava o Chanteclair, era o espaço reservado para dançar, porque era uma boate. Na organização do espaço prostitucional, ocorre uma categorização dos serviços, estando divididos em bares, boates e pensões.²⁷

“Pensão era um lugar onde se ia só para transar. Era quarto, jarra e bacia, e às vezes papel higiênico. Não se dançava nos bares, era só para escutar. A radiola ficava nos bares, embaixo, para ouvir... dançar era na “Chanteclair”, porque era uma boate” (Madureira, 1995:126).

Nas lembranças dos grupos de convivências (garçons, donos de bares, cafetinas e boêmios), foram desveladas a vida da prostituição nos tempos áureos – durante as décadas de 40 até a década de 70. Cafetinas famosas compunham o cenário da época como Cecília, Alzira Melo, Menininha, Maria Magra, que reinaram imperiosas nos seus bordéis. Essas mulheres não representavam apenas aquelas que tiravam proveito da prostituição. Eram

²⁷ - Ver Sevy Madureira (1995)

mulheres que organizavam as iniciantes no trato com os clientes. O papel da cafetina representada pelos grupos de convivência era de a grande mãe que protege, que cuida da saúde, da higiene, do comportamento das prostitutas.

Claro, que esse investimento tinha intrínseca ligação com a qualidade de serviço que essas ofereciam aos clientes. Contudo, a relação cafetina/prostituta não se limitava a uma relação de exploração fria e calculista. As cafetinas criavam laços de maternidade para com as prostitutas.

“A dona da pensão, naquela época, era uma segunda mãe da prostituta. Era quem cuidada delas e também sugava. Ela tinha que pagar uma diária, mas ela cuidava da saúde, cuidava da roupa, cuidava do estilo. Tinha dona de pensão, como Maria Magra, que ensinavam as matutas do interior a se comportar, a andar, a beber, a conversar” (Madureira, 1995:127).

A visão que o grupo de convivência e, em especial, os boêmios têm das cafetinas é quase mítico. Nas representações acerca da figura da cafetina, elas são colocadas no patamar do sagrado, comparadas à grande mãe, a nossa senhora.

“A cafetina é a mãe de todo mundo. É uma Nossa Senhora. Ela protege, ela ajuda, abriga. Ela protege as meninas maternalmente e tem um zelo pelos fregueses enorme. E se alguém transgredir as regras ela pune. É a madre superiora” (Toinho Pedrosa, Boêmio).

Como é possível observar, a visão mitificada da cafetina pelos boêmios coloca-as numa posição em que a relação exploração é negada. Inclusive, sendo a mãe de todos, a onipotência imposta pela cafetina a consagra como figura mater. Nos espaços prostitucionais é construído uma teia de relações em que a privatização do espaço público, a rua, reproduz o ideário familiar burguês.

A zona também abrigou cassinos, como o famoso Cassino Imperial e o Royal , além de casas de show freqüentadas pela elite do Recife. Ainda na Marquês de Olinda,

encontramos bares e pensões de destaque, como o Bar Gambrinus, o Bar OK, e as pensões de Ana e a de Rosário.

O Bar Gambrinus, um dos mais antigos, era conhecido pela especialidade gastronômica, e como ponto de encontro dos boêmios que, nos finais de suas farras homéricas buscavam alimentar-se. O bar não abrigava características restritas à prostituição, era considerado como espaço de comedorias, destacando-se dos demais bares.

“ Você queria comer bem ia para o Gambrinus. Comida da melhor qualidade feita com carinho ”(Toinho Pedrosa, Boêmio).

A Rio Branco, contudo, não abrigou apenas os casarões destinados à prostituição. Foi espaço também dos encontros políticos na época da ditadura militar, espaço de construção da cultura da bossa-nova, espaço do desfrute dos costumes ingleses, como o whisky de final de tarde.

“ Era uma festa, ninguém ia lá só para fazer sexo. Íamos lá para o Silver Star ouvir bossa-nova, a melhor radiola de ficha do Recife. Toda minha cultura musical, eu descobri no Texar bar e no Silver Star ” (Toinho Pedrosa, Boêmio).

E continua:

“ Começávamos o happy hour no Waldemar, que era um lugar que não entrava mulheres, era uma típica whiskeria ”(Toinho Pedrosa, Boêmio).

Em cima do Bar OK funcionava uma pensão que alugava seus quartos para as prostitutas. Esse espaço reproduz os albergues das cidades portuárias da Europa. Atualmente, o espaço não é de uso exclusivo das prostitutas, alguns travestis e homens simples alugam os quarto que são similares aos quartos de navios. E como os cômodos são pequenos, as mulheres reorganizam-os para ganhar mais espaço usando, dessa forma, prateleiras e armários suspensos.

Num dos quartos visitados, da prostituta Beatriz, 24 anos, esse apresentava a reprodução típica dos quartos de navios. O espaço abrigava uma cama de casal, um armário, uma estante. A peculiaridade do espaço estava nas cores e na ornamentação. O quarto era todo cor-de-rosa, e a decoração ficava a cargo dos inúmeros bichos de pelúcia e bonecas distribuídos pela cama e pela estante. Ainda comportava um frigobar e a mala de viagem ainda ostentava o selo da agência área, demonstrando que sua fala condizia com a realidade. Várias fotos suas também fizeram parte do cenário, e em especial, as que havia tirado na sua estada na Holanda, num dos mais conhecidos bordéis, o da Mamy, como carinhosamente ela chamava.

Essa pensão era diferente das pensões restritas ao sexo rápido, cuja função serve de casa de cômodos, ou seja, espaço reservado para o intercuro sexual. Um tipo de motel de periferia, no qual se faz necessário apenas a presença da camareira para a troca de lençóis e do responsável pela portaria que recebe o pagamento do espaço. Nesse espaço era visível a utilização de bacia, jarra e papel higiênico, reproduzindo uma prática dos anos 40 e 50.

Na rua Alfredo Lisboa, encontramos o Bar Orion, o Bar do Grego. Eram boates cuja atração maior estava na reprodução de músicas estrangeiras para o deleite dos embarcações.

Na Avenida Rio Branco estava o Adília's Drink's, que depois passou a chamar-se Franc's Drink's. Até início da década de 90, o Franc's Drink's abrigava no pavilhão térreo a pensão, com um espaço para mais de 20(vinte) mulheres e no andar superior funcionava o bar ornamentado com bóias deixadas pelos tripulantes dos navios, a radiola de ficha e uma indiscutível coleção de bebidas. Em meados da década de noventa, o bar passou a ser alugado por jovens da classe média para festas universitárias. Após o

incêndio, ocorrido em 1993, Francis passou a estabelecer seu comércio à rua Vigário Tenório, hoje apenas como bar.

“Francis é o marco da resistência. É a última viga mestra da raparigagem” (Toinho Pedrosa, Boêmio).

b) O olhar saudosista sobre a prostituição

O Brasil, embora legalmente abolicionista, utilizou, por um longo período da sua história, do regime regulamentarista para tratar a matéria da prostituição. Considerada como problema social, presente em todas as capitais do País, o fenômeno não poderia ser negado. No caso da cidade do Recife, o debate sobre a prostituição nos idos das década de 40 a 70 ocorreu dentro de uma perspectiva regulamentarista. Encarada como um mal necessário, uma vez que o sistema moral vigente não permitia o amor livre como conduta moralmente aceita, a prostituição, que sempre permeou o falso moralismo burguês, entra em cena dentro de padrões definidos pela sociedade maior. Sendo um problema social que tinha uma função socialmente pré-definida, ou seja, a participação das prostitutas, as quais garantiriam a virgindade das moças casadouras e deveriam, portanto, ocorrer dentro de critérios estabelecidos pela sociedade.

“Mas eu sempre achei na prostituta os anjos da guarda das donzelas, porque a rapaziada, os estudantes, os jovens, namoravam com as moças depois vinham para cá pra fazer sexo” (Fernando Ribeiro, Boêmio).

Entrou em cena o sistema regulamentarista, que permite a prática da prostituição dentro de determinados patamares físico-geográficos e legais.

As cidades portuárias registraram em sua história a presença do contingente feminino que sobrevivia da prática prostitucional. Como esses espaços, em sua maioria,

ficavam afastados dos bairros familiares, os mesmos foram definidos como espaços destinados à prostituição dentro de um sistema rigoroso de controle sanitário e policial.

“Como começou a zona da cidade do Recife. Nos anos 20 e 30 a zona da cidade do Recife não existia zona, não existia mulheres. Esses prédios aqui era o seguinte: armazém de açúcar, armazém de charque, de bacalhau, de vinho de produtos que vinham de fora. Em cima morava o patrão, o dono do armazém e no segundo andar os empregados. Isso não só no bairro do Recife, na rua nova, rua da Imperatriz, tinha os judeus que tinham seus armazéns e moravam em cima. Porque a elite morava no subúrbio, na Torre, na Madalena, Casa Amarela, nesses bairros nobres moravam os ricos que tinham automóveis que vinham de fora que não havia fábrica aqui” (Fernando Ribeiro, Boêmio).

Identificando a área de prostituição temos que,

“A zona de prostituição aqui era: rua das Flores, rua Duque de Caxias, rua da Praia, aquelas ruas que circundam o mercado São José, rua das Laranjeiras e rua das Trincheiras que é hoje a Av. Dantas Barretos. Ali era espaço de prostituição. Houve aqui um chefe de polícia, Ramos de Freitas, que fez uma coisa importante naquela época. Ele tirou todas aquelas prostitutas e botou aqui nesses prédios. Naquela época, nos anos 40, os comerciantes já estavam fazendo casa nos subúrbios e esses prédios só tinha parte comercial e bar, estavam ficando desocupado. O que é que ele fez, jogou tudo pra cá e fez certo” (Fernando Ribeiro, Boêmio).

No caso do Recife e da Zona da Rio Branco, não foi diferente. Como esse espaço nas décadas de 40 e 50 abrigou um contingente marítimo de americanos, eles trouxeram tanto da América como da Europa as práticas regulamentaristas, que Recife reproduziu com a prática de controle dos corpos “impuros” dentro de uma ótica da higiene sanitária. As prostitutas passam então a serem controladas e registradas pelo sistema policial e de saúde.

“Outra coisa também a Saúde Pública sabe disso, as donas de pensão tinham um livro e todas prostitutas tinham uma carteirinhas, ela era obrigada a levar naquele dia as meninas ao Gouveia de Barros, se tivesse doente com doença venérea era afastada. Existia três fiscalizações aqui na zona: a policial não deixava descer ou abrir as janelas, antes das nove da noite; 2º a saúde pública para fiscalizar os livros e as carteiras se estavam em dia; 3º o Juizado de Menor não deixava menores de 18 anos subir” (Fernando Ribeiro, Boêmio).

A prática prostitucional, sob o controle da polícia, leva necessariamente a estabelecer, junto com as cafetinas, um controle sobre a circulação das mulheres nas ruas do bairro afim de que não houvesse incentivo, pela exposição das mulheres à prática da prostituição. Ou mesmo, que as senhoras da aristocracia recifense não fossem confundidas com prostitutas. Por isso, é estabelecido, entre cafetinas e sistema de segurança, a norma de permanência das prostitutas das 22h até as 3h da manhã. As prostitutas poderiam descer das pensões e prostíbulos após o toque de sirene emitido pela delegacia do bairro.

“De dia isso aqui era freqüentado por senhoras e crianças, aqui era um bairro eminentemente comercial, de repartição pública, e as mulheres não podiam nem botar a cara nas janelas. Só podiam descer, primeiro, de manhã cedo as quatro horas da manhã, elas desciam naquele dia marcado com a dona da pensão para ir pro Gouveia de Barros (...). Elas atravessavam com a mulher na frente com o livro para fazer vistoria, sete horas estavam aqui. Elas abriam a porta para atender vendedores judeus que vendiam mascate, vendiam óleo, perfume, jóias, mas, para trabalhar, para fazer sexo não. Mas, depois das nove horas era radiola tocando, conjunto tocando, porque 6 horas fechava o comércio. Entrava então a parte da boêmia, os bêbados, os caras para beber, essas ruas aqui era mulher e homem parecia uma feira de gado, de vez em quando era briga, lá vinha a polícia” (Fernando Ribeiro, Boêmio).

Como descreve a ex-prostituta Rosa (38 anos), a transgressão ao controle policial, que definia o horário de circulação das prostitutas no bairro, acarretaria em prisões.

“Na minha época eu descia depois das dez; se descia antes ia presa, por causa do comércio” (Rosa, 38 anos).

O controle sanitário das prostitutas garantiria por uma lado que não houvesse a proliferação de doenças sexualmente transmissíveis, evitando que as prováveis “impurezas” advindas da prostituição não chegassem às famílias burguesas.

“Os médicos sanitaristas brasileiros, ligados aos órgãos públicos de controle de saúde da população, preocupavam-se com a vigilância e o controle da prostituição, necessária, porém perigosa. Não só o sexo pode ser afetado por suas próprias doenças como pode transmitir outras. (...) Esse projeto visa definir uma nova economia do sexo, disciplinando a prostituição de modo a impedir que se manifestem formas aberrantes de comportamento sexual” (Severino, 1993:94).

O controle sanitário também foi herança da presença das francesas e polacas no bairro. Pois foram consideradas como incentivadoras da prostituição das mulheres recifenses, uma vez que essa prática fugia aos ensinamentos ditados pela educação e religião da época. Segundo Fernando Ribeiro, boêmio e proprietário do bar Gambrinus, o mais antigo bar em funcionamento, as polacas e francesas marcaram profundamente a origem da prostituição no Recife. Consideradas profissionais do sexo, essas realizavam um ritual de reconhecimento ou vistoria do cliente, visando evitar a contaminação de DST's, uma vez que dominavam o conhecimento a respeito das doenças transmitidas sexualmente, sabiam ler e vinham de um mundo no qual a circulação de informações diferia do Brasil.

“Quem iniciou a arte da prostituição aqui foi as francesas, a rainha da prostituição está na França, quem ensinou a fazer sexo aqui, com licença da palavra quem ensinou as mulheres a serem putas foram as francesas e as polacas. (...) As polacas e as francesas vieram porque naquela época, as brasileira não se davam para ser prostitutas, primeiro pela educação,

religião. Então, elas vinham pra cá para servir a rapaziada, e faturaram muito, enricaram muito” (Fernando Ribeiro, Boêmio).

E continua:

“Agora as polacas eram mulheres asseadíssimas, era difícil uma polaca ter doença. Elas tinham um negócio assim feito um cacete de polícia, de borracha, que, quando terminava a relação sexual, elas metiam sabão de coco, e sabão de coco arde, naquele tempo não havia sabonete como tem hoje, era palmolive, gessy, era o sabão de coco. Passava naquele cacete de borracha e passava na vagina (...) limpavam-se toda. Muita gente não gostava da polaca porque ela levava o homem pra lá, o homem tirava a roupa, elas iam examinar, espremer, pra ver se o homem tinha doença. Ela espreme o cara, pegava na virilha pra ver se tinha mola ou se tinha alguma mola para aparecer, porque elas entendiam do negócio. Elas espreme o pênis pra ver se saía alguma coisa, depois é que se deitavam com o cara, eram verdadeiras profissionais. As francesas eram mais safadas, eram peritas em fazer sexo oral” (Fernando Ribeiro, Boêmio).

De acordo com os informantes da boêmia, a presença da esquadra América no Recife favoreceu o controle das doenças sexualmente transmissíveis. Os médicos sanitaristas americanos, conjuntamente com a equipe médica local, procuraram discutir junto com a população que sobrevivia da prostituição o controle das DST's. A disseminação da penicilina concorreu para o controle da gonorréia.

“Na época dos médicos americanos, graças à operação americana, que trouxeram a penicilina, extinguiram as doenças venéreas. Descobriram que aquelas bacias contidas nos quartos era um foco de contaminação de gonorréia. Passaram então a instruir as mulheres e aconselharam substituir a bacia por chuveirinhos. No tempo que existia gente com sensibilização no serviço público”(Toinho Pedrosa, Boêmio).

As mulheres contaram, na época de pique da prostituição, entre as décadas de 40 e 60, com o serviço e controle do centro de saúde Gouveia de Barros. Dessa forma, as mulheres eram registradas e passavam a portar uma carteira que as identificava dentro do controle sanitário de saúde. Era comum nas relações com os clientes ocorrer por parte dos homens a solicitação da carteira de saúde. Na relação estabelecida entre prostitutas e cafetinas, as donas de bordéis eram as principais controladoras da saúde das mulheres, visto que a proliferação de doenças venéreas em seus bordéis poderiam colocar seu comércio em

risco. As mulheres contaminadas eram afastadas dos serviços e/ou internadas até a completa recuperação.

“Elas tinham um cartão. Um homem chegava na pensão: ‘Cadê o cartão de saúde? Está em dia?’ ‘Está’. ‘Me dê o cartão’. Aí via que estava em dia. Quando a mulher estava doente, ela era afastada. A dona da pensão não deixava ela fazer a chamada vida (...)” (Madureira, 1995:87).

Dentro do saudosismo dos boêmios, taxistas, donos de bares e antigas cafetinas, a Zona representava um espaço privilegiado de construção de status. Claro, que a discriminação reinava sobre a prática prostitucional, mas enfrentar o moralismo da época colocava a prostituta no meio de discussões político-econômicas que não eram reservados as senhoras da aristocracia recifense.

A prostituição trouxe moda, sugeriu estilo, possibilitou o intercâmbio entre brasileiros e estrangeiros, fez história. Bem diferente do que hoje representa a prostituição da Zona Rio Branco, seu espaço entre as décadas de 40 a 70 representava o apogeu do sexo permitido. A prostituição movimentava bares, cassinos, pensões, fazia o dinheiro circular no bairro e garantia às mulheres o acúmulo de riqueza e prestígio.

“Prostituição de luxo, a primeira cama redonda no Brasil quem inaugurou foi Maria Júlia. Ela ficava ali onde hoje é o restaurante Casa Grande e Senzala. Maria Júlia era uma mulher rica, ela tinha um Impala Importado, fantástico. Todas eram ricas, , faturavam muito bem. Todas tinham estudado em colégio de freira, de fino trato: Maria Júlia, Djanira, Terezinha, Alzira Melo, etc” (Toinho Pedrosa, Boêmio).

A prostituição na Zona Rio Branco construiu sua hierarquia e categorização. Distribuindo nas ruas principais como Avenida Marquês de Olinda e Avenida Rio Branco os melhores bordéis, cuja frequência se dava pela elite recifense. A participação de mulheres francesas e polacas, como também de jovens expulsas da família burguesa por

questões de desvirginamento, davam a essas pensões um outro tipo de serviço prostitucional, visto que as mulheres que lá viviam possuíam um nível cultural elevado.

“Mas a sociedade, os jovens e o pessoal mais velho de classe procuravam aqui na Rio Branco, Marquês de Olinda, Vigário Tenório. Essas ruas daqui, Rua Tomasina, Rua da Moeda que tinha pensões de elite” (Fernando Ribeiro, Boêmio).

O mesmo não acontecia com as mulheres que freqüentavam os bordéis das ruas da Guia e Bom Jesus. Considerados como lugares que abrigavam a prostituição de “bas-fond”, esses bordéis eram freqüentados por marítimos locais, pescadores e trabalhadores das docas. Também nesses espaços surgiram os primeiros travestis da época. As mulheres que sobreviviam nas ruas da Guia ou Bom Jesus normalmente eram as mulheres que em decadência prostitucional estavam confinadas ao álcool e as drogas.

“Outras que mergulhava na vida, entram na droga, no álcool. Essa é que ia para a rua da Guia. Aquela que não tinha encontrado um rumo na vida ou que ficava sonhando com o embarcadou” (Toinho Pedrosa, Boêmio).

Eram mulheres que “serviam” a um tipo específico de público menos abastado socialmente, como os estivadores, os pequenos vendedores, os trabalhadores do porto. Comparadas a Geni do poeta Chico Buarque, visto que “de tudo que negro e torto” faziam parte da clientela dessas mulheres.

“Havia aqui também uma rua, a rua mais famosa da cidade do Recife, a Rua da Guia, que era prostituição braba, que era mulheres mais velhas, você via as mulheres cortadas de navalha na cara, nos braços. Mulheres que só serviam para estivador e arrumador, que é homem grosso, homem pesado, é homem que freqüentavam essas mulheres” (Fernando Ribeiro, Boêmio).

A rua da Guia representava a escória da prostituição. Ser puta da rua da Guia já conferia à mulher um emblema negativo. O estigma que recaía sobre elas era o pior possível. No entanto, alguns boêmios que vivenciaram a prostituição em todo seu contexto alegam que na rua da Guia era possível encontrar mulheres e pessoas de extrema dignidade.

“Aquilo ali era como se fosse o quinto inferno de Dante, o fim do mundo. Descobri gente maravilhosa, os pesqueiros que guardavam no armazém seus caixotes, pessoas íntegras, pessoas que estava ali despidas de preconceitos, da hipocrisia. Os primeiro viados assumidos estavam ali. Encontrei muita gente solidária. A rua da Guia foi o meu espaço de humanização, não foi nem a igreja nem o partido comunista” (Toinho Pedrosa, Boêmio).

E continua:

“Papai dizia: as meninas são as melhores inquilinas, pagam em dinheiro, em espécie e nunca atrasam. Estão ali para conservar o imóvel” (Toinho Pedrosa, Boêmio).

O comércio da prostituição envolve em sua teia vários segmentos que direta ou indiretamente se beneficiam de sua prática. As mulheres garantiam a circulação de dinheiro no bairro do Recife, prosperaram e fizeram prosperar donos de bares, taxista, mascates.

“Havia dois tipos de bares: 1º Gambrinus, OK, Texas, não admitia mulher fazer ponto na casa. Elas entravam acompanhadas por marujos, pra beber, pra comer, pra botar fichas na radiola” (Fernando Ribeiro, Boêmia).

A zona acompanha o movimento econômico do bairro, desfilando as possibilidades de gastos fáceis nas décadas de 40 a 70 e seu declínio e reestruturação do bairro nos anos 80 e 90. O bairro muda de cara e de comércio e suas mudanças refletiram no comportamento prostitucional.

Alguns fatores foram cruciais para a decadência da prostituição do bairro do Recife. Como se sabe, nos finais da década de 70 foi possível observar que o tão requerido milagre econômico não se concretizou. Essa realidade foi refletida nas possibilidades econômicas da população de uma maneira geral. Além disso, outros fatores concorreram para que houvesse uma redimensão da prática prostitucional na zona Rio Branco. Entre eles, podemos indicar o fechamento do Porto do Recife e sua mudança para Suape, o advento do contraceptivo no controle da gravidez indesejável, conferindo possibilidades de intercurso sexual sem risco de gravidez, a própria abertura sexual que veio acompanhada do

surgimento de motéis e, por fim, o projeto de revitalização do Recife Antigo, que proporcionaram um novo cenário ao bairro. No entanto, na construção desse novo cenário, as prostitutas não foram contempladas no papel principal. Nessa nova perspectiva, não só o comércio da prostituição saiu perdendo, mas a boêmia passou a ser requerida em outros moldes.

“A causa de ter morrido a boêmia aqui foram: o fechamento do porto do Recife, ainda hoje é o mais caro do Brasil; com a falta de navio as prostitutas começaram a sair, esses prédios aqui eram todos pensão de prostitutas. Então começaram a sair daqui; outro motivo, a novidade também foi o aparecimento de motéis. Antigamente tinham as pensões das mulheres, elas moravam, e ali mesmo recebiam os clientes, que muita gente fala que é um negócio como outro qualquer” (Fernando Ribeiro, Boêmio).

O projeto de revitalização do bairro começou a ser discutido nos idos dos anos 80. A prefeitura da cidade do Recife, na tentativa de dar uma nova cara ao local, projetando nele espaço reservado ao turismo de elite, inicia suas conversações, arregimentando donos de bares, pequenos comerciantes, empresários locais, que percebendo o abandono do bairro e conseqüentemente as quedas financeiras, visam transformar o espaço, descaracterizando-o de seu comércio habitual, o sexo. Organismos legais, a exemplo da ACARA (Associação dos Comerciantes e Amigos do Recife Antigo), investem na proposta de revitalização sugerida pela Prefeitura do Recife e desapropriações são realizadas visando oferecer ao bairro uma cara colorida.

“A ACARA foi fundada em 1989 com a finalidade de fazer a união entre os empresários do bairros do Recife com o gov. Municipal para revitalizar, recuperar, restaurar o bairro do Recife. Embora o governo só fale em revitalizar. Há 3 pontos diferentes: revitalizar, restaurar e recuperar. Revitalizar é fazer circular pessoas nas ruas. Recuperar e restaurar é diferente. Quem iniciou a revitalização do bairro do Recife, juntamente com a criação da nossa associação, que nasceu para dar porrada não só no governo mas nos empresários. Por que governo, seja ele qual for, municipal, estadual e federal não é pai nem é mãe de ninguém, governo pra mim é um carrasco, é um padrasto. O que falta aqui nos nossos governantes é cada um fazer o seu” (Fernando Ribeiro, Boêmio).

No entanto, essa revitalização não conseguiu agregar consenso dos atores envolvidos como boêmios, comerciantes, taxistas e, principalmente, das prostitutas, que se viram destituídas de sua única fonte de renda: o comércio do sexo.

“Veio essa coisa de revitalização. É uma revitalização sem o elemento humano. É uma revitalização excludente. (...) Porque moralizar o bairro do Recife, à beira do cais. A prostituição convive na França com os turistas, com todo mundo. Na Holanda as mulheres estão nas vitrines. Esse falso moralismo, essa hipocrisia. Eu acho que são as putas que estão freqüentando o bairro que não querem a concorrência das raparigas”(Toinho Pedrosa – Boêmio).

Os boêmios, que conviveram com os tempos de ouro da prostituição colocam que a revitalização não consideraram os atores da noite, os donos de bares, os taxistas, as prostitutas que sobrevivem da boêmia, na pauta de discussão do projeto. Eles consideram a revitalização uma ação excludente e vão mais além, acreditam que a concorrência entre as mulheres comuns, que vivenciam sua sexualidade abertamente e sem remuneração direta, e as prostitutas influenciou para o processo de exclusão das prostitutas da área.

“ As putas vindas de famílias de prefeitos, famílias de deputados, famílias de burocratas é que estão indo pra lá. Só que as raparigas atraem o macho pra lá, pra gastar e elas vão caçar e levar para outros lugares e o bar é que vai”(Toinho Pedrosa, Boêmio).

Enfim, saudosismo de um lado, resistência de outro e, como resultado, temos hoje o bairro do Recife com novo formato. A boêmia de antes vem gradativamente sendo substituída por jovens (mauricinhos e patricinhas) que vêm buscar uma mística caricaturada do glamour da época. Hoje, temos a título de resistência, poucas pensões que abrigam algumas prostitutas e que, gradativamente, cederam seus espaços para o comércio gastronômico e para os bares e boates da classe média.

A não-restauração de alguns casarios servem como forma de exclusão silenciosa, visto que a perspectiva é a transformação dos casarões em espaço de requinte para o turismo nacional e internacional.

“ Eu não tô querendo que a prostituição volte para o bairro do Recife, porque a gente não deixa. A nossa associação não deixa mais. Aqui não é lugar para a prostituição. Aqui tem ainda uma casinha em cima do bar Ok onde essa mulherzinha mora (referindo-se à ex-prostituta Rosa) e tem daquela menina Francineide que tem uma boatezinha. Mas, mulheres morando aqui não existem mais. Não tem mais campo pra elas aqui e nós não queremos, nós não admite mais prostituição aqui, prostituição foi no passado. Primeiro, porque nós não deixamos, e o prefeito não vai permitir porque nós estamos lutando para transformar o bairro num bairro de turismo; e segundo a gente quer tirar de Boa Viagem, porque é o cartão postal da cidade, mora famílias ali e misturou-se o que presta como o que não presta. E existe interesse de comerciante que vivem da prostituição, dessa cachorrada(...)” (Fernando Ribeiro, Boêmio).

Expulsas do seu espaço de história, as prostitutas recorrem aos bairros periféricos. Como pássaros, migram para locais em que possam garantir sua prática, onde possam exercer a terapia do sexo, como dizem os boêmios.

Atravessam a ponte, buscam nas Praças do Diário e Joaquim Nabuco um refúgio, buscam em Boa Viagem recuperar sua prática. A revitalização que visava transformar as trabalhadoras do sexo em trabalhadoras de outras habilidades não as ouviu.

Enfraquecidas em seus processos de organização grupal são expulsas do local sem serem ouvidas. Enfraquecidas, frente ao novo marketing prostitucional, as mulheres silenciam. Buscando reconstruir novas identidades, migram para novos bordéis ou deixam na memória o tempo em que brilharam nas noites da Rio Branco. E, como anjos sem faces, atravessam a ponte não se sabe pra onde.

2.3.2 – O grupo e o espaço da fala

a) As vaginas gigantes

Nas constantes travessias da ponte, as mulheres foram descobrindo um outro lado do mundo, ou, como denominavam, um outro lado da sociedade. Anônimas entre tantas Marias, Cláudias, Sílvias, Anas, mulheres “comuns”, as prostitutas conseguiram entrar em contato com pessoas que percebem a prostituição dentro de uma visão mais abrangente.

Em 1989 surge na cidade do Recife uma Organização Não Governamental – Casa de Passagem – que, ao direcionar seu olhar para o atendimento de adolescentes de rua, não excluiu as adolescentes e mulheres que sobrevivem da prostituição. A Casa de Passagem, oásis no atendimento a esse público específico, marcou sua passagem entre as ONG’s locais.

“(…) lugar para onde mandar as meninas *e mulheres* que ninguém quer”²⁸ (grifo nosso), a organização apresentou a cidade do Recife um novo referencial teórico-metodológico no desenvolvimento de ações voltada à questão da adolescente/mulher que está na rua. A Casa de Passagem, contrariando a idéia de Casa numa perspectiva passiva, submissa, harmônica, produziu na cidade um incômodo notável. Fez barulho, mostrou fala e “falos”, criou polêmica. Estabeleceu-se em nível de Brasil como um divisor de águas ao atender a adolescente/mulher prostituta.

As mulheres, na contramão da vida, levaram a equipe da Casa de Passagem a entrar neste mesmo sentido. O preconceito veio sob todas as formas. Boicote dos serviços

²⁸ - Citação extraída do livro Vasconcelos, Ana – SOS Meninas, Editora CEPE, Recife, 1990

públicos de saúde da antiga FEBEM, no atendimento das adolescentes; a igreja que não entendia nosso propósito com as meninas; população leiga que, sentindo-se ameaçada com a possibilidade de crescimento das meninas, rejeitou nosso trabalho.

“Eu não sei por que vocês alimentam putas de dia pra soltá-las à noite” (morador do bairro da Boa Vista).

As adolescentes/mulheres estavam condenadas a morrer. No projeto social, elas não tinham sido contempladas. Mexer nessa temática era criar novas expectativas no redirecionamento das políticas sociais que já estavam estabelecidas, e não focavam a menina de rua. O que queríamos com esses sujeitos? Indagações como essas foram direcionadas aos técnicos que trabalharam na instituição a todo tempo. O atendimento simples e humano com as meninas, no que se refere a banho, higiene e alimentação, era encarado pela sociedade como aberração. Alimentar putas pra quê ou pra quem?

Durante esse processo, começamos, todos a perceber a simbologia do medo no alimentar as meninas/mulheres. E imagetivamente as meninas ameaçavam. Alimentá-las era possibilitar crescer o monstro, era potencializar aos corpos destituídos de investimento nutricional, o crescimento das vaginas. Estávamos transformando as meninas, segundo o imaginário social, em vaginas gigantes que poderiam devorar a cidade.

A única saída encontrada pela equipe técnica, e, no meu caso especificamente, foi investir no crescimento teórico da proposta lançada. Ver a menina de rua, a puta, num ângulo teórico. Transformar a polêmica em algo consumido teoricamente, sistematizar experiências foi a fórmula encontrada para justificar nosso sentido de contra-mão. O trabalho seguiu, e o atendimento, apesar de toda polêmica, conseguiu ter continuidade. Em 1992, a instituição se depara com o aumento de prostitutas na cidade do Recife numa faixa etária entre 13 a 18 anos. Esse fato preocupante nos levou necessariamente a criarmos

programas especiais de atendimento, visto que a Casa de Passagem se firmou assumindo como público exclusivo as meninas de rua mas negar a participação das meninas de rua no comércio da prostituição era contribuir para a inércia social no enfrentamento de questões alarmantes.

Passamos, então, a frequentar a zona Rio Branco, no intuito de conquistar as adolescentes para o processo de resgate do sujeito, desenvolvido já pelas meninas de rua. Porém, deparamo-nos com uma diferença que era notável: ser menina de rua não significava necessariamente ser puta. Até porque, de acordo com pesquisa realizada pela instituição em 1992, a prostituição entra no cotidiano das adolescentes como terceiro estágio da sua vivência de rua.

No entanto, esse fato foi mais tarde rechaçado, quando percebemos que algumas adolescentes que sobreviviam da prostituição, tinham queimado as etapas de rua no que se refere às estratégias de sobrevivência(esmolar e roubar).

Dessa forma, ser menina de rua não era ser puta. Viventes do mesmo cenário – a rua – apenas em condições estratégicas de garantia de rendas diferentes. Sem falar, que entre os viventes de rua, existe uma hierarquia e sub-hierarquia próprias dentro de cada posição específica. Existia um certo preconceito tanto das meninas de rua quanto das prostitutas em partilhar um mesmo espaço. Se por um lado era reproduzido o preconceito na visão de cada categoria de rua, por outro lado, eram representados status diferenciados. Cabia à menina de rua o status de ser a poderosa, a que ameaça a população com suas latas de cola, a que saqueia brutalmente objetos alheios, a marginal; enquanto a prostituta apresentava-se como aquela que, consciente ou inconscientemente, possuía um domínio sobre seu corpo e do outro, aquela que abertamente troca serviços sexuais por dinheiro, sem precisar agredir com violência a população. Criado o status de cada categoria, percebemos

que a convivência não poderia ser administrada e isso ocorreu na prática, quando, em tentativas, tivemos reações bastante negativas.

A partir daí, dá-se na instituição prioridade a um programa que trabalhe a especificidade da vivente de rua – na prostituição - . Em 1994 é criado internamente na instituição o PAAP (Programa de Apoio a Adolescente Prostituída), porém vivenciamos nesse período a intensificação da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Prostituição Infanto-juvenil, articulação liderada por parlamentares federais que objetivavam destituir a rede de comércio sobre os corpos infato-juvenis que havia nas principais capitais nordestinas.

Na realidade, na década de 90, a discussão acerca da prostituição tomou vulto nas diferentes instâncias sociais: universidades, fóruns de debates, entrevistas, inquéritos policiais, congressos nacionais e internacionais, entre outros eventos. Negar essa realidade dentro de parâmetros de normalidade seria banalizar uma rede de exploração que não se concentrava apenas em mulheres adultas, mas se expandia para o terreno infanto-juvenil.

Através de um dossiê elaborado pelo Centro Brasileiro da Infância e Adolescência, extinta FUNABEM, a sociedade tomou conhecimento de que existia um quantitativo de 500 mil jovens envolvidas com a prostituição, isso significando 10% do número de mulheres prostituídas por ano. Entre as causas mais apontadas estavam: a gravidez precoce e a vivência na rua impulsionada pela necessidade de contribuir com a renda familiar.

No caso de Recife, pesquisa realizada pela Casa de Passagem em 1992, apontava que aproximadamente 45% das jovens viventes de rua buscavam na prostituição estratégia de subsistência e sustentação da família. Com um número alarmante, o Brasil sobe ao patamar de segundo País no mundo com a questão da prostituição infanto-juvenil,

perdendo apenas para a Tailândia, mas ostentando o título de primeiro lugar comparado aos países da América Latina.

Com relação às principais capitais do País, o Recife é apontado como uma das grandes capitais nordestinas no comércio da prostituição infanto-juvenil. Frente a tantos títulos, é instalado no Recife, em 1993, a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) liderada por deputados federais, que percorreram as principais capitais do País, na tentativa de diagnosticar o perfil da prostituição infanto-juvenil e forjar medidas de sanção aos principais envolvidos.

A participação das ONG's locais contribuíram consideravelmente com a CPI, a qual apontou os principais implicados com o comércio e exploração sexual das jovens. Toda uma rede estava montada para beneficiar a prostituição juvenil, contando com taxistas, vendedores de côco, hotéis, boates e bares.

A Casa de Passagem, envolvida com os trabalhos de combater a prostituição juvenil, implementou o PAAP (Programa de Apoio a Adolescente Prostituída). O programa visava atender em nível bio-psico-social e jurídico as adolescentes que estavam envolvidas no comércio do corpo através de reuniões, de encontros, de atendimento direto nas áreas de prostituição. E, ao final do ano, percebendo que não podíamos garantir um programa voltado às adolescentes, vendo-as como prostitutas, o programa foi redirecionado à população adulta, que já estava se beneficiando.

Porém, apesar dos esforços de ONG's locais, governo federal, sistema de segurança, CPI's nacionais e estaduais, o panorama da exploração sexual de jovens mudou muito pouco. Os vôos internacionais não deixaram de chegar, trazendo turistas em cuja programação principal estava o turismo sexual. As denúncias aumentaram e ações como, prisões de pessoas envolvidas com a prostituição juvenil, fechamento de boates envolvidas

com shows eróticos de menores, controle dos aeroportos, blitz policial aos principais pontos do turismo sexual como praias, boates à beira-mar foram realizadas.

Dentro da programação de combate ao abuso e a exploração sexual, e especificamente ao turismo sexual, foram implementadas campanhas arregimentando músicos e artistas locais, à disposição do poder público federal, que criou o Programa Nacional de Proteção aos Direitos Humanos, estudos acadêmicos²⁹ procuram dar uma base à compreensão e efetivação de políticas que busquem contornar o problema do abuso e exploração sexual da população infanto-juvenil e do turismo sexual.

O PATS (Programa de Atendimento às Trabalhadoras do Sexo – ex- PAAP), dentro da discussão sobre a prática prostitucional, colaborou muito no atendimento específico da população envolvida com a prostituição. Eventos como encontros, elaboração de cartilhas e a criação de grupos de discussão deu corpo ao trabalho. Abriu para as mulheres amordaçadas pela vida a possibilidade de falar, de se verem sujeitos de sua história de vida, comandantes principais desta nau que navega nas águas da zona Rio Branco. Potencializar o grupo foi a melhor estratégia para garantir o atendimento das mulheres que insistiam em desenvolver sua prática prostitucional na antiga zona da Rio Branco, espaço na época cobiçado pelo setor de turismo local, que objetivava tirar desse cenário as mulheres que, emolduradas nas janelas dos antigos casarões, marcaram a história do bairro. Surgiu o Grupo Rio Branco.

²⁹ - Ver trabalho de Carpzov(1994)- Turismo e Identidade.

b) O Clã Prostitucional

O contato inicial com as prostitutas nos levou a detectar uma grande dificuldade destas em se expressar, dizer do que gostavam, do que não gostavam, o que almejavam da vida, qual percepção tinham sobre a vida que levavam e quais as expectativas para o futuro. Nos encontros era possível notar nas mulheres o receio pelo novo. Acostumadas a um cotidiano controlado por elas, no qual a jogada do malandro, a sanção da dona de pensão, colocando-as para fora do espaço quando constatavam o não pagamento, o tratar bem ou mal dos garçons, no momento em que elas contribuíram para o seu ganho diário, levando “gringos”, entre tantas outras imagens, aprisionaram as mulheres a um cotidiano singular.

A Casa de Passagem, na tentativa de resgatar a vida de meninas de rua e mulheres prostitutas, possibilitava a ambas uma nova forma de tratamento, vendo-as dentro de um contexto de humanização. O espaço do grupo era novo, necessitava ser construído em passos cuidadosos. A desconfiança pairava. Acostumadas a uma vida cheia de adversidades, na qual estavam condenadas a serem sempre vistas como “putas”, dentro de uma perspectiva negativa, o espaço de construção do grupo levava as mulheres a entrarem

em contato com um outro universo mais saudável de relacionamento e de construção identitária.

Nossa atitude passou a ser lida sob diversos ângulos pelas mulheres, éramos as “loucas que perdem tempo com mulheres vadias”, “éramos pessoas que tiravam algum proveito financeiro sobre elas”, “éramos pessoas boas”. Tantos adjetivos foram lançados, mas o trabalho persistiu. O grupo, apesar de temeroso, começou a se firmar. O espaço da fala ainda temido pelas mulheres.

O grupo foi organizado visando, a partir das falas e faltas das mulheres, constituir elementos de discussão coletiva. Exercitar a fala foi, acima de tudo, construir espaços mais saudáveis de convivência. Porém, inicialmente, deparamos-nos com um grande obstáculo: as mulheres estavam acostumadas a CALAR, nossa proposta estava naquele momento sendo incompatível com um história de silêncio. Cobia à equipe garantir a construção coletiva desse espaço de fala, dar oportunidade às adolescentes/mulheres de entrarem em contato com sentimentos construídos sobre elas e possibilitar a formação de novos conceitos. A fala era imprescindível, até porque “colocar palavras no sofrimento e nas tensões latentes os humaniza e lhes dá sentido. Quando as coisas são faladas, persiste a paz do corpo, ao passo que o que não é verbalmente retomado, permanece ali, cria um nó, e o corpo fala em lugar do que não pode ser dito. Dizer a verdade sobre uma vivência ou sobre uma história é não apenas preencher um vazio, mas também reenxergar o sujeito em sua própria história, explicitar e tornar mais verdadeiro algo até então confusamente sentido(...) É fazendo a anomalia falar, escutando-a no contexto de uma relação transferencial, que o comportamento se modifica”(Dolto, 1990:72).

O espaço do grupo representou, a princípio, um “paraíso” desconhecido. “O que falar?” “Por que falar?” “A gente pode falar?”. Presas nas palavras dos outros que

sempre as definiram como vadias, putas, mulheres safadas, raparigas, etc, as mulheres compreendiam as palavras como amarras, como punição, com uma carga negativa. Falar de forma libertadora, falar sentindo a força das palavras, falar contra as denominações e estigmas que carregavam há anos, era novo, e precisávamos de tempo para construir com as mulheres novos conceitos, novos símbolos, para elas conhecerem-se e reconhecerem-se a partir de seus discursos.

Embora lento, o processo grupal teve início e semanalmente encontrávamos com as adolescentes/mulheres para debatermos assuntos de interesse como drogas, AIDS, DST's, aborto, gravidez, prática prostitucional, adolescência, mercado de trabalho, etc. Utilizando-nos do processo grupal instituído por Pichon Rivière – o grupo operativo – passamos a construir regras, normas, a resolver questões tomando como base o envolvimento do grupo no problema. Procuramos não colocar a instituição como solução das dificuldades das participantes. Ao contrário, lançávamos ao grupo a importância da sua força na resolução de problemas. O grupo era operacionalizado em cima de uma tarefa estabelecida. Esta, servia de elo entre os participantes do grupo, ou seja, cada membro deveria contribuir com opiniões. A heterogeneidade encontrada entre os participante, ao invés de elemento dificultador do grupo, era a todo tempo estimulado. Trabalhar as diferenças de opiniões, considerar o pensar do outro, garantir a livre expressão eram fatores necessários para a convivência e fortalecimento do grupo.

A fala consistia num elemento de condução e operacionalização das tarefas, garantindo as diferenças de contribuições de cada participante, uma vez que são consideradas vivências, história de vidas, percepção da prática e outras peculiaridades de cada participante. O fortalecimento da fala repercutia no resgate do sujeito emudecido, preso apenas nas falas e visão do outro.

A princípio, as participantes chegavam com discursos prontos, discorriam acerca da prostituição apenas dentro de um panorama de vitimizadas. Aos poucos conseguiam sair desse discurso formalizado e apresentavam novas visões da sua prática.

“A prostituição é ruim, mas tem homem que é tão carinhoso comigo que aí eu junto o útil ao agradável” (Grupo de discussão).³⁰

Dentre as temáticas abordadas nos encontros, a relacionada à prostituição tomou um vulto bastante significativo. As adolescentes/mulheres não negavam o que faziam na zona Rio Branco, sabiam que a instituição não as via negativamente, porém o assumir-se prostituta apresentava-se dentro de um contexto circunstancial, ou seja, a identidade construída como prostituta era restrita ao locus da zona Rio Branco, garantindo, dessa forma, ambigüidade com relação à prática exercida, como também a construção de novas identidades que responderam a sua inserção em outros locais diferentes da zona.

“Eu sou prostituta lá naquele lugar. Depois que eu saio dali, passo a ponte, eu sou uma pessoa normal como qualquer outra” (Grupo de discussão).³¹

Ou ainda

“Só vou pra lá pra fazer programa, certo? Então, depois da relação sexual, aí eu digo assim: quando eu passo daquela ponte e vou pra casa, vou pra outro lugar qualquer (...) ninguém sabe que eu sou prostituta” (Grupo de discussão).³²

Para driblar uma identidade tomada como depreciativa, as mulheres encontram estratégias e argumentos para manter sua prática protegida, assumindo para um outro público uma identidade multifacetada. É comum encontramos justificativas quanto a sua ausência de casa para os familiares e vizinhos através do exercício de profissões que exigem um horário não convencional.

³⁰ - Grupo de discussão do PATS (Programa de Apoio as Trabalhadoras do Sexo) mimeo, março 1994.

³¹ - Idem, mimeo, maio de 1994.

³² - Idem.

“Onde eu moro também ninguém sabe que eu sou prostituta. Sabe sim que eu trabalho em casa de família. A única pessoa que sabe é minha mãe(...) Mas, onde eu moro ninguém sabe, pergunta: tu estás trabalhando? Tou trabalhando e tou com um namorado que me dá dinheiro, tudinho” (Grupo de discussão).³³

As mulheres vivenciam uma ambigüidade identitária muito forte, conhecem o peso da discriminação social a sua prática. Convivem sob uma identidade construída socialmente que as coloca em um patamar de extrema inferioridade. Conhecem a discriminação, embora se denominem “ (...) estrelas da vida livre, da noite infinita”³⁴, sabem que o amanhecer impõe as que têm que atravessar a ponte um novo assumir-se identitário.

A criação circunstancial da identidade de prostituta, delimitada ao locus da zona Rio Branco e não sua extensão a outros locais, confere às mulheres condições de garantir sua integridade frente às agressões da sociedade “maior” a sua prática.

“Nós somos discriminadas pela sociedade, a verdade é essa” (Grupo de discussão)³⁵

E continua,

“Eu sei, eu sei muito bem disso. Mas não é porque a gente esteja discriminada pela sociedade que nós acha na nossa cabeça que nós somos piores do que as outras”.³⁶

As adolescentes/mulheres que vivenciam a prática prostitucional na zona Rio Branco, percebem-se iguais e sabem da necessidade de serem solidárias - apesar da sua prática exigir um nível de competição elevado – contribuindo assim, para criarem um rede de proteção a uma identidade fragilizada. É freqüente a ajuda mútua em situações de risco, fome ou falta de dinheiro.

³³ - Idem.

³⁴ - Idem

³⁵ - Idem, mimeo, julho de 1994

³⁶ - Idem.

“Pelo menos do lado do porto temos as nossas companheiras que são iguais a nós mesmas, não é? E os homens que vêm sabem que nós somos dali. E, passando da ponte para o outro lado, nós somos ignoradas, a gente passa, alguém diz: você é uma prostituta” (Grupo de discussão).³⁷

Estratégias para garantir uma identidade multifacetada são construídas pelas adolescentes/mulheres. Sua posição de estar na prostituição e não de ser prostituta vem garantindo a troca simultânea de identidade, tendo como parâmetro o atravessar da ponte. O limite entre o ser e o estar, é garantido pela omissão ou anonimato das prostitutas quando cruzam o limite simbólico que é a ponte.

“Eu também, eu saindo dali do porto e atravessando a ponte, da ponte pra lá como se diz, eu não me considero uma prostituta, porque eu saio dali eu não olho nem pro lado nem pro outro, eu sigo em frente. Posso escutar ‘cantada’ como se diz, chamar pra cama, eu não estou ouvindo nada, sigo em frente, entro no ônibus e vou embora pra casa, não dou satisfação da minha vida pra ninguém, sabe. (...) os vizinhos não sabem, pensa que eu trabalho à noite e volto todo dia pra casa. E se eu passo dois, três dias sem ir pra casa, porque eu virei o serviço. Mas, ninguém sabe que eu tou na prostituição” (Grupo de Discussão).³⁸

O grupo cresceu, a cada semana encontrávamos as adolescentes/mulheres e, na tentativa de criar novos vínculos, novas temáticas eram abordadas, garantindo com isso a construção de um sentimento de pertencimento a um grupo que não estava restrito ao locus da zona Rio Branco.

Despir-se dos estigmas, destituí-las dos pecados, deixá-las descer dos casarões durante o dia, visto que essa prática embora não mais exigida pelo setor de segurança, estava impresso na memória. A partir daí, estabelecemos com as mulheres uma nova rotina, bem diferente das suas, passamos a organizar o grupo uma vez por semana, nas quartas-feiras à tarde. Estava estabelecido o laço de cumplicidade entre as mulheres e a instituição.

³⁷ - Idem.

³⁸ - Idem.

E todas as quartas-feiras estávamos a esperar as Elizas, Anas, Rosas, Déboras, e tantas Marias da vida.

CAPÍTULO III
COTIDIANO DA PROSTITUIÇÃO

COTIDIANO DA PROSTITUIÇÃO

3.1- Trajetória: da casa à prostituição

Neste capítulo percorreremos a trajetória de vida das prostitutas, sua rotina nos espaços prostitucionais e a percepção que elas elaboram da sua prática e das suas práticas exercidas em espaços fora da zona, procurando compreender como ocorre a construção identitária(s) desse público-alvo. A partir do percurso vivido pelas mulheres até chegarem à prostituição, optamos por subdividi-lo em 03 itens.

No tópico **Trajetória: da casa à prostituição**, seu desdobramento nos confere condições de lermos os caminhos vividos pelas mulheres, tomando como ponto de partida o espaço familiar como cerce da ruptura biográfica, visto que a maioria das prostitutas iniciaram-se no período da adolescência sua prática prostitucional; em seguida damos ênfase a trajetória de vida das

informante como recurso para traçarmos o panorama socio-familiar das entrevistadas, como também, indicamos os elementos propulsores da prática; e por fim, nossa análise se centra na dialética casa e rua indicando as contradições estabelecidas no contexto familiar e como as informantes, embora imbuídas de uma ruptura familiar brusca, ainda concentram elementos positivos em relação à casa como indicativo do espaço sagrado.

a) O contexto familiar: iniciando a ruptura biográfica

O processo vivenciado pelas prostitutas, da saída de casa até às áreas prostitucionais, revela-nos o momento de ruptura entre o considerado espaço sagrado e o espaço profano. Como propõe DaMatta(1989), o contexto Casa é explicitado como espaço reservado ao sagrado, no qual as relações são estabelecidas com fundamentação em preceitos morais, necessários à manutenção das tradições familiares. Por outro lado, encontram-se na Rua o espaço

em que a transgressão, o movimento e as contradições se fazem presentes.

O cotidiano anterior à prostituição demarca as vivências das comunidades periféricas, nas quais as adolescentes dividem seu tempo na administração dos trabalhos domésticos, com atividades de pequena geração de renda, contribuindo para a renda familiar.

Com exceção de uma entrevistada, cuja vivência doméstica ocorreu no espaço rural, as demais se concentraram nas comunidades periféricas das grandes capitais. Inferimos que o desenrolar de atividades de geração de renda visando contribuir para a sustentação da familiar, vem interferir para o processo de ruptura biográfica, levando algumas jovens a abandonarem a escola, antes mesmo de entrarem na prostituição.

“Eu, com 9 anos de idade, eu comecei a trabalhar vendendo picolé e amendoim, porque minha mãe morava com um homem, mas ele não gostava de mim, não dava roupa nem nada. Depois com 10 anos, de idade eu fui trabalhar em casa de família (...) isso tudo dificultou o meu entrar na escola” (Beatriz, 24 anos).

Um outro aspecto relevante na história de vida das entrevistadas diz respeito à reprodução da forma de casamento

tradicional, no qual a interferência familiar influenciava sobremaneira na escolha dos parceiros. No caso da pesquisa específica, os casamentos organizados por interesses familiares surtiram o efeito desastroso na vida das entrevistadas, levando-as a manterem uma relação de revolta com os filhos, culpabilizando-os por sua frustração.

No caso de Elis, é evidente a estratégia utilizada pela família para mantê-la com condições de sustentabilidade financeira:

“Porque os meus pais era adotivo e daí esse rapaz tinha um futuro brilhante e a família, me levaram ao casamento. Ainda reclamei com duas tias minhas, que não queria casar, que eu queira ser médica, ‘não porque você tem que casar, se eu morre amanhã não sei o que’ (...). Foi a minha infelicidade. Estou tentando me divorciar e não encontro ele” (Elis, 37 anos).

No caso de Marília, o casamento contribuiu para uma total desestrutura emocional, dificultando a relação com as filhas, uma vez, que elas representam a legitimação das imposições familiares.

“Olha, eu fui uma menina, eu vivia muito bem até os meus 14 anos. Depois dos meus 14 anos minha mãe me apresentou um homem; eu era muito danada, gostava de festa, gostava de andar, ela tinha medo que eu me perdesse e fizesse besteira, caísse na vida. Eu namorava com um rapaz, a gente tava pra ficar noivo. Ela não gostava dele, achava que não era futuro pra mim, daí ela conheceu esse homem que ele era velho pra mim, tinha idade de ser meu avô e aí ela me apresentou, ele disse que iria esperar que eu ficasse com 18 anos, infelizmente, não teve tempo pra mim saber o que era bom pra mim. Porque na época da minha mãe que arrumava os maridos para as filhas era os pais, né? Então ela se sentiu no direito de arranjar um homem pra mim. E no caso não foi marido porque ele não tinha condições de casar porque ele já vivia... tinha tido três mulher antes, eu acho até que ele era casado, não sabia nada da vida dele, não tive condições” (...) Hoje, eu tenho duas filhas que eu tive dele, eu não tenho elas assim como

um filho com amor com carinho, porque eu trago esse pesadelo porque isso é um pesadelo, eu termino desprezando elas, que não têm nada a ver”(Marília, 34 anos).

O corte vivenciado pelo casamento precoce ou pela entrada no mercado de trabalho informal demarcam o limite entre as construções positivas de infância e adolescência, na qual cabia os sonhos profissionais para o futuro, e a negação deste, pelo cotidiano. A partir desse corte, os ideais de futuro começam a se distanciar dessas mulheres e seu caminho se faz ou com a ajuda de terceiros, no caso, a entrada de um companheiro que as tire da prostituição ou para serem vividos com a maternidade não planejada.

“O meu dia-a-dia eu gostava muito de me juntar com minhas amigas conversar, tinha uma professora minha que eu ia pra casa dela, tinha muita amizade, era estudar na época que eu estudava, conversar, ficar em casa fazendo alguma coisa, que eu era uma menina muito inteligente, aonde tinha uma pessoa fazendo qualquer arte eu tava ali. E sempre aprendendo, quer dizer, se eu tivesse chance na minha vida de fazer alguma coisa hoje eu era uma boa professora, uma assistente social muito boa. O meu dia-a-dia era muito bom, até os meus 14 anos foi ótimo, apesar de ser de uma família humilde, eu era feliz.”(Marília, 34 anos).

No depoimento de Elis é notório o investimento educacional como estratégia para a melhoria na qualidade de vida. Entre as entrevistada apenas ela conseguiu atingir o segundo grau.

“Daí eu queria ser médica pediatra. Ai meu pai morreu e eu tive que trabalhar, além disso eu tinha já 5 filhos para criar (...)”(Elis, 37 anos).

Contudo, essas expectativas, quanto à formação profissional, ficam cada vez mais distantes para as mulheres que têm como prática cotidiana a prostituição. A própria rotina prostitucional, no que se refere a horário, desgastes físicos, falta de motivação para o estudo vêm levando as mulheres a colocarem no plano do imaginário a possibilidade de mudar de vida investindo numa carreira profissional que não seja compatível com a prostituição.

b) Trajetória de vida

No que se refere à trajetória de vida, nossa proposta não se prende apenas a pontuar os fatores que influenciaram para a assunção da prática, através de uma lógica de causa e efeito. Procuraremos na leitura, os elementos que impulsionaram a iniciação na prostituição, visando captar como esse(s) fator(es) serviram de base para o assumir-se ou não prostituta.

Como é sabido, bem diferente da teoria dos biólogos e constitucionalistas, de maneira geral, ninguém nasce prostituta. Dessa forma, as mulheres não surgiram como de espontâneo nos espaços prostitucionais, o que ao nosso ver demonstra que alguns elementos foram necessários para impulsionar essa posição entre se ver prostituta e ser vista como uma.

No contato com o público de pesquisa, encontramos realidades bem díspares, demonstrando que não existe uma linearidade entre as histórias de vida das prostitutas. Encontramos uma infinidade de causas que impulsionaram a vivência na prostituição. Claro que o fator econômico foi apontado, porém, não como elemento único, e sim como um entre os apresentados. Entre as entrevistadas, encontramos situações em que, aliados às condições econômicas precárias, há outros aspectos presentes na gênese prostitucional.

Com relação ao público da pesquisa, de maneira geral, são pessoas oriundas de família de baixa renda. Do total de entrevistadas, em número de 13, apenas 09 frequentaram a escola, no entanto, só duas conseguiram atingir o segundo grau. Quanto à origem urbana e rural, foi detectado que a maioria era oriunda da área urbana. A composição familiar reproduzia a cultura local, quanto a uma família extensa.

Encontramos um quadro revelador da família pobre nordestina. A composição familiar variava entre três a dezesseis componentes.

Por pertencerem, em sua maioria, a uma família numerosa, o trabalho da mulher como base da renda familiar foi apresentado pela totalidade das entrevistadas. Entre as funções desempenhadas encontramos o envolvimento com a produção de alimentos nas lavouras, pequenos serviços informais, como vendedoras ambulantes, e algumas inserções no comércio formal como garçonetes, operadoras de fábricas e vendedoras. Como é apresentado, o nível de escolaridade vem a contribuir para uma inserção pequena no trabalho formal, em atividades que não requisitam um grau de escolaridade elevado. Um outro aspecto importante que encontramos na pesquisa diz respeito a entrada precoce na prostituição. O início na prostituição ocorreu, na maioria dos casos, durante o período etário da adolescência.

A iniciação à prostituição, em alguns momentos, é revelado como fruto do incentivo dado por pares de convivência. No entanto, percebemos que aliada à persuasão realizada por grupos de convivência (amigas, colegas de trabalho, parentes), encontra-se o fator econômico como sendo a base para tal iniciativa. Como nos revela Flávia, apesar de haver incentivo por parte de grupo de convivência, o assumir as dificuldades financeiras é representado como elemento que contribuiu enormemente para entrada na prática da prostituição.

“Ah, depois que eu conheci minhas colegas de Campina Grande, que a gente morava em Barra de Santa Rosa né, aí eu conheci as colegas de Campina Grande, comecei a viajar para a casa delas em Campina, aí toda a vida de terror começo lá, em Campina Grande” (Flávia, 21 ano)..

Em complementação, encontramos que as dificuldades financeiras vividas pelas informantes, no que se refere ao acesso aos bens de consumo, condicionaram para a entrada na prostituição como forma de obtenção de produtos e de serviços.

“Não só as minhas colegas, mas também a necessidade. Porque os meus pais não têm condições financeiras de me dar nada do que eu quero, por exemplo, roupas no final de ano, calçados. Pretendo ainda ir ao colégio que eu não sei ler, não sei escrever, mas ainda pretendo aprender, se Deus quiser”(Flávia, 21 anos).

A percepção das mulheres de que os ganhos proporcionados pela prostituição eram maiores do que as atividades profissionais convencionais, contribuiu para a opção pela prostituição demonstrando claramente que as influências prestadas por grupos de convivência anteriores à prostituição não assumiram um papel definidor pela prática.

“Aí, daí meu pai morre, queria ser médica pediatra, meu pai morreu, não deu para fazer esse curso. Daí a casa da minha mãe tava caindo, minha colega falou assim pra mim: ‘ói, tem um lugar que eu sei que lá tu ganha dinheiro’, eu falei ‘e como é que ganhar?’, ela ‘não, é só tu sentá na mesa e tomar um guaraná’. Aí eu vim, cheguei até aqui Conheci um americano que eu conheço até hoje, que sempre ele me ajuda. Daí eu tomei umas dose de uísque, fiquei bêbada, fui para o hotel com ele... . De manhã a gente transou, ele me deu 100 dólar, eu disse que não queria aquele dinheiro porque aquilo era dinheiro falso, ele veio comigo até o restaurante Bar OK, que tem aqui na Marquês de Olinda, quando eu vi aquele monte de dinheiro, eu abracei ele, beijei ele, achei bom. Porque era um dinheiro para sustentar a minha mãe e os meus cinco filhos.” (Elis, 37 anos).

A fala da Marília revela a prostituição como espaço financeiro mais rentável que os espaços formais de trabalho.

“Foi uma ex-cunhada minha, era casada com um irmão meu, separou ...Agora eu não boto a culpa nela não, eu entrei nessa vida por vaidade. Eu entrei porque eu tenho duas filhas e trabalhava em fábrica, trabalhava em restaurante, em bar, não dava, não tinha condições de eu dar uma vida melhor pra elas. E aí eu pedi as contas da fábrica, fui para Maceió, passei um tempo lá, as férias, né, e gostei e depois fiquei lá mesmo batalhando”(Marília 34 anos).

Ou, ainda, como foi o caso da Rose, a evidência do ganho real na prostituição levou-lhe a substituir o comércio ambulante pela prática prostitucional.

“Deixei de vender, porque não tava ganhando muito dinheiro, ‘eu tou ganhando pouco vendendo isso aqui’, deixei e fui batalhar, peguei logo um filipino” (Rose, 19 anos).

Como já foi explicitado, o fator econômico contribuiu contundentemente para a iniciação das entrevistadas à prostituição, contudo a entrada na prostituição não se deveu apenas às dificuldades econômicas, aspectos como violência/ abuso sexual vivenciado na família e estupro fizeram parte da nossa amostra. É interessante a percepção que Sílvia tem da sua entrada na prostituição, após vivenciar um estupro por um guarda portuário, na área de prostituição, para ela o estupro foi o elemento legitimador do seu processo prostitucional.

“Não, porque me pegou a pulso, aí eu ia fazer o quê? Ia guardar, era?” (Sílvia, 16 anos).

A violência doméstica é apresentada na pesquisa como uma das vertentes para a iniciação à prostituição. No caso estudado, identificamos que a prostituição surge como estratégia de driblar as relações incestuosas causadas entre padrasto e enteada, no contexto familiar. Para manter uma moral familiar, o que ocorre é a busca em espaços extra-familiar de parceiros que pratiquem o sexo, livrando a adolescente da culpabilidade em ter seduzido o padrasto. Tanto nessa pesquisa quanto na das Meninas de Ruas: Trajetória, Dimensão e Estratégia de Sobrevivência, podemos encontrar que nas relações mãe e filha a opção pelo padrasto apresenta-se como unânime. Até porque percebemos que, nas estruturas familiares de baixa renda, existe toda uma estratégia para não admitir a violência doméstica. Sem falar que nos casos em que um dos sujeito: menina e padrasto, são colocados como opções de escolhas em momentos de crise, recai a escolha sempre para o padrasto, esse concebido como provedor financeiro ou simplesmente, para manter o status social de apresentar o “macho” como símbolo de constituição familiar.

Quando eu cheguei em casa, , como 12 anos meu padrasto começou a pegá nos meus seios que tava crescendo, ... Então, ele começou a pegá nos meus seios, aí eu disse prá minha mãe, mãe pegou me deu uma pisa, ela não acreditou. Aí eu fiquei revoltada, né, porque eu trabalhava tanto, ela não acreditava em mim porque ela gostava muito dele. Aí, quando foi um certo dia, fui trabalhá numa casa de doce, aí quando tava lá, quando foi um outro dia que eu cheguei em casa, ele foi fazer a mesma coisa, aí eu disse: ‘vizinha eu vou sair de dentro de casa porque meu padrasto tá pegando nos meus seios’. Aí ela pegou disse para minha mãe, levei outra surra, que fui parar num hospital” (Beatriz, 24 anos).

A revolta pela não confiabilidade na sua fala e a clara opção da mãe pelo parceiro, vêm demonstrando a realidade das adolescentes de baixa renda que, despossuídas de um espaço adequado de fala/denúncia, tomam, em alguns casos, a rua como estratégia de livrar-se dos freqüentes abusos. No caso da entrevistada, a sua opção pela prostituição a conduziria a livrar-se do espaço doméstico, uma vez que sua permanência, não sendo ela virgem, não seria aceita socialmente pela moral familiar e comunitária.

“Aí voltei para o trabalho de novo, quando cheguei do trabalho eu conheci um rapaz de 18 anos e eu só tinha 12 anos, né. Até eu, sem gostar dele, sem nada, eu peguei saí com ele, fiz sexo com ele, né, e cheguei em casa. Quando cheguei em casa, eu disse que era mulher, eu era pequena, não sabia nem o que tava fazendo. Quando eu cheguei em casa disse: ‘mãe, eu não sou mais moça não. Sou mulhé, aí ele disse: ‘você pegue as suas coisas agora e saia de dentro de casa’. Aí, eu peguei as minhas coisas e foi o que fiz” (Beatriz, 24 anos).

Apesar de Beatriz definir sua atitude como não pensada, pelo fato de ser adolescente, as conseqüências do seu ato e a repercussão na família a mesma tinha clareza. Dessa forma, fica evidente que as adolescentes e as mulheres procuram a prostituição como fonte de livrar-se das dificuldades sócio-econômicas e emocionais encontradas em casa. Elas sabem como estão estabelecidas as regras da moral familiare sabem quais são os desdobramentos quando a mesma é infringida.

“Porque meu padrasto tava pegando no meu pé.” Pra ele não fazer uma arte comigo, eu preferi sair com esse rapaz.. Ela(mãe) não, mas o meu padrasto, sim. Foi o que ele fez. Quando ele me expulsou, eu fui embora(Beatriz, 24 anos).

Entre as entrevistadas, encontramos um depoimento que difere bastante dos demais. E que revela ainda mais o componente da moral conservadora. No caso da Rose (19 anos), a sua entrada na prostituição ocorreu muito mais pela quebra de valores (virgindade), que pela situação econômica etc. Entretanto, esse romper com os valores tradicionais não percorreu o caminho que normalmente é documentado nas famílias de baixa renda, quando da evidência da não-virgindade existe uma imposição para o casamento. Nesse caso, o constatar de que não era mais virgem causou em Rose uma aversão ao companheiro, uma vez, que a mesma sentiu-se lesada, dos seus ideais de casar virgem, procriar, constituir familiar, ideários tão comuns na cotidianidade das adolescentes periféricas.

“Eu namorava com ele. Aí, eu peguei, sai dois dias, fui pra um Pagode fim de semana com ele. Aí eu fui dormir, ele me catucou com o dedo, eu não senti não. Acho que ele botou qualquer coisa pra eu dormir. A minha virgindade ele tirou com o dedo. (...) quando ele acordou de manhã, ele perguntou se eu senti alguma coisa, eu disse que não, ele fez ‘quando for de noite eu falo com você’. Aí, quando ele chegou de noite, tomou banho, comeu, me chamou pra escadaria de casa, contou aí dizendo que tirou minha virgindade, eu dizendo que foi mentira, ele dizendo que queria morar comigo, eu não quis. Eu não acreditei que ele tinha tirado não, aí fui no banheiro, quando botei o dedo, eu já era mulher já.” (Rose, 19 anos).

O quebrar com o ideário de casamento de Rose, ao invés de levá-la a manter a relação como estratégia de reparar o ocorrido, levou-a a criar uma total aversão ao namorado, não conseguindo manter a relação, mesmo com a aprovação dos familiares.

“Aí, depois ele foi falar como o meu pai e com a mãe, dizendo que queria morar comigo. Eu fiz: ‘ não quero não’. Aí pai e mãe falou comigo pra eu ir morar com ele, que ele era meu dono, eu disse que não queria não. Que não era desse jeito que eu queria morar não” (Rose, 19 anos).

c)- A dialética casa e rua

Do ponto de vista da “ruptura biográfica”, a gravidez em adolescentes antecipa as responsabilidades da vida adulta - cuidar do filho, cobrir as suas necessidades e da criança, ingressar prematuramente no mercado de trabalho, etc - gera a “síndrome do fracasso”. Essa é definida pelos efeitos negativos que a gravidez proporciona “... la impossibilidad de completar las funciones de la adolescencia, abandono de la actividad escolar por vergüenza o probición, grandes dificultades para rearticular su vida sexual y limitar su fecundidade, impossibilidad de establecer una familia y una vocación y poder cubrir las necesidades propias y las de hijos y asegurar que este alcance su potencial vital”(Palma 1991:24)

Nesta pesquisa, encontramos explicitamente os casos em que a ruptura biográfica ocorreu, em alguns casos, levando as entrevistadas, ainda adolescentes, a assumirem papéis e responsabilidades de um contexto de vida adulto, como cuidar de filhos, trabalhar, etc.

Em alguns casos, a vivência da sexualidade ocorreu antes mesmo do próprio desenvolvimento físico e emocional das adolescentes. Questões referentes à saúde/sexualidade das adolescentes não fizeram parte do contexto familiar, demonstrando a total desinformação das entrevistadas.

“Eu menstruei depois que eu já era mulher” (Beatriz, 24 anos).

Ou ainda:

“Minha família nunca falou nada disso pra mim, nada sobre sexo. Fui moça, fui mulher, fui mãe, mas minha família nunca falou dessas coisas” (Rosa, 38 anos).

Além da vivência da sexualidade precoce, faltando sequer uma compreensão do que estava vivenciando, o abandono dos estudos se configura como consequência social da ruptura biográfica vivida, demonstrando a incompatibilidade de conciliar a vivência escolar e as tarefas de casa e/ou prostituição.

“Eu sempre me esforcei para estudar mais, mas não tive condições porque na época de eu ser filha eu fui mãe e aí ou vivia pra mim ou vivia pros filhos. Com 15 anos comecei a trabalhar e viver para as duas filhas que eu tenho” (Marília, 34 anos).

Um aspecto relevante que observamos no estudo diz respeito à manutenção positiva das relações familiares, mesmo em casos em que a ruptura biográfica ocorreu por imposição dos parentes. Apesar de a pesquisa não destacar a presença da figura familiar masculina(pai), visto que em sua grande maioria, a mãe era apontada como a mais presente, percebemos que a referência materna é mantida, mesmo após grandes frustrações nos casos em que o abandono da filha teve como motivo a opção pelo companheiro/marido.

Em pesquisa anterior, Vasconcelos (1997), analisando a situação das meninas de rua do Recife, nos apresenta a importância que a figura materna impõe as viventes de rua(meninas de rua), talvez pelo fato da composição familiar apresentar-se fragmentada, recai na mãe o vínculo mais forte. Situando a menina no mundo, não por um referencial de afetividade, mas de “origem, de pertencer, por direito, a alguma coisa, a alguém ou a algum lugar” (Vasconcelos, 1997:28).

É com referência a esse vínculo que as entrevistadas, mesmo tendo vivenciado relações destrutivas com a mãe, não conseguem desvincular-se do marco genesiológico. Dessa forma, sentimentos negativos são sublimados, evidenciando a dificuldade das entrevistadas de culpabilizarem a mãe. Isso fica explícito nos depoimentos de Beatriz e Marília. A primeira considera sua entrada na prostituição como saída de escapar dos

assédios do padrasto, enquanto a segunda, após uma tentativa de casamento frustrada, encontra na prostituição alternativa de melhorar sua renda.

“Meu pai era separado da minha mãe e morava no interior de Maceió. (...) Aí o Juizado mandou eu ficá um mês com ele, aí eu fiquei, que era pra todo mês ele me dá o meu abono, mas ele não me deu nada. Aí, com ele eu fui trabalhá, quando eu cheguei, aí ele veio dá-lhe em mim, aí quando ele veio dá-lhe em mim, eu me agarrei com ele e fui-me embora de novo. Eu não gosto dele, prá mim a única coisa que eu gosto é minha mãe, apesar de tudo que eu tava nessa vida por causa dela, porque eu não tou aqui porque eu quero, (...)” (Beatriz, 24 anos).

No depoimento de Marília, percebemos que a prostituição foi buscada como alternativa de livrar-se de casamentos forçados.

“Não, com 14 anos mesmo. Ele transou comigo, eu transei com ele e aí a gente ficou três anos, eu sem experiência, o tempo foi passando, peguei uma gravidez, falei pra minha mãe que queria tirar, queria estudar, queria ter algum futuro na vida, né. Só que não tive condições e aí... fiquei com ele três anos tive duas filhas e um menino que ele morreu, aí me separei dele. Foi o tempo que eu cresci, né” (Marília, 34 anos).

Contudo, ambas sentem claramente a dificuldade de ver a participação da mãe como condicionante nos seus processos de ruptura biográfica e vivência prostitucional, desenvolvendo um sentimento de ambigüidade para com a mãe.

“Apesar, pra mim eu sempre pensei assim, apesar dela nunca ter me dado nada, mas no fundo, no fundo, ela é minha mãe. Então, é uma coisa que eu não posso negar nada pra ela, o que eu puder fazer por ela, enquanto ela tiver viva, eu faço” (Beatriz, 24 anos).

Em alguns momentos, a ajuda na criação dos netos apresenta-se como elemento de restituição dos vínculos.

“Eu amo minha mãe, apesar de tudo que ela fez comigo, eu amo minha mãe, amo muito ela porque agora eu tou aqui, meu filho tá com ela, por tudo que ela fez, mas ela tá com o meu filho. E ela diz: ‘olhe, minha filha, no dia que você não quiser mais viver nessa vida, venha se embora pra dentro de casa’” (Beatriz, 24 anos).

Ou ainda,

“Me prendeu tanto, não queria que eu sáisse, que eu andasse com certas amizadas, pra mim não cair na vida da prostituição, quer dizer, tudo aconteceu e eu terminei passando por isso, né. (...) Eu acho que faltou um preparo de pai e mãe, do apoio de família. Porque na época quem me deu muito apoio foi meu irmão mais velho e as vizinhas, mas ela brigou com eles, discutiu com eles” (Marília, 34 anos).

A dificuldade de encarar a atitude da mãe como falha, se por uma lado estabelece um vínculo sem muita afetividade com a mãe, por outro, existe por parte da entrevistada uma estratégia de não levar o assunto à tona - o que ao nosso ver serviria como elemento explicitador da impotência da mãe.

(...) às vezes, eu quero conversar com ela, mas eu tenho medo de magoar ela, mas eu tenho que ser realista e conversar com ela. É conversar, desabafar com ela. Eu tenho medo de eu conversar com ela e depois ela ter um problema de coração” (Marília, 34 anos).

3.2- Cotidiano como espaço de construção de identidades

Neste estudo, procuramos analisar, no espaço da zona, as relações estabelecidas, as redes de solidariedade construídas, os códigos dos usuários, na tentativa de entender se a partir deste contexto, poderíamos inferir sobre a construção identitária das mulheres que desenvolvem a prática da prostituição. Alguns aspectos analisados merecem ser destacados, como: cotidiano da zona, percepção acerca da prática exercida, o significado de vender as carnes, percepção da relação sem afeto, a visão de prostituição enquanto trabalho e os valores e códigos construídos.

O cotidiano na zona é marcado por várias faces. Quem se dirige à Rio Branco durante o dia, com certeza encontrará um tipo de comércio específico que não confere qualquer visão de prostituição e de boêmia. A zona Rio Branco, durante o horário comercial, é freqüentada por comerciantes e executivos que desenvolvem suas atividades nos imensos casarões. Comércio de ferragens, bancos, casas gastronômicas, repartições públicas fazem parte deste cenário, possibilitando uma visão oficializada do bairro. Ao

fundo encontramos o porto, com seu perfil extremamente econômico, canalizando seus estoques para os armazéns que circundam toda barra litorânea.

As pequenas pensões e bares, que reservam seus espaços para a prostituição e que se apresentam como marco da resistência no bairro, ficam escondidas entre o comércio oficial. É possível ver timidamente algumas janelas abertas que, utilizando-se de toda discrição, não tornam perceptível a prática da prostituição nesse horário específico. As mulheres, embora não mais obrigadas ao confinamento, mantêm a prática de descer apenas à noite. As descidas ocasionadas durante o dia têm propósitos definidos como a procura de alimentação em bares mais simples, a saída para o comércio do outro lado da ponte, ou, ainda, para algum lugar de interesse, como casas de família, amigos ou médicos.

As pensões como as de Rosário e Ana fazem parte do cotidiano, alugando seus quartos para prostitutas antigas que não mantêm grandes vínculos com a família ou que, mesmo mantendo, preferem ocupar seu espaço definido. Essas pensões não possuem qualquer aspecto luxuoso, apresentam-se tão simples quanto as mulheres que as habitam. Cada quarto contém armário, cama, mesa ou penteadeira, televisão, rádio, em alguns casos, encontramos frigobar. Na decoração estavam presentes fotos das informantes e familiares, algum santo de preferência das mulheres, entre os mais comuns encontramos Nossa Sra da Conceição (Iemajá), Santa Barbara(Iasã), Nossa Sra. do Carmo(Oxum), São Jorge (Ogum). O sincretismo religioso das mulheres, traduzido na adoração dos santos oficiais da igreja católica ou sua reverência na umbanda, faz, junto com rosas e folhas de arruda, a decoração dos pequenos quartos. As mulheres são místicas, acreditam que alguma relação entre sua prática e os santos as ajudam na condução de uma vida permeada por adversidades.

Quanto ao bar da Franc's, que serviu de reduto para a condução das entrevistas, esse apresenta uma decoração bastante peculiar. Como o bar é freqüentado por embarcadiços de várias nacionalidades, a proprietária decorou-o, colocando como motivo gravuras que representam os países. Desse fato, podemos encontrar no bar aspectos que nos lembrem a Grécia, Espanha, China, Filipinas, França, entre outros. Fazendo parte da decoração, o bar ostenta várias bóias deixadas pela tripulação que circula no ambiente. O bar dispõe ainda de um sistema de som que reproduz músicas locais e internacionais, um palco para exibição de strip-tease e, ainda, um espelho "mágico" que fica na parede central do bar. Nesse espaço do espelho, as mulheres se transformam em estrelas e lá se exibem, colocando aos interessados seu produto – o corpo – para ser negociado. Sem falar, que esse espaço de "dance" serve como estratégia para as paqueras, rituais anteriores à negociação da prática prostitucional.

Os demais bares servem de espaço de comedoria das mulheres, são simples, apresentam-se com suas variedades de comidas no estilo "prato pronto", e, pelo preço cobrado, diferenciam-se dos self-services do bairro. Servem, ainda, como espaço não apenas para as prostitutas, mas pela peculiaridade que é o preço das refeições, recebem os taxistas, flanelinhas, engraxates que circulam na redondeza. Outro aspecto a se destacar, nesse tipo de bar é o fato de cobrar a refeição semanalmente. Isto garante a algumas prostitutas condições de alimentação diária, desde que cumpram com o combinado, que é o pagamento no final da semana. As mulheres que não honraram esse crédito estabelecido pelos donos de bares, não conseguem mais estabelecer essa linha de crédito e sua alimentação nesses espaços deve ocorrer com pagamento imediato.

Passando para compreender a percepção das mulheres ao cotidiano da zona Rio Branco, encontramos um espaço que já representou fartura financeira, porém, hoje é

marcado pela decadência da prática prostitucional, uma vez que a frequência diminuiu, dada aos condicionantes da época como amor livre, medo da contaminação por DST's, entre outros. A memória ainda reserva a lembrança do tempo em que a zona era lucrativa, de certo que a permanência de navios estrangeiros garantiam o comércio portuário local e a prostituição indiretamente.

“Bom, meu dia-a-dia aqui muitas vezes eu tinha bastante, suficiente, às vezes não tinha nada. Eu vou tentar explicar por quê. Porque quando eu vivia aqui, quem mais olhava pra mim era americanos, africanos, hondurenhos, porto-riquenhos, colombiano, cabo verde, jamaicano. Os louros nunca olhavam pra mim. Naquela época, quando eu cheguei aqui na zona, eu ficava de buceta ardida, tinha dia que era 10, 12 naquela época, agora não” (Rosa, 38 anos).

Hoje, a realidade apresenta-se bastante difícil para as mulheres, as mudanças ocorridas com a própria revitalização vêm conferir um novo cenário ao bairro, sem falar nos aspectos diretos como a transferência do porto para Suape. Essas mudanças imprimem um saldo nada animador à prática prostitucional. O que hoje se verifica é uma rotina sem grandes expectativas, na qual o dia-a-dia das mulheres é simbolizado pela possibilidade ou não de ganhos noturnos. Assim sendo, quando não existe investimento financeiro devido à falta de clientes, as mulheres apresentam certa fragilidade, precisando lançar mão da ajuda de companheiras de “batalha”, no empréstimo de dinheiro.

“ À tarde, quando acordo, se tiver com dinheiro, vou almoçar. Tô dormindo, porque normalmente eu costumo dormir às 4 horas, 3 horas, 6 horas da manhã, depende. (...) Tem dia que a gente vem não tem homem, a gente volta, tem dia que a gente vem, tem homem, a maioria fica a esperar o dia da gente. (...) E assim vai a vida. (...) tem dias que a gente não ganha nem para um comprimido, e aí tem que procurar as amigas mesmo” (Rosa, 38 anos).

A rotina incerta do espaço prostitucional vem conferir às mulheres uma visão sobre a prostituição que oscila entre ser um sonho até a constituir-se enquanto realidade de trabalho, porém dentro de uma classificação de normalidade e anormalidade. Na realidade, a percepção da prostituição está atrelada às possibilidades financeiras, de status, poder,

entre outros que sua prática pode possibilitar, dessa forma, podemos encontrar desde falas eufóricas, traduzindo os ganhos financeiros, como também, falas permeadas de angústia e desilusão.

“ (...) eu tive muita ilusão, foi aquela ilusão, eu passei 15 dias de férias trabalhando com muito estrangeiro, ganhei muito dinheiro. O dinheiro que eu trabalhei o ano todinho para receber no final do ano, férias, PIS, essas coisas todinhas para pagar, em 15 dias eu ganhei o triplo do que recebi da fábrica” (Marília, 34 anos).

Na classificação da prostituição como trabalho, percebemos como as mulheres definem um nível escalar do mesmo. Contemplando a prática ora numa perspectiva de normalidade, ora num contexto de anormalidade, mesmo quando a justificativa para sua inserção seja a garantia da sobrevivência da prostituta ou de sua família.

“Porque é um dinheiro que eu tou vendendo minhas carnes e tudo bem que eu queira ou não, é um trabalho, mas não é um trabalho normal como outro qualquer. Eu não acho que seja um trabalho normal como outro qualquer. Se eu pudesse, hoje mesmo eu sairia dessa vida, mas como não posso, continuo nela” (Beatriz, 24 anos).

Como a justificativa maior para continuar na prostituição dá-se pelo fato de garantir a manutenção da família, as mulheres aprendem a encará-la como motivo justificável. “ É um trabalho. É um trabalho porque daquele dinheiro que ela ganha à noite que ela vai manter a família, vai manter as responsabilidades dela, os compromissos dela, é um trabalho. E, a partir do momento que a mulher tá ganhando dinheiro nessa vida, ela pode se dar o valor dela que ela quiser dar, (...) então eu acho que a mulher que vive nessa vida ela pode se dar o respeito e pode ter a qualidade dela e a personalidade dela” (Marília, 34 anos).

A subsistência de filhos menores dá um tom mais justificador à prática, proporcionando na prostituta uma postura de vitimizada frente à situação sócio-econômica

que está inserida. Como podemos ver na fala de Rose, 19 anos, a sua inserção maior na prostituição dá-se ao fato de hoje ter que manter a filha.

“É pra minha filha. Se eu não batalhar, ninguém não leva, tenho que batalhar. (Rose, 19 anos).

A prostituição, na visão de algumas informantes, entra no paradoxo de não ser visualizada como troca de serviço, isso está atribuído ao fato dos parceiros trocarem prazeres mútuos. Nessa visão, o trabalho, sua remuneração especificamente, é classificado como uma ajuda concedida pelo cliente à troca mútua de prazeres. Essa compreensão tida por Marília, 34 anos, vem de certo modo contradizer sua postura de prostituição como uma profissão. O que se vê é a dificuldade que as mulheres têm em definir a percepção que têm da prática sem dissociar os benefícios ocasionais e circunstanciais que são promovidos pela prostituição.

“Não é um serviço porque, como depende do homem e da mulher, muitas vezes ela se sente bem com o parceiro, aquele parceiro também se sente bem com a parceira, eu acho que seja uma ajuda que ele tá dando pra ela. Eu não acho que seja um pagamento porque ele vai ter prazer, ela vai ter, então vão trocar. Ele tá no momento sozinho e ela também, aí eles vão trocar afetos, vão trocar prazeres e esse prazer, como eu e muitas meninas já aconteceu, tem homem que nem acerta o preço. (...) É por esse tipo de coisa, então que eu não me sinto uma prostituta trabalhadora. Passei sete anos nunca me senti, me senti uma companheira da noite” (Marília, 34 anos).

Um dos aspectos encontrados nas entrevistas, quanto a visão da prostituição como trabalho, diz respeito ao reconhecimento que se busca da prática na visão do outro. A análise positiva ou negativa da prática exercida pela fala de terceiros vem ser o elemento justificador da ação prostitucional. Em algumas entrevistas, percebemos que, muitas vezes, essa visão tida por terceiros a partir da percepção da prostituta, vem coadunar-se com um desejo destas de serem aceitas, buscando, desta forma, encontrar respaldo no outro, sejam esses verdadeiros ou imaginários.

“ Eu me sinto bem sabe, porque eu não tou fazendo nada de mais, porque isso é um trabalho. Mesmo que a gente teja vendendo o nosso corpo, mas é um trabalho. As vizinhas mesmo fica orgulhosa de mim, porque ela diz: ‘eu queria ter uma filha assim que nem você, que você é uma pessoa que vende o seu corpo, mas ajuda muito a sua mãe’. Eu digo: ‘oi, tem muitas mulheres que diz que eu sou puta, mas puta não é aquela que vende o corpo não, puta é aquela que é casada e sai com outros homens da rua’. Ai elas minhas vizinhas diz: ‘olha, por você eu dou muito valor porque você é uma menina que você se esforça, você sofre, você passa noite de sono, mas você respeita todo mundo, aonde chega sabe chegar’. E com isso eu me sinto muito feliz. Tenho minhas duas irmãs que uma teve com um rapaz, uma outra teve com outro rapaz, uma tem dois filhos. Mas eu nunca me troco por elas. Na frente delas eu me sinto melhor do que elas” (Beatriz, 24 anos).

E, por fim, podemos ver a ligação intrínseca entre prostituição e benefícios diretos. Os ganhos obtidos com a prática, a possibilidade de sentir-se inserida socialmente com acesso aos bens e aos serviços que não fazem parte da rotina da prostituta garantida por ela mesma.

“Já foi muito bom, já ganhei muito dinheiro. Tenho uma casa com o dinheiro daqui. E agora isso não existe mais, que a gente não vai conseguir dinheiro pra comprá nada daqui mais” (Rosa, 38 anos).

Se, por um lado, as mulheres sentem dificuldade de tematizar acerca da prostituição, não sabendo em alguns momentos dar uma classificação unânime à prática, proliferando idéias e representações de acordo com o retorno imediato que a prática condiciona, não dá para negar que todas sem exceção, desenvolvem um ritual denominado pelo grupo como sendo característico da prostituição, que é “vender as carnes”. Dentro de uma leitura geral, poderia ser um condicionante para a representação imediata da prática. Por isso, tentamos nesse estudo, da centralização da venda das carnes, identificar se as simbologias criadas pelas mulheres poderiam concorrer para uma aceitação da prática como rotina de uma identidade construída no locus privilegiado da prostituição.

Tanto no enfrentamento do questionamento, quanto ao sentimento elaborado por elas, no ato de vender as carnes, variações mais afirmativas da prática prostitucional podem ser visualizadas mesmo permeadas de culpabilidade e/ou estratégias de defesa. As

representações sobre o ato de “vender as carnes” contemplaram significados como: alternativa mais lícita que o roubo, estratégia de sobrevivência imediata, condição de não-valorização do ser, falta de opção e prática comum.

“Pra mim não significa nada, sei lá, uma humilhação. É triste, eu não gosto nem um pouco dessa vida, Mas, se eu não ficar nessa vida, como eu vou conseguir dinheiro? Roubando? Não quero, batendo carteira de alguém por aí? Não quero. Depois sofrer na mão da polícia, indo pra prisão como eu já vi muitas aqui dentro(...) Ah, eu sinto uma coisa chata, eu não gosto deles, mas eu tenho que ir porque, se eu não for, como é que eu vou sobreviver? (...) Então, eu esqueço a cara deles e vou” (Flávia, 21 anos).

O sentimento pela prática exercida num primeiro momento é marcado pela tristeza, pela culpabilidade, porém, após algum tempo, as mulheres entram num rol do comércio do corpo e, mesmo sem muita consciência, falam do seu corpo como uma mercadoria. Na fala da Elis, 37 anos, podemos identificar essa passagem do sentimento ruim ao iniciar a prática até chegar à banalização ou naturalização do corpo prostituído.

“ Foi triste, pra mim foi triste. Porque eu não tinha aquela experiência, eu não tinha experiência nenhuma. Ninguém chega com experiência, né, pra mim foi triste. Eu vendi meu corpo pra levar comida pra minha mãe, roupa, leite. Depois, eu me senti uma mulher forte, eu sabia que eu tinha que enfrentar essa vida, porque minha família precisava de mim” (Elis, 37 anos).

Num segundo momento:

“É porque a gente tem que se vender mesmo, é um comércio, a prostituição é um comércio como tem a promoção e tem o Credicard, tem o American Express, é como um cartão, tem uns que dá mais, tem outros que dá menos. Tem mulher como eu e muitas que fazem isso que chega estrangeiro que reconhece que aquela mulher precisa, ela precisa e ela tem responsabilidade, ela está ali para ganhar aquele dinheiro, ela precisa daquele dinheiro. Mas tem outros que desvaloriza muito a mulher, às vezes não paga, às vezes dá 10 dólar, 15 dólar, 20 dólar”. (Elis, 37 anos)

Por fim, podemos encontrar o “vender as carnes” como expressão comum do cotidiano da prostituta. Não implicando com isso a construção de sentimentos estereotipados e estigmatizantes, pelo contrário, o ato de “vender as carnes” apresenta-se como tarefa comum na vida na prostituta, que se utiliza do único recurso que possui, que é

o corpo. O sentimento é construído pelo fato de, no processo de venda, a mulher não sair perdendo nada, ou seja, diferente do comércio comum em que tudo que numa transação de compra e venda algum objeto é destituído do seu dono pelo valor moeda, no sexo a não praticidade da relação nessa concepção deixa as mulheres destituídas de compreender o comércio da carne dentro de uma visão negativa, pelo contrário, o que é possível verificar é uma total simplificação da relação estabelecida.

“Eu acho que não tem nada a ver não porque...até porque pode ser assim, vender um prazer, porque o sexo não tem nada a ver de pegar aquilo, levar aquilo, né, é só conversar, fazer amizade, colocar a camisinha e fazer sexo, quer dizer, ninguém vai levar nada de ninguém. Fica no mesmo lugar, que não pode sair daquele lugar, usou, lavou, tá novo” (Rosa, 38 anos).

O “vender as carnes” oferece as mulheres uma dimensão parcializada nesse construir de identidades, embora as falas revelem variações convergentes e divergentes a prática, ainda podemos inferir que a marca divisora entre a prática sexual sem fins lucrativos e a com fins lucrativos vêm oferecer um recorte mínimo, mais visível, do diferencial entre ser ou não puta. A partir daí, novos sentimento são construídos pelas mulheres e um dos mais marcantes que revelam as codificações criadas na prostituição vem a ser a relação com e sem afeto. Na visão das mulheres, no transar sem afeto apresentam-se passagens bem variáveis como sendo: sentimento negativo, caráter prático da ação prostitucional, afeto como elemento restrito ao âmbito privado, até apresentar-se como estratégia de manter uma relação sem o peso da angústia.

“É uma droga, é péssimo, é ruim. Mas, infelizmente eu tenho que fazer isso, esse é o meu trabalho, não tenho outro. Se tivesse, com certeza não faria isso” (Beatriz, 24 anos).

O enfrentamento de relações sem afeto tem levado as mulheres a recorrerem a artifícios como o álcool para encarar tal investida, porém, se por um lado o álcool vem contribuir para o enfrentamento da relação, é comum ouvir das prostitutas que existe por

parte delas uma certa reserva a atos sexuais colocados como não normais, e nesse rol, encontramos o sexo oral e anal:

“ É ruim, é ruim. Muitas vezes, eu já passei por isso, já bebi, tive que beber muito para superar aquele homem na cama. Mas também não sei se vão acreditar em mim, mas eu nunca me submeti a fazer o que eles queriam, porque eu sempre procurava conversar antes com eles de ir pra cama com eles. Então eu nunca aceitei ele me usar e abusar de mim. Sexo oral, sexo anal eu não aceito isso” (Rosa, 38 anos).

Dentro da codificação de valores das prostitutas, o sexo sem afeto está presente nas relações com os clientes, demarcando claramente o limite entre os espaços públicos (relação com clientes) do espaço privado (relação com namorados e companheiros). Esse exercício de manter uma certa frieza na relação, podendo os sentimentos, troca de carinhos e determinadas práticas sexuais apresenta-se como estratégia de garantir preservado o lado privado das prostitutas. Essa barreira imaginária e intransponível, criada pelas mulheres, vem garantir, mesmo que de forma simbólica, a consolidação de valores, mesmo que pareça um paradoxo, é construída também nos espaços prostitucionais.

“Eu acho que o sexo como diz, bem praticado, deve ser com uma pessoa, um companheiro seu, né, companheiro que você gosta, que você vive e não com amigos, parceiros não certos, que às vezes cobra de você um sexo diferente como eles diz ‘fazer a francesa’. Eu acho que tem que ser diferente com quem a gente gosta e com os homens que procura a gente à noite” (Marília, 34 anos).

Nas possíveis vezes em que encontramos relatos de troca de carinhos, essas estavam articuladas às estratégias das mulheres para garantir a satisfação do cliente e, conseqüentemente, uma remuneração mais condizente ou, em casos extremos, a troca de carinho ocorrida por empatia criada entre parceiros e prostitutas.

“ Quando aparece assim um coroa assim enxuto, cheio da grana mesmo, né, porque a mulher que vive aqui dentro ela tem desejo sexual. Eu tive tantos, de eu olhar aquele homem assim, ele se tornar útil e agradável, cheio de dinheiro (...)” (Elis, 37 anos).

Às vezes, pelo nível de carência em que as mulheres se encontram, a presença de um cliente que criasse alguma empatia na relação possibilitava a relação com uma dose de afetividade.

“Quando eu ia com a cara dos homens, eu fazia carinho a ele, amor, beijinho” (Rosa, 38 anos).

CAPÍTULO IV

SEXO, COMÉRCIO E IDENTIDADE

SEXO, COMÉRCIO E IDENTIDADE

4.1 – Puta, identidade ou circunstância

Na busca de entender o processo vivido pelas mulheres, procuramos analisar aspectos que poderiam ser relevantes à permanência das mulheres na prostituição. Na gênese da vivência prostitucional, pudemos auferir que as condições sócio-econômicas contribuíram para seu ingresso, contudo, dentro da proposta de estudo, visualizamos que o estar na prostituição não é determinado pelo fator econômico. Dessa forma, se não é o lado econômico, o grande fator que tem levado as mulheres ao exercício da sua prática, o que existe de inusitado que poderia garantir a permanência das mulheres, sabendo-se que o cotidiano não é marcado apenas por fatores favoráveis, sendo permeado por estigmas sociais negativos? Segundo as informantes, a entrada na prostituição apresentou-se como uma porta larga, porém, a saída é representada como uma porta estreita. O que é que interfere desde o início que dificulta a saída das mulheres, ou, dito de outra forma, quais os condicionantes que fazem essa porta estreitar-se e o que imobilizam as mulheres a tentarem novas estratégias de sobrevivência? Em busca dessas respostas que focaremos o estudo, buscando atarvés das pistas disponíveis, compreender de fato o fenômeno da prostituição.

O universo da prática prostitucional foi identificado neste trabalho sobre vários olhares: lado positivo, lado negativo, rotina na zona, estratégias com clientes, experiências em outros estados e fora do Brasil e administração financeira, o que oferecem-nos elementos necessários para compreender os porquês da permanência dessas mulheres na prostituição.

Dentro do contexto da prostituição, pudemos apreender que as relações estabelecidas entre prostitutas e grupos de convivência não é vivida apenas sob o signo da harmonia. As disputas por parceiros, visto que com a decadência da zona, e o processo de revitalização conferindo uma cara elitizada ao bairro, a disponibilidade de clientes em busca de práticas sexuais pagas fica mais distante; as brigas com colega seja por motivo de embriagues ou ciúme, por conta da beleza ou pelo fato da mesma ter conseguido “descolar” o parceiro; as possíveis agressões acometidas pelos parceiros e por fim o sentimento negativo que têm acerca do ato de “vender as carnes”, permeiam a prática da prostituição.

A presença de fregueses oferece à zona um movimento, isso implicando a possibilidade de ganhos diretos as prostitutas e indireto as pessoas que oferecem serviços como engraxates, donos de bares, taxistas que ficam a espera do desenrolar do envolvimento entre prostitutas e clientes. O ganho na zona não está restrito à participação das prostitutas, junto a elas se forma uma rede comercial, na qual atores, os mais diversos possíveis, fazem parte e dela tiram seus lucros. Porém, nem só de movimento vive a zona, a mesma sente os reflexos das conjunturas econômicas.

“ E a parte ruim é que a gente tá vendendo as nossas carnes pra poder ter esse dinheiro amaldiçoado na mão. Porque tem dia que a gente ganha, outro dia não ganha ... No outro dia a gente não ganha, passa dois dias três dia sem ganhar” (Flávia, 21 anos).

As brigas com as mulheres fazem parte do cotidiano, é freqüente presenciarmos cenas de mulheres brigando no circuito da zona. Além da violência entre si, as mulheres vivenciam dificuldades com os parceiros, é comum encontramos relatos de espancamento ocorrido por clientes com prostitutas mais jovens, fato que ocorre quando, na negociação, as condições de práticas sexuais não ficaram claramente definidas. Outro fato que podemos traduzir como violência cometida pelos clientes é o estabelecimento de uma relação de superioridade mediada pela força física.

“Essa vida que a gente leva da prostituição tem dias que tá bem, tem dias que tá mal. Um exemplo: à noite, têm noites que a gente tá bem com as colegas, tem noite que é o maior problema, com colegas, com polícia, enfim, com os homens de programas também. As mulheres despeitada quer tirar onda. (...) Na hora da briga, né, pega garrafa e tudo” (Flávia 21 anos).

Se por um lado fica difícil contornar a agressividade com os pares de prostituição, com os clientes essa dificuldade, traduzida em violência física, toma uma dimensão que não permite a mulher enfrentar num mesmo nível.

“Eu queria transar de camisinha, ele sem camisinha, ele me pegou a pulso, transou sem camisinha, aí bateu na bunda e nem pagou nem nada, levei um xeixo, vou fazer o quê?” (Silvia, 16 anos).

Ou ainda,

(...) arranjei um homem que eu tava precisando, aí o homem passou um tempo bebendo comigo, quando foi depois ele foi me espancar, aí ele me espancou com sete mês de gravidez, tive sorte que eu não perdi o meu filho né, ele me espancou que eu passei um mês sem comer ... sem comer e sem poder beber nada, só tomar aquele liquidozinho, que minha cara ficou toda arrebitada, eu não podia nem falar. Quando eu fui dar parte na polícia, ele já tinha ido embora, aí a polícia não podia mais resolver nada, (...)” (Beatriz, 24 anos).

A violência sofrida pelas prostitutas, por parte dos clientes, não está restrita ao âmbito da zona Rio Branco, experiências traumáticas ocorreram fora do Brasil com prostitutas que buscaram melhoria financeira.

“Eu não disse à senhora que fui espancada quando tava com sete mês de gravidez? Por um homem eu fui espancada. Fui espancada duas vez e estuprada três aqui e fui espancada no Suriname e no Clube de Diana também” (Beatriz, 24 anos).

O sentimento traduzido pela “venda das carnes” é revelado por algumas prostitutas como o lado negativo da prostituição, apresentando a clara contradição a uma prática que tem como exigência a troca de serviços sexuais por uma dada remuneração.

“Quem veve nessa vida aqui. Não é bom não viver nessa vida vendendo as carnes que têm. Se era com o marido da gente só era com ele mesmo e aqui é muito. (...) Não presta, vendendo as carnes ... tapa na cara que leva também, apanha, o homem quer brigar, que dar na mulher Não presta. Se eu tivesse uma casa e um homem, aí dava mais melhor com um homem” (Flávia, 21 ano).

A rotina na zona não se fundamenta apenas na violência, existe outra face que, apesar da diminuição de fregueses, aponta para ganhos poucos, mas imediatos. Nesses casos, as mulheres como estratégia de controle da situação estabelecem preços prévios e práticas sexuais, isso evita que a violência seja cometida por parte de parceiros que exigem maior tempo ou outras modalidades sexuais.

O preço do programa varia entre R\$ 100,00 a R\$ 20,00, dependendo do movimento de fregueses na zona. Quanto ao horário, normalmente os programas ocorrem durante a noite, porém, em casos de tripulações de embarcações que passam um certo tempo ancorado no porto, os programas podem ser agendados para qualquer horário do dia.

“Depende. Normalmente, às vezes, tem programa com brasileiros de dia, né. Se realmente tiver bom o movimento, dá para fazer como minha colega falou, dois, três programas, senão vai só um mesmo” (Flávia, 21 anos).

O contato com as mulheres não se resume ao exercício da sua prática sexual. Em alguns casos, encontramos interlocuções entre prostitutas e clientes, em que o tom da conversa girava muito mais em especular o porquê delas estarem nesta vida, talvez, quem sabe, na tentativa de minimizar sentimentos de culpa de ambos os sujeitos, ou mera curiosidade.

“Conversam, muitos que são super-educados conversam, inclusive faz vários tipos de pergunta, por que a gente vive nessa vida, por que você é uma garota tão bonitinha, por que você não leva um outro rumo de vida, não procura um trabalho. Eu, no meu caso, tenho vergonha de dizer que sou analfabeta, às vezes eu minto e digo que tou nessa vida porque gosto, mas não, eu acho que a minha maior felicidade do mundo seria sair dessa vida. Se eu saísse hoje, seria a minha maior felicidade” (Flávia, 21 anos).

O contrato básico dos programas quanto ao tempo corresponde a uma hora, o que as mulheres denominam de “short time”, isto corresponde às práticas simples como o

coito vaginal. Para esse tipo de prática rápida, as mulheres utilizam as pensões que alugam seus quartos como casa de cômodos. Nesses casos, o cliente terá que investir no pagamento da prostituta e no pagamento do quarto por um período de uma hora. Essas pensões são simples e sem a grande infra-estrutura dos hotéis convencionais.

“Eu cobro R\$ 50,00 e é só uma hora uma hora e meia. Dá uma gozada e pronto” (Sílvia, 16 anos).

Em alguns casos, a relação estabelecida entre prostitutas e clientes de outros países pode conferir a elas acesso a um outro nível de motel, alguns mais simples outros mais sofisticados, possibilitando, dessa maneira, participar de lugares em que não teriam acesso se não fosse pela via da prostituição.

“É, gringo grego não gosta desses hotel daqui não, pensão daqui, não. Gosta do VIP, Veneza ou no outro Sunshine, né” (Sílvia, 16 anos).

Quando a frequência de fregueses torna-se escassa, certos acordos tácitos entre as prostitutas, como o tabelamento de preço, deixa de constituir regra básica e o que se configura é a disputa pelo cliente, na tentativa de garantir o mínimo possível.

“Tem vez que eu não faço nenhum programa. Tem vez que eu faço uns dois, três. (...) R\$ 100,00 reais não. Tem vez que é só por R\$ 20,00. Quando falta, vai. Quando eu tou precisando, faço por R\$ 20,00. E tem vez que eu tou lisa mesmo, precisando. O homem convida você rapidinho, eu vou. Se eu não for, outra vai. E a pensão é R\$ 10,00 e é por fora” (Sílvia, 16 anos).

A realidade fora do Brasil é diferente, tanto com relação à quantidade de clientes, como no que diz respeito ao preço acertado, visto que a maioria das mulheres que saem do Brasil estão sob tutela de cafetões e agenciadores que determinam e mantêm uma relação de superioridade frente às mulheres, uma vez que, em sua maioria, elas encontram-se em lugares cujo idioma não dominam. Os ganhos reais só são obtidos após o pagamento

do investimento que este dispensou com a prostituta, como passagem de ida e volta e o pagamento das diárias na pensão e/ou boate.

“O programa lá é 50 florins, que é 50 dólar.... 100 florins, é 50 dólar. 50 pra ela e 50 pra gente, é dividido. Mas, como a gente tá pagando a passagem, a gente não tem nada, quer dizer, se uma passagem é 1.300 dólar, nós paga duas vezes a passagem, nós paga 2.600 dólar e fora a casa que a gente paga o comê, que a comida a gente pede”(Beatriz, 24 nos).

Como as mulheres vão para outros países para desenvolver atividades em regime fechado, a rotatividade de clientes ocorre num número superior ao desenvolvido nas zonas brasileiras. Nesses espaços, o horário de funcionamento também é diferente do realizado no Recife. Nestes espaços, as mulheres ficam à disposição dos clientes, e cabe à sua performance garantir o retorno desses e/ou indicação dos seus serviços a amigos. Um aspecto interessante nas boates de regime fechado é o fato de as mulheres não serem identificadas pelo nome, cada uma recebe uma numeração que a define, sua identidade passa a ser instituída através da marca que lhe é conferida, ou seja, um determinado numeral.

“Fora do Brasil, com certeza, faz muito mais, uns quatro, cinco, seis. Tem mulher de fazer sete, oito. Essa época mesmo, que é época de frio, essa época tem mulher que faz oito, nove. Até porque abre de duas da tarde e fecha às duas da manhã. A mulher começa a fazer nem bem o salão abre, os clientes já começa a chegar e ela faz ...porque lá paga adiantado, pega camisinha, né, antecipada, quando vai para o quarto já vai bem preparada. Então elas fazem dois, três, quatro, cinco. Depende da mulher”(Beatriz, 24 anos).

Continuando:

“Não, por dia que lá trabalhava de dia, por dia. E sempre que eu saía com um que depois dizia ‘aquela mulher é legal’. Às vezes, eu saía com cliente que eu nem conhecia, quando eu tava lá dentro ela dizia assim ... que eles não vê a gente não, eles vê a gente na hora que manda chamar. Nós tem um número, né. Cada uma tem seu número, cada uma entra. É tipo um desfile de moda, nós entra e eles escolhe. E as vez eu tava sentada esperando, eles entrava e dizia eu quero o n° 06, aí ela vem me chamar n° 06”(Beatriz, 24 anos).

As experiências em outros locais, que não na zona de origem, têm levado as mulheres a articularem relações de amizade/companheirismo, a ponto de evitarem qualquer desavença com a sua chegada, pois a entrada de mais uma prostituta implica no aumento da concorrência, assim as mulheres estabelecem as seguintes regras: construção de novas amizades, localização do porto como espaço reservado à prática, identificação de alguém que seja do estado de origem.

“Eu procuro logo o porto, já vou direto para o porto. Estou no porto, lá começo a batalhar, tentar construir amizade com as garotas para se habituar no local” (Elis, 37 anos).

A passagem da prostituta Elis pelos diversos portos do Brasil e fora do país lhe confere condições de oferecer às novatas alguns indicativos de como proceder em locais que não são conhecidos.

“Conheci Rio Grande do Sul, Buenos Aires, New Jersey, na América, conheci Porto Alegre, Paranaguá, Santa Catarina, Santos, São Sebastião, Rio de Janeiro, Macaé conheci Vitória do Espírito Santo e vim né, vim descendo, Salvador, Maceió, Sergipe, Manaus, fui parar em Manaus. Eu chegava e sempre nos Portos onde eu chegava, sempre tinha uma ou duas pernambucanas. Mas lá elas não ligam muito não, se for um caso de confusão, elas chegam ‘oi, aí não, ela mora em Recife, é minha amiga’, mas não enturmadas para batalhar não, cada uma no seu trabalho. Eu trabalhava por lá, batalhava com raça, eu trabalhava com americano, elas trabalhavam com filipinos, entende? (Elis, 37 anos).

Porém, nem sempre o entrosamento entre as prostitutas em outros locais diferentes da zona de origem ocorreram sem contratemplos, a disputa por homens levou, em alguns casos, à violência física. No depoimento de Elis fica bem caracterizado esse nível de experiência.

“Garotas querendo me cortar porque não sou daquele Estado. Um exemplo, em Salvador mesmo teve uma que me feriu na perna, eu feri ela muito também porque ela... quando vi meu sangue derramando, eu endoidei, furei ela de faca, danei a garrafa nela” (Flávia, 21 anos).

A realidade fora do Brasil é bem mais peculiar. Como as mulheres saem para trabalhar clandestinamente e sob a tutela de agenciadores, as violências são mascaradas,

uma vez que qualquer revide pode ter como consequência sua extradição para o Brasil. Porém, apesar de as mulheres ou tido experiência ou saberem acerca do nível de violência e falta de proteção que estão destinadas às mulheres que saem para a rota da prostituição internacional(Suriname, Holanda, Alemanha), o desejo de encontrar ganhos elevados e de vivenciarem experiências com gringos, abrindo uma possibilidade de encontrarem seu parceiro definitivo, é colocado como meta, e elas encaram, dessa forma, toda sorte de acontecimentos que poderão ocorrer no exterior.

“Fui buscar lá, fui buscar mais conforto... buscar mais conforto para o meu filho, que eu queria dar um conforto a ele melhor, queria comprar uma casinha para minha mãe, que ela morava num barraco pingando.... aquela coisa tudo sujo, né. Ai eu disse ‘eu vim aqui e para buscar esse conforto para mim e pra minha mãe’. Mesmo sendo espancada no mesmo dia que eu cheguei, eu fiquei. Ai passei três mês lá em Suriname, aí com três mês veio uma moça da Holanda, ela me olhou, mandou eu tirá a roupa, eu tirei, aí ela me olhou, disse que gostava muito do meu corpo, que eu era uma menina muito bonitinha, aí me levou para a Holanda, passei três mês na Holanda. Ai quer dizer que lá já foi outro lugar mais melhor pra mim, um lugar que eu era bem tratada” (Beatriz, 24 anos).

As mulheres têm consciência de que cada espaço por elas ocupado na prostituição significa um degrau na formação e sustentação de sua prática. Fazem representações das vivências em diferentes zonas prostitucionais dentro de um parâmetro escalar de formação, comparando-se às vivências de conhecimentos obtidas em espaços convencionais como a escola.

“Aqui é alfabetização, Suriname é a escolinha, a Holanda é faculdade, porque passar por tudo isso que eu passei, eu sou cursada na faculdade” (Marília, 34 anos).

A ida de prostitutas para fora do Brasil, acompanhadas por parceiros(clientes), ofereceu às mulheres um certo nível de aceitação diferenciado dos vividos pelas que saíram do país de origem agenciadas por empresas de turismo sexual. Observamos também que, em alguns casos, o fato de as mulheres negarem sua identidade de prostituta possibilitou

um dribble ao estigma, garantindo a elas condições de viverem situações de respeitabilidade maior.

“ Para New Jersey? Foi bom, eu fui com ele, fui com ele, foi bom. Para Buenos Aires foi bom também, não tenho o que reclamar, foi ótimo, fui tratada como uma deusa em Buenos Aires. (...) a mãe dele me recebeu muito bem. Eu tinha até café na cama, eu tinha empregada que me levava café na cama” (Elis, 37 anos).

Em alguns casos, a experiência das mulheres está condicionada por um contrato de vivência temporário. Isto representa que, nesses casos, as mulheres saem da tutela do clube que desenvolve sua prática e negociam com algum cliente uma permanência maior na casa dele. Muitas experiências desse tipo servem como prelúdio de uma vivência definitiva dentro de uma situação marital. Ou vista sob um outro ângulo, podemos perceber que esse tipo de contrato talvez seja mais lucrativo que manter relações com prostitutas em clubes, sabendo-se que o nível de consumo imposto nesses lugares específicos é bem mais relevante.

“É assim, é o contrato, um homem vai numa boite, num clube e fica com uma mulher, ele gostou assim da mulher, do jeito dela assim, né. Digamos que ele quer ela para ser uma parceira para ele. E aí tudo bem, vamos fazer uma experiência, eu trabalho aqui, ganho tanto por noite, ou por dia, você me dá tanto pra eu passar tanto tempo com você? Ah, tudo bem, aí fica com a mulher, sendo a mulher dele mesmo, cozinhando, passeando, conversando e tal, dividindo tudo, né? E aí, como na Europa tem tempo determinado de sair, passa dois, três meses, quando chega aquele tempo, se ela não tiver pago a passagem, ele dá a passagem pra ela, paga e fica o contrato, né, fica mandando dinheiro, fica escrevendo” (Marília, 34 anos).

No entanto, nem toda vivência fora do Brasil é marcada por acontecimentos agradáveis. Violência, estupro, extorsão, naturalização e banalização do corpo, numa visão extremamente mercantilista, fazem parte das experiências adquiridas pelas mulheres no espaço “extraordinário” de tempo vivido fora do país. Como, em sua maioria, as mulheres, que saíram do Brasil para o Suriname ou Holanda, foram intermediadas por agenciadores que participam da rede de exportação de mulheres para boates e clubes específicos, isso implica que as mulheres saem do País sem qualquer condição financeira e têm que pagar a

passagem e os gastos diários no seu trabalho. Na realidade, a ida de mulheres nessas condições determinam relações de dependência com os agenciadores, visto que, embora a prática da prostituição em outros lugares seja permitida, o processo de exportação de “escravas brancas”³⁹ para o comércio do sexo é proibida. Dessa forma, as mulheres que saem daqui sabem da condição ilegal na qual estão envolvidas. Isso só implica um nível de dependência e submissão grande por parte das mulheres que, estando numa situação de ilegalidade, não conseguem revidar as violências e explorações a que são submetidas, uma vez que qualquer tentativa de revide implicaria no processo de extradição.

“(...) o garçom me pegou no braço, apertou bem forte e saiu me puxando. Ainda tinha uns holandeses no meio do salão e tinha os indonésios, tudinho bebendo na mesa, eu fiquei morta de vergonha. Quando cheguei lá dentro, aí comecei a chorar, ele mandou eu calar a boca, aí eu disse a ele que não calava, ele pegou e me chamou de filha de uma puta. Quando ele me chamou, aí eu avancei em cima dele, aí ele pegou no meu pescoço assim pra me enforcar, pegou me deu dois murros na cara, também não soltei ele. Aí ele chegou e disse ‘arrume suas coisas que você vai para o Brasil agora; e eu disse ‘se for por isso não, que eu não vim para apanhar e nem para ser tratada que nem cachorro’. Aí quando eu fui pegar minhas coisas, a Daniela se aproveitou que tava lá na hora que eu tinha brigado com ela aqui, aí foi dar em mim. Como eu já tava sabendo que eu ia ser deportada, eu não quis brigar com ela já para evitar né. Daí fomos para a delegacia, ele me deixou de 5 horas da manhã, fiquei até 12 horas da tarde sem comer nada, com fome” (Beatriz, 24 anos).

No enfrentamento de uma rotina incerta, na qual os ganhos obtidos conforme o movimento de clientes na zona, a administração de situações de violência por parte de clientes e/ou pela companheiras de prostituição e a solidão imposta por uma vida de sentimentos dúbios pela prática exercida vêm levando as mulheres a lançarem mão do uso de drogas, para manterem-se atuantes na prostituição, utilizando de artifícios que as fazem se desprender de uma realidade tão atroz.

“Hum? Eu não vou mentir, de vez em quando eu uso. Eu não vou mentir porque ninguém é santo, né, eu uso, às vez eu queimo maconha, às vez eu cheiro cola. Mas não para transar, às vez se eu tou com tristeza, eu não quero ficar conversando com ninguém, eu me tranco no meu quarto e faço o que eu quero. Não para transar, porque transar sem usar droga eu conheço” (Beatriz, 24 anos).

³⁹ - Denominação utilizada pela corrente abolicionista ao tráfico de mulheres para prostituição.

O envolvimento com drogas em alguns casos é associado à influência de amigas, contudo é possível nos depoimentos verificarmos que existe, por parte das prostitutas, uma aceitação do uso de drogas em função de ter gostado.

“Não sei, eu creio que foi envolvimento assim de outras garotas que já viviam fumando e fui experimentar e gostei. Não vou dizer a você que não gostei. Gostei e continuei. Eu já tomei algafan, cocaína. A maioria mais injetável. Tomei artame também, mas não gostava muito não” (Picirica, 36 anos).

Hoje, as mulheres mantêm uma vida mais pacata, sem apresentar gastos excessivos. Na administração dos recursos que adquirem com a prostituição, uma boa parte das finanças é dividida com o pagamento da pensão, com gastos pessoais ou com despesas junto à família. Na realidade são gastos tão imediatos que não permitem às mulheres pensar em economia visando o futuro. Como o pagamento da pensão ocorre semanalmente - R\$ 50,00 por semana -, as mulheres têm que organizar seus ganhos, garantindo o pagamento da pensão, uma vez que o não cumprimento pode incorrer em problemas com a dona da pensão e/ou o despejo da prostituta.

“ A relação com a dona de pensão? É conversar e ter o dinheiro e pagar a casa. ‘E porque às vezes se a pessoa tiver devendo um cento e pouco, a mulher já tá com vontade de mandar você ir se embora e segurar as suas coisas. Entende? Se você não tiver aquele dinheiro para pagar, ir embora segurar o quê? Os seus pano de bunda. Você vai ganhar dinheiro com o que pelada é? ... é foda aqui, é ‘boca de se foder’. Mas assim a gente vai levando, leva, cozinha no banheiro, até ver onde é que vai dar, né” (Picirica, 36 anos).

O gasto com compra de roupas faz parte do investimento das mulheres em sua prática, até porque o apresentar-se bem é um dos argumentos para as mulheres garantirem fregueses.

“Ah, eu compro as minhas roupas para não tá pedindo nada a ninguém, que elas, até pelo contrário, eu já empresto para elas. Muitas delas eu empresto roupas minhas, compro roupa, calçado, mando algum dinheiro às vezes para minha família, porque necessita. E assim vou administrando”. (Flávia, 21 anos)

Quando a prática ocorre fora do Brasil, o ritual de administração financeira implica o pagamento do investimento realizado pelos agenciadores como passagens, hospedagem, compra de roupas, e os acúmulos realizados são investidos no Brasil junto com a família, criando dessa forma uma representatividade mais respeitosa junto aos familiares, a partir do momento em que as mulheres garantem provimentos e melhorias financeiras.

“ A passagem a gente gasta 2.600, a casa são 600 florin por mês, que é 250 dólar. Nós tira, nós trás 5 mil dólar, 6 mil dólar, 7 mil dólar. Dessa vez era para trazer 7 mil dólar, mas, como eu fui para o Porto de Bruxelas e lá eles trocam o florin lá embaixo, eu perdi 2 mil dólar. Ai só consegui trazer para o Brasil 5.400 dólar, foi quando comprei a casa da minha mãe” (Beatriz, 24 anos)

Percebemos que as relações estabelecidas entre prostitutas no seu cotidiano prostitucional, no que diz respeito à visão positiva e negativa da zona, a rotina e troca de conhecimento e reconhecimento junto ao grupo de prostituição, experiências fora e em outros estados do Brasil e o nível de administração financeiro estabelecido, concorrem para a visibilidade de sua prática, garantindo dessa forma a criação de uma identidade situada no espaço de desenvolvimento da prática prostitucional. Porém, cabe-nos agora identificar como a criação de uma identidade situacional poderá extrapolar o limite do espaço de zona e dar condições de uma identidade definitiva que lhes garanta condições de, vendo-se iguais, trilharem o caminho da organização. Isto apenas será possível se conseguirmos detectar se existe um consenso entre o reconhecimento público e a identidade preterida pela mulheres.

4.1.1 – Sexo, grupo de convivência e reconhecimento social da prática

No estabelecimento de um comportamento sexual diferenciado do que é estabelecido pela sociedade maior, no que diz respeito ao total liberalismo, as mulheres vão criando gradativamente uma marca que serve como limite entre o comportamento sexual socialmente aceito e o comportamento aberrante. A criação de uma marca diferencial no que corresponde ao comportamento sexual permite que no locus da zona, as mulheres se sintam iguais, reconheçam no espaço prostitucional que pertencem a um mesmo nível, visto que desenvolvem práticas comuns. Portanto, a construção inconsciente dessa identidade situacional nem sempre coincide com a visão que a sociedade impõe ao comportamento elaborado pelas mulheres, incorrendo, em muitos casos, na criação de símbolos estigmatizantes que colocam as mulheres numa condição de inferioridade.

Na busca de percebermos a criação espontânea dessa identidade situacional, elaborada através de uma prática comum, inclinou-nos a conhecer um pouco dos aspectos que permeiam o comportamento sexual das prostitutas. Para isso, lançamos mão de aspectos como: classificação de parceiros bons e maus, práticas sexuais, fantasias sexuais e a noção que as mulheres têm acerca do seu corpo, incluindo pontos como gravidez, aborto, contraceptivos e prevenção a DST's.

Dentro de um sistema de classificação dos parceiros, as mulheres criam estratificações de enquadramento, que chegam a defini-los mediante uma conduta boa ou má, relacionando-as as exigências sexuais, ao pagamento, à afetividade trocada, ao tipo de valoração da condição da mulher na prostituição e a violência cometida.

Os parceiros bons são escalonados a partir do tipo de nacionalidade, condição de pagamento maiores, menos agressividade e não exercício de poder sobre as mulheres.

Algumas passagens poderão nos revelar essa classificação:

a) Troca de carinhos

Os filipinos são os preferidos das mulheres:

(...) O filipino é mais carinhoso com a mulher, é melhor para a mulher, enfim, ele é melhor em tudo pra mim né que batalho com filipino, é melhor, eu acho em tudo, em dinheiro, ele é melhor para a mulher, mão-aberta também para a mulher e tal, é mais carinhoso com a mulher. (...) Se ele gostar da mulher, ele dá 100 dólar, 50 dólar.”(Flávia, 21 anos)

b) Violência e maturidade do cliente

As experiências das mulheres com homens mais novos, os denominados “boy filhinho de papai” é permeada por violência e sobreposição de poder, dada a condição econômica do cliente e tem levado as mulheres a procurarem pessoas de faixa etária mais elevada, para não terem sua integridade física ameaçada.

“Ói, que seja brasileiro de navio eu gosto dos dois. Gringo e brasileiro de navio, mas de terra esse boy de carro doido não. Porque os coroas entende a vida da gente, né. E os boys não, eles querem lá saber” (Flávia, 21 anos).

c) Valoração da mulher a partir do outro

Para as mulheres, a valoração estabelecida pelos clientes à prática exercida por elas, é possível de se verificar a partir de alguém que é estranho ao ambiente que elas freqüentam. Nesses casos os estrangeiros entram no rol das pessoas que percebem a prostituta com certa dignidade, segundo a visão delas.

Eu acho porque aqui os homens que conhece aqui a gente muitos deles não dão valor. Então lá fora a gente tem valor e aqui e a gente não tem. Tanto na questão do pagamento, como na questão assim de você arranjar homem que queira lhe dar uma casa, que queira lhe dar um conforto, que queira lhe dar outra vida. E aqui você não encontra isso. Se você encontrar um homem aqui você vai encontrar, mas vai ser o quê? Quando ele for morar com você ou lhe dar uma casa, o brasileiro vai querer lhe espancar, depois de muito tempo vai jogar o que você foi na sua cara” (Beatriz, 24 anos).

d) Bens e serviços

A possibilidade de ter acesso à bens e à serviços, mesmo que seja num tempo “extraordinário” de férias dos estrangeiros, coloca-os numa posição de superioridade no sistema escalar construído pelas mulheres.

“O americano, porque quando eles são muitos educados, eles gostam de ver a mulher feliz. Leva para os melhores ambientes, eles dão carinho, eles conversam, eles perguntam, eles entendem , eles dão conselho, eles sempre mostram uma estrela mais brilhante para mulher. Eles jamais quer magoar a mulher, ver ela chorar, ficar triste”(Elis, 37 anos).

Quanto aos parceiros que compõem o rol dos homens ruins, as mulheres identificam como característica para tal classificação o fato das constantes agressões físicas ou da vivência estabelecida, no caso de estrangeiros, da situação de miséria e sofrimento do seu país de origem.

*“É horrível. Porque são muitos violentos, por exemplo, eu sorte para russo não tenho, são muito violentos na cama, xingam muito as mulheres, querem bater, querem fazer coisas que não devem, por exemplo, já tentaram me enforcar na garganta e eu me defendi com garrafa, já passei muitos momentos péssimos na minha vida, aqui dentro”
(Beatriz, 24 anos).*

No caso de brasileiros, a violência é legitimada pela posição social que os jovens ocupam:

“Eu não saio com brasileiro não, esses brasileiro boy dos carros, tenho medo de levar xeixo”(Sílvia, 16 anos).

Ainda com relação aos russos, percebemos que as mulheres, embora não tenham uma formação educacional elevada quanto à história dessa nação, reproduzem as configurações que são transmitidas mediante histórias orais, dessa forma a noção maniqueísta entre o bem e o mal, representada pela condição de ser originário da Rússia, é reproduzida pelas mulheres no espaço da zona.

“Ah, porque eles são grosso, frio, eu acho que são revoltados da vida que eles vivem lá. Bom, o que eu conheço dos russos, porque eles foram comunista muito tempo, não tiveram liberdade.

Não são todo, né, mas têm muitos rancorosos, muito sofridos. Aí ele chega num ambiente, ele só quer beber, beber, beber, depois que ele bebe bastante, ele quer usar a mulher na cama cinco, seis, oito vezes, eles não sai de cima da mulher, ele é muito frio, ele é muito rude...”(Flávia, 21 anos)

Apesar de as mulheres estarem posicionadas no imaginário social numa situação sexual aparentemente sem pudores, conforme é visto pela sociedade maior, percebemos que a limitação de determinadas práticas sexuais reproduz o aspecto conservador da sociedade, distorcendo a noção construída socialmente calcada num liberalismo sexual. No cotidiano das mulheres, percebemos que a rejeição às práticas orais e anais apresentam-se no entendimento das mulheres como práticas negativas e pouco decorosas, seja por pudores consolidados historicamente ou pelo fato de sentirem nojo de determinadas práticas sexuais.

“ Eu aceito normal, o sexo normal entre a mulher e o homem. Nem que varie de posições, mas que não, não interfira na minha boca e nem no meu ânus. Não tem dinheiro no mundo que me faça fazer isso” (Flávia, 21 anos).

Ou, ainda;

“Chupar a rola. Tem vez que o grego, ele pede o cuzinho ‘não vou não’. Para chupar, eu não gosto de chupar não. Se um dia eu chupar, eu vou vomitar, vomitei tudinho.” (Silvia, 16 anos).

O não exercício do sexo oral, se por um lado representa a preocupação que as mulheres têm com o seu corpo, por outro deixa escapar o preconceito pela prática exercida, uma vez que a prática do sexo oral poderia ter sido desenvolvida com outras colegas de trabalho.

“Ah, porque eu acho nojento. Não mas tenho nojo da boca deles. Deles tocar o meu corpo. Eu tenho, eu não vou mentir.... aí eu fico pensando ‘essa boca já foi em quantas’. Aí não minha filha, não dá de jeito nenhum. Se tiver um germe ali, acaba comigo e aí como é que eu fico?”(Elis, 37 anos)

Essas limitações, quanto à prática sexual, não se configuram em experiência fora do Brasil. Na interlocução entre prostitutas e clientes, nas boates e clubes estrangeiros existe uma estratificação das mulheres por habilidade sexual, isto facilita no atendimento e preferência dos clientes.

“No Brasil, vai logo perguntar se a mulher quer dar a bunda, se quer isso e aquilo outro. O estrangeiro, quando ele vai sair com você não pergunta isso. Lá na casa da Mamy se for uma mulher que faça aquele negócio, ela é separada, porque tem uma mulher lá que faz sabão, tem mulher que ela faz sexo normal, tem uma mulher que ela sobe com duas, todas as mulheres são separadas.”(Beatriz, 24 anos)

Vinculado ao comportamento sexual das mulheres encontramos ainda suas experiências com práticas sexuais fantasiosas dos clientes. Na identificação desse tipo específico de prática, vimos que a realização das mesmas estão vinculadas à possibilidade de aumentarem os ganhos financeiros, visto que em sua maioria essas práticas fantasiosas apresentam configurações asquerosas.

“Ele vestiu minha calcinha e me deu um comprimido pra mim defecar em cima dele. Eu fiz, depois e saí correndo... Eu não quis mais nem a minha calcinha. Ai quando cheguei aqui, contei pras meninas, as meninas começaram a rir. Ai depois fui no apartamento dele de novo, quando fui levei as minhas colegas, as meninas ficaram tudo com nojo dele. Mas é assim ele... a gente só sai com ele porque ele paga muito bem as mulher, 200 reais o programa dele, só para a mulher fazer cocô em cima dele e sair. É podre”(Flávia, 21 anos).

Nas experiências fora do Brasil, as mulheres se deparam com um contexto cultural em que a vivência da bissexualidade e homossexualidade entra no cotidiano da sociedade sem grandes agressões.

“Que quando a gente chega lá, elas dão “maranhão” né,... os homens pede pra gente botar neles né, a gente coloca a camisinha e faz o gosto deles. Eu como sou safada, eu pergunto porque eles fazem aquilo, eles dizem que ali é normal, homem casado e diz que isso é normal. Eles gostam de ver uma mulher beijando com a outra, eles gosta que a mulher as vez bata neles.”(Beatriz, 24 anos)

No Brasil, a solicitação de determinada fantasia sexual, em alguns casos, vem decepcionar as mulheres que percebem o homem dentro de um imaginário de virilidade, dominação e poder, em casos em que a satisfação do cliente, mediante a manipulação de órgãos específicos como o ânus, desperta nas mulheres sentimentos de frustração.

“Eu conheci um americano bem alto. Um homem lindo, um americano lindo mesmo, aí eu tava com ele e ele tudo bem ... quando foi daqui a pouco ele falou que queria uma vela, eu disse que não tinha vela... Aí ele disse ‘então você vai procurar uma vela’ aí lembrou-se que tinha uma vela na bolsa dele e ele mandou eu colocar a vela no ânus dele, eu coloquei. Isso pra mim não foi bonito não, nem importante... quando a gente assim na boite sabe, ele me enchia de beijo por aqui, todo mundo pensava que a gente tava no maior amor, mas só eu sabia o quanto eu tava ganhando por aquela vela” (Elis, 37 anos).

Numa outra passagem encontramos,

“Menina, olha, eu já fui pra cama com homem que ele mandou eu dar na cara dele, ‘vá bata, bata na minha cara. Vá, deixa eu chupar. Bata com força, vá.’ Eu já fui pra cama com um homem que mandou eu botar uma garrafa de Coca-Cola no ‘oitio’ dele, ele gozou, baixou e não levantou mais” (Rosa, 38 anos)

No espaço prostitucional, as mulheres aprendem que o corpo é o único instrumento para garantir sua sobrevivência, sendo assim, existe por parte das mulheres um empenho em se manter em condições de dar continuidade a sua prática. Nas entrevistas que realizamos, detectamos o cuidado expresso com o corpo na revelação da frequência a médico, cuidado com a beleza, garantindo a estética e o se sentir bonita, mesmo naquelas em que o desgaste do tempo já demarca o momento de parar.

“Ah, eu cuido do meu corpo normalmente, sempre vou ao médico, agora tem um tempo que eu não tou indo ao médico de pele, mas sempre vou ao médico de pele, ao ginecologista” (Flávia, 21 anos).

No caso das prostitutas mais novas, como a beleza é aparente, os cuidados com o corpo são colocados em segundo plano, sem as exigências de quem precisa manter-se bonita.

“Salão, eu só fui uma vez pro salão, unha eu faço em casa mesmo. Não fui a ginecologista, não fiz pré-natal. Graças a Deus não peguei nenhuma venérea. (...) De vez em quando, quando tomo banho, boto creme para ficar mais liso o corpo, é só”(Rose, 19 anos).

Se, por um lado, as mulheres se percebem bonita, por outro, no que se refere à valoração sobre elas, ainda se encontra atrelada à possibilidade de receber maior remuneração. O valor de cada mulher está intrinsecamente ligado à possibilidade de investimento financeiro oferecido pelo outro. É o olhar do outro que garante o valor da prostituta.

“Eu me acho bonita, eu me acho às vezes eu me acho elegante, às vezes não me acho. E me acho inteligente. E me acho uma mulher muito forte, muito forte, pouco não, é muito.”(Elis, 37 anos)

Num outro momento,

“O valor do meu corpo, é como é que se diz, eu queria que o meu corpo fosse só ser de um homem, não de vários, entendeu? (...) Porque eu acho que o corpo da gente por mais que a gente seja, sempre tem valor, ele sempre tem um valor. (...) As vez a gente pede 50 dólar numa noite, o homem não quer dá, porque o homem diz que 50 dólar é muito caro, quer dá 30 real pra dormir a noite toda. Às vezes eu tou precisando, mas eu digo ‘não, você pegue o seu dinheiro e vá se embora’ porque aqui o meu corpo não tem valor, mas em outro lugar ele pode ter, que nem na Holanda. Os homem da Holanda, eles dá muito valor a mulher, apesar deles seu uns homens bissexual “(Beatriz, 24 anos).

No entanto, apesar dos discursos sobre cuidado com o corpo, vislumbrando a manutenção da prática, é frequente a vivência de gravidez e aborto. Quanto à gravidez, essa aparece como estratégia de substituição da solidão que sentem. No caso das adolescentes, por não dimensionarem o processo de gestação ou pelo simples fato de se apaixonarem.

“Eu queria meu primeiro filho, né. Quando eu fiquei grávida com 15 anos, Daniela também ficou do neguinho, ela fez ‘embora abortar Sílvia’, ‘Vou abortar não, meu primeiro filho’.”(Sílvia, 16 anos)

Em caso em que os filhos venham a ser os depositários das decepções da mãe, a relação estabelecida com eles é sempre permeada por sentimentos de culpa.

“... com 20 anos eu tive o meu neném de um estrangeiro.. Eu vivia aqui, ganhava o meu dinheiro, mas não tinha uma pessoa para ter amor, né. Não tinha amor de ninguém. Aí eu disse

‘é, vou arranjar um filho que é pra mim poder dar um amor que eu não tive, aí fui e arranjei esse menino’(Beatriz, 24 anos).

Nos momentos de paixão avassaladora, as mulheres apostam na vinda de um filho como estratégia de sair dessa vida, contudo nem sempre as investidas chegam a termo.

“... quando eu fiquei grávida eu tava em Santos, fiquei grávida em Santos de um americano. Mas eu não falei para ele que eu queria fazer uma surpresa. Eu morava num apartamento, quando fui descendo escorreguei, caí e perdi o bebê.”(Elis, 37 anos)

Quando os sonhos requeridos pelas mulheres não são alcançados, no que diz respeito a uma vida estruturada com um único parceiro, casa e coisas do gênero, a chegada de mais um filho repercute negativamente nas mulheres, que, sem condições de sustentação, apelam para o aborto como estratégia de livrar-se de mais despesas.

“(...) Porque eu não acho errado uma mulher fazer aborto, eu acho muito melhor pra ela porque ela não vai ter filho para depois não ter condições de dar uma educação, dar uma condição melhor de vida pra ele, então eu acho que pra jogar na rua ... Eu acho até melhor ela fazer um aborto.”(Beatriz, 24 anos)

Dada a situação econômica em que a prostituta se encontra, ter mais um filho surge como um complicador na vida das mulheres.

“E fiz o aborto, depois aconteceu que eu parei, eu tenho dois filhos, na época eu já tinha três que era esse meu menino. Eu tenho 3 filhos, já é difícil. Não tenho condições de viver com ele perto de mim, então mais um vai piorar. O pessoal fala que se dá pra comer um, dá pra comer dois ou três, mas não é não, fica mais difícil e aí eu fiz dois abortos “(Marília, 34 anos).

Na dinâmica de uma vida incerta, as mulheres, hoje, deparam-se com o inimigo invisível – a AIDS – não que cultuemos a visão de que os guetos de homossexual e de prostituta sejam indicativos de AIDS, mas não podemos negar que a falta de informação por parte de algumas adolescentes que na não dimensão de perigo não acreditam na doença, ou os casos em que as mulheres são sugestionadas a trocarem o uso do preservativo por

uma remuneração maior, colocando as mulheres numa situação de fragilidade, inclusive na negociação com seus parceiros.

“Quando não quer, vai sem camisinha mesmo. Porque é deles mesmo, eles não gosta. Não é todo homem que gosta não. Oxente, tenho medo de pegar não. Quem tem medo de pegar é que pega mesmo” (Rose, 19 anos).

Ou, ainda,

“ Gosto, mas quando peço camisinha tem um que não quer. Aí faz ‘vamo embora’, aí eu precisando, eu vou com ele” (Sílvia, 16 anos).

Ainda encontramos casos em que a dimensão do perigo da AIDS sai do real e é colocada num plano divino, religioso, é na busca de fortalecimento religioso que as mulheres atribuem não adquirirem o vírus da AIDS.

“Eu tenho medo da Aids, eu tenho medo, mas se eu tou precisando eu penso primeiro, como é que se diz, eu peço um conforto a Deus, que Deus ilumine o meu caminho e que isso nunca aconteça comigo.” (Flávia 21 anos)

No caso das prostitutas adultas, o poder de negociação com os clientes ocorre de maneira mais fácil, incluindo estratégias para driblar situações em que os clientes insistem com propostas financeiras mais audaciosas.

“... sempre eu gostei de usar preservativo, até mesmo se fosse caso assim como eu passei dois meses na Europa com um homem, de contrato. Desde o início que eu fiquei com ele eu usei preservativo. Quando não tinha preservativo que ele queria ter contato comigo, eu falava: ‘vamos comigo comprar preservativo’, daí eu sempre usei.” (Marília, 34 anos)

Para algumas mulheres, o controle sobre a AIDS apresenta-se como motivo de orgulho, isso leva as mulheres a realizarem exames periódicos como sistema de controle da saúde.

“Eu faço de seis em seis meses. Eu tenho prazer de ir lá buscar o meu resultado que eu sei que eu não tenho. Então, hoje eu tenho mais medo. E aconteceu um caso comigo e eu fiquei com muito medo, fiz exame, e graças a Deus não tenho nada não” (Elis, 37 anos).

Na esfera da sexualidade das mulheres, encontramos passagens que retratam uma característica identitária cultuada pelas mulheres, que é o ato de “evitação do gozo”, esse considerado como um acidente de percurso. O ato de gozar, para algumas mulheres, está relacionado ao sentir-se bem com o parceiro, seja pela troca de carinhos ou pelas impressões deixadas por este pela beleza física.

“Não, se gostar do homem assim, do rosto dele, a gente transando a gente goza . Mas, se não gostar do homem, não gozo não. Ele diz: gozou? ‘gozei’. É só ‘caô’”(Silvia, 16 anos).

Quando a relação é dosada por carinho, é possível as mulheres admitirem o ato de gozar, sem, contudo, estarem quebrando uma regra da prática prostitucional.

“Quando o homem é um homem que sabe fazer amor, fazer a mulher, porque têm muitos homem que eu não gozo. Quando é um homem que sabe fazer, sabe dar carinho, eu gozo. Não vou dizer que não gozo”(Marília, 34 anos).

Para algumas mulheres, a evitação não é possível na prática prostitucional, o gozo é colocado no patamar de sensação incontrolável, por mais experiência que as mulheres possam ter na prostituição. Encontramos essa afirmativa na fala de prostitutas e cafetinas mais velhas.

“ Eu não acredito nisso, porque, se a mulher tá transando com aquele homem, mesmo que seja por dinheiro, pode ser qualquer quantidade de dinheiro, ela chega, ela goza. Ela goza normal. Ela goza normal e no outro dia ainda fica lembrando....”(Elis, 37 anos)

Mesmo em casos em que a mulher não deseje o homem ou mesmo tenha por ele sentimentos negativos, o gozo não consegue ser controlado.

“... o homem sabe mesmo. Não tem quem prenda. O gozo, duvido. Eu já’ tive homem de ir pra cama com ele morrendo de ódio... nojento. Aquele, sabe, que a gente fica aqui com vontade de cuspir na cara e pedindo a Deus, contando os minutos ‘tomara, meu Deus, que já termine’ e chegava e o cara deixava você molinha. Ah, infeliz!”(Francisca, 45 anos)

Os atores que fazem parte dos grupos de convivência das prostitutas, constituem-se numa rede que, direta ou indiretamente, usufrui dos benefícios que a prática prostitucional pode oferecer. No espaço privilegiado da zona, garçons, donos de bares, donas de pensão, taxistas, flanelinhas, policiais e clientes mantêm uma estreita relação com as prostitutas no sentido de obter vantagens, estejam estas vinculadas à satisfação sexual ou financeira. É possível detectar a visão construída sobre a prostituição em sendo positiva ou negativa, a partir dos dividendos que essas possam oferecer aos interessados do grupo de convivência na zona. Por outro lado, encontramos também a realidade de violência a que são submetidas as mulheres por parte de clientes e policiais.

Alguns casos são bastante elucidativos e demonstram que as mulheres não estão alheias ao potencial lucrativo que elas representam para os grupos de convivência .

“Olha, a dona de bar é o seguinte, quando a gente está com homem, ela está rindo para gente, ela está adorando a gente, quando a gente tá sozinha é uma outra cara, é diferente, entendeu? A gente percebe, a gente vê a gente sente assim, porque eu sou analfabeta e não imbecil...”(Flávia, 21 anos).

Ainda encontramos,

“Vige Maria, com os garçons é um ó. Respeita, aonde eu vou respeitar. É meio lá, meio cá, no São Francisco. Quando a gente tá com gringo, eles sabe que vai ganhar, né. Mas, quando a gente tá só... a gente pede 50 centavos a eles para inteirar um negócio, um real, ele não dá não. Uma cerveja ele não dá, só com dinheiro” (Silvia, 19 anos).

A relação estabelecida entre prostitutas e cafetinas internacionais é perpassada por um misto de inocência e maternidade. Para algumas mulheres que vivenciaram experiências em clubes internacionais, a visão de exploração da cafetina que organiza o sistema de controle das mulheres para adquirir lucratividade, é percebido como forma de ajudá-las a organizarem suas finanças. Dessa forma, o regime de semi-escravidão é camuflado sob o símbolo de bondade e proteção dispensado pela cafetina.

“Ela deixa a gente sair domingo, no sábado a gente tem duas cervejas, no dia de domingo a gente saímos de 12 horas da tarde, chegamos de cinco horas da tarde. (...) Ela tá querendo ajudar as mulheres a ganhar dinheiro, trabalhar, juntar para trazer para o Brasil. Esse negócio de só sair uma vez por semana é bom porque, se a mulher sair todo dia para o comércio de lá, ela se ilude com coisas bonitas, coisa cara e vai gastar o dinheiro todo no comércio de lá. Ela vai trazer o que para o Brasil? Nada” (Beatriz, 24 anos).

O controle imposto pela cafetina implica inclusive em contratar homens para vigiar a postura da prostituta na rua e também checar se ela usa preservativo e consome drogas, o que seria um ato de violação as regras.

“Ela paga um homem pra testar a gente para saber se a gente usa droga, tem homem que sobe com cocaína, com heroína, com maconha, com haxixe.... Então, se a mulher for fazer aquilo, ela vai saber e a mulher é deportada. Quando a gente sai com um cliente dentro de casa, que a gente sai para o meio da rua, a gente não pode falar com o cliente, porque lá tem um vigia pago no meio da rua pra vigiar a gente” (Beatriz, 24 anos).

Na relação com os policiais, os casos de violência e estupro são encobertos pelo medo que as prostitutas têm de denunciar. As mulheres conhecem a regra do jogo e sabem que a exposição de qualquer fato que implique na idoneidade profissional do policial poderá surtir para ela um efeito desastroso. Com medo de morrer, as mulheres calam e assim vão reproduzindo um sistema de violência, exploração e abuso de poder.

“Foi assim: eu fui brigar com a mulher Nilda, aquela Nilda que tá morando em Boa Viagem, brigou eu e ela, aí chegou a polícia, arrastou a gente lá para o Brum. A gente levou tanto “bolo” na mão com aqueles paus. Eu disse: vou cagoetá, eu sou de menor, aí ele fez ‘vá para você ver. (...) Não, entreguei a Deus porque no tempo que eu fui estuprada, o rapaz disse: ‘se você for falar pra polícia, eu lhe mato’, eu disse: ‘pra mim perder minha vida, é melhor eu ficar do jeito que tou mesmo. Fui pra casa sangrando, cheguei em casa me deitei e não disse nada” (Silvia, 16 anos).

As mulheres reconhecem o nível de exploração no qual estão inseridas, contudo a dificuldade de administrar uma identidade de reconhecimento de cidadania no espaço da zona, vendo-se apenas a partir dos estigmas sociais criados, concorre para que a exploração, a rotina de não-solidariedade por parte dos grupos de convivência seja ministrado dentro de um ritmo de naturalização e conformismo.

“É, os taxistas cobram mais corrida, cobram demais, às vezes nem liga a tabela. E as donas de pensão cobra demais, digamos o salário mínimo é 112 reais, tem mulher pagando 150, 200, 300 reais cada mês de um quarto de pensão, onde ela tem uma cama, um guarda-roupa e até banheiro fora pra tomar banho... digamos que mora 10, 15 mulher, isso é uma exploração. (...) Agora tem essa coisa que as mulheres querer ser melhor ou pior mais do que as outras. Não existe isso. Eu acho que todas elas ali todo mundo é igual, que seja bonita, que seja feia, que seja velha, que seja nova, todo mundo é igual. Então, era uma classe para ser bem unida, não também explorar uma a outra. Então é exploração de vários tipos, em todos os sentidos, em toda parte” (Marília, 34 anos).

4.2 – O alter, amores e organização

As mulheres que fazem a prostituição, assumindo sua identidade no espaço reservado da zona Rio Branco, conhecem a representação que a sociedade elabora acerca da sua prática, a partir da referência do outro lado da ponte. Entretanto, se elas existem é porque alguém demanda seus serviços, a partir da constatação de uma representação bipolar, na qual, se por um lado identificamos a prostituta, por outro são revelados os atores que atravessam também a ponte em direção à zona Rio Branco. Neste estudo, procuramos identificar, a partir da representação das prostitutas, o que os homens que atravessam a ponte no sentido da zona vão buscar e encontramos variações de respostas que traduzem a leitura das mulheres à demanda produzida por cada cliente.

Segundo as mulheres, os homens, na sua travessia, buscam encontrar o que lhes falta no espaço privado. Nessa representação, a zona é colocada como locus de permissividade, esteja esta relacionada à sexualidade ou a nível de companheirismo não próprios ao espaço privado. Na tentativa de justificar sua prática, as mulheres colocam-se não como vítimas, mas, como pessoas que se justificam pela falta do outro.

“O brasileiro... muitos deles quando sai de casa, eles não querem sair de casa, passa muitas noites fora na rua porque a mulher, a mulher casada, ela não dá aquele amor totalmente. Às vezes, o homem chega em casa cansado, com problemas, procura conversar já está estressado, aqueles anos de vida casado, o homem também, então a mulher já acostumou naquela rotina, aí ele quer um carinho a mais, ela não encontra mais jeito de dar, ele vem para o lado de cá e

procura outra mulher. Às vezes, até se apega a essa mulher e vai viver com ela em outra casa.”(Elis, 37 anos).

Encontramos relatos em que a procura por outras mulheres está relacionada ao fato de as práticas sexuais em casa serem dosadas de regras e pudores ou, ainda, como sinônimo de instinto próprio da masculinidade.

“Porque ele não se conforma só com uma tem que ter duas, né? E aqui ele pode realizar a fantasia que a mulher dele não faz” (Rosa, 38 anos).

“Eu acho que a gente dá mais prazer pra eles” (Flávia, 21 anos).

A partir dessa representação construída acerca do que os homens procuram na zona como sendo algo diferenciado da sua vivência privada, as prostitutas elaboram uma visão sobre a relação estabelecida entre clientes e companheiras no âmbito privado. Elas que expressam o fracasso das relações sem dinamicidade, permissividade, descoberta sexual, etc, reproduzindo, desse modo, a visão de DaMatta(1989) na divisão espacial entre privado reservado a harmonia, sagrado e a rua destinada à transgressão, à competitividade e à permissividade sexual.

“Bom, eu acho o seguinte: elas se preocupam mais com a casa, a maioria delas se preocupa mais com a casa, com os filhos, com a limpeza da casa. Ela se esquece de se produzir um pouquinho dentro da casa, ela se esquece de chamar o marido para passear no fim de semana. De fazer uma aventura diferente para que ele perceba ela, porque só aquele cotidiano toda vida, toda cama, sempre naquela cama, sempre naquele quarto, ‘vamos para um motel hoje?’”(Elis, 37 anos).

Sentimentos de penalidade frente à falta de criatividade das esposas fizeram parte da representação construída pelas prostitutas.

“As mulheres deles, elas são pouco criativas eu acho. A pena que eu sinto delas é porque ela se acostumou tanto naquela rotina que às vezes nem percebem o marido que estão perdendo... elas só naquela rotina, não é? Tem mulher que fica só naquilo, fica na televisão, aí vai dar hora de se deitar, aí dorme, faz sexo, aquilo ali só... porque é como uma obrigação pra elas”(Elis, 37 anos).

Frente a atitude como essas, as prostitutas consideram-se mais inteligentes que as esposas dos clientes, conferindo sua experiência sexual como marco divisor das identidades espaciais, ou seja, ser mulher de casa ou mulher da rua.

“Eu não me acho melhor do que elas, também não me acho inferior a elas, entendeu, mas eu sou mais inteligente do que elas. Porque eu aprendi mais do lado de cá né e elas não tiveram essa oportunidade, espero que não tenha, que continuem casadas do outro lado” (Elis, 37 anos).

a) As Noivas do Porto

As mulheres que vivem no espaço da zona, conhecem seu destino, sabem dos riscos que correm no exercício de sua prática, administram as violências cometidas pelos grupos de convivência. Sabem que ocupam a falta do outro, mas acreditam na possibilidade de alguém ocupar a falta que carregam, o vazio que sentem, a falta de expectativa. E, como toda mulher, vivenciam amores românticos como os contos que lêem ou as novelas a que assistem, esperando em traduzir no seu cotidiano as fantasias e sonhos que alimentam na beira do porto. No tempo extraordinário de estada da tripulação de embarcações ou de homens de terra, as mulheres constroem sonhos de saírem da prostituição, apostando no investimento realizado por seus clientes. Atitudes como, comprar roupas, estabelecer um maior tempo no espaço da zona, oferecer carinhos e pedido de casamento têm levado as mulheres a transformarem-se nas noivas do porto.

“É um africano, gostei muito dele, ele passou um mês comigo, depois foi embora. Voltou e passou duas semanas comigo de novo. Eu gostei muito dele e ele disse que voltava em dezembro, ainda voltou e eu não sei se volta mais” (Flávia, 21 anos).

Às vezes, as paixões criadas pelas mulheres extrapolam tempo e, mesmo vivendo situações novas e diferenciadas, as mulheres fazem referência da pessoa amada.

“Ave Maria, me apaixonei, me apaixonei tanto. Sou louca... Eu tou morando com esse coroa, tá certo que ele me dá de tudo, não falta nada. Mas esse cara que eu me apaixonei, ainda eu sou apaixonada por ele, mora em Caruaru, tenho um filho com ele de 16 anos” (Rosa, 38 anos).

Encontramos relatos em que as mulheres, no desenvolvimento do amor romântico, idealizam no outro a sua alma gêmea, seu complemento, a parte que lhe falta e que lhe cabe. “O outro, seja quem for, preenche um vazio que o indivíduo sequer necessariamente reconhece – até que a relação de amor seja iniciada. E este vazio tem diretamente a ver com a auto-identidade: em certo sentido, o indivíduo fragmentado tornar-se inteiro”(Guiddens, 1993:56).

As mulheres, na investida nessa busca incessante, acreditam que sua validação só ocorrerá a partir do preenchimento de si pelo outro e, nessa perspectiva, transformam-se em eternas Penélopes que, neste movimento incansável de esperar os “Ulisses da vida”, se prendem às pedras e ao porto.

“Esse rapaz que eu gosto dele agora, ele é estrangeiro que ele tá pra vim. Então, na Holanda, nessa última viagem, arranjei esse rapaz, ele tem 21 anos, ele veio comigo para o Brasil, passou três semanas na minha casa, disse: ‘Beatriz, você quer morar comigo?’ Eu disse: ‘eu quero. Se você aceitar meu filho, você aceitando o meu filho é tudo o que eu quero. Não importa nem comê...’ Faz cinco mês que ele viajou. Eu escrevi para ele, mas só que a última carta que ele me escreveu tava dizendo assim na carta: ‘não escreva mais para mim porque mudei de casa e, quando eu pegar o novo endereço mando pra você. (...) Eu descobri que alguém tinha escrito pra ele dizendo que eu tava aqui me prostituindo, tava como se diz, voltei à nova vida de sexo. (...) No dia 13 ele tá pra chegar aqui, eu vou esperar no aeroporto, se ele não vier, eu não vou fazer nada porque eu fiz muita coisa por ele, vai depender dele reconhecer o que eu fiz...(Beatriz, 24 anos).

As mulheres do porto, embora tentem driblar os padrões convencionais instituídos pela sociedade maior, terminam reproduzindo-os fielmente. Apesar das justificativas, pudemos encontrar mulheres que se denominam de “plantão”, ou seja, estão noivas à espera da volta do embarcado.

“Me deixou aqui, está de plantão, de plantão é que a gente fala, né, em Salvador, quando você tá colocada de aliança. Isso pra mim é supérfluo. (...) isso demonstra uma responsabilidade, não para a sociedade, entendeu, para pelo menos dentro de mim. (...) E eu sei que é uma espécie de não estar traindo ele, porque eu sei que ele tá com a dele no dedo, eu acredito porque, toda vez que ele liga, ele me pergunta e bate no telefone com a aliança”(Paty, 28 anos).

É no alimento desse amor romântico que as mulheres apostam na sua saída da prostituição. Os discursos de se sentirem mais inteligentes que as esposas dos clientes, mais hábeis sexualmente, mais vividas do lado de lá da ponte, esbarram com o ideário de vida tão simples como os contos de fada e as novelas a que as mulheres assistem diariamente. Projeções de vida quanto a arrumar um marido que as tirem da prostituição, que ofereça casa e comida, fazem parte do imaginário social das mulheres pós-prostituição.

“Eu queria arrumar um marido, botar uma casa, quando ele for trabalhar eu ficar em casa fazendo comida pra ele né, arrumando a casa. Quando ele chegar, botar almoço para ele. Muito bom isso” (Rose, 19 anos).

Ou ainda, aquele homem que, no preenchimento do vazio interior da mulher, não abra espaço para ela lembrar do passado, destituindo-a, por completo, da identidade situacional vivida no espaço da zona.

“É a entrada de um homem. Mas, um homem de verdade, um homem que faça ela feliz, certo? Que faça dela todos os objetivos que ela procurou aqui e não achou. (...) o lugar dele ele não dá o tempo dela pensar nem um minuto nos gringos que ela teve anterior. Ele não deixa, ele não dá essa chance dela, porque ele retribui todo aquilo que ela passou, né. Ele faz ela feliz para que ela não pense. (...) pra ela esquecer de um estrangeiro bom que deu 600 dólar a ela, que deu mil dólar a ela, aquele outro que passou um mês com ela, aquele outro que continua escrevendo, que pediu para ela esperar quando ele voltasse porque foi muito bom pra ela, tudo isso passa (Elis, 37 anos).

b) O reconhecimento social e a organização das mulheres

No desenvolvimento desta pesquisa, procuramos revelar que condicionantes contribuem na formação identitária das mulheres e que reflexos estes impõem para o processo organizativo e político. Detectamos que a construção identitária das mulheres

ocorre a partir de condições e situações sociais restritas ao espaço geofísico, que elas ocupam – a zona. Até porque, assumir-se prostituta do outro lado da ponte implica tornar visível imagens negativas. Revelar-se para a sociedade, mediante os códigos prostitucionais, é expor uma identidade não aceita socialmente. Diante dessa constatação, as mulheres recorrem a subterfúgios e criam, para cada situação em que estejam inseridas, uma postura social, uma identidade social mais condizente com os ditames da sociedade maior.

“Mas eu sempre consegui fazer isso, mesmo agora eu consigo fazer isso. Eu tou aqui na prostituição, mas, quando eu vou para outro lado, eu, sou muito educada e aqui também sou educada, mas aí eu procuro me mostrar mais, eu procuro ser uma senhora, para que as pessoas não vejam em mim uma prostituta. Eu tenho vergonha de me vestir do outro lado como tal, de me apresentar assim durante o dia como uma prostituta, eu tenho vergonha de falar coisas que acontecem aqui no Porto do outro lado. Se eu estiver num restaurante ou num cinema ou numa loja fazendo compras, prá mim, eu me sinto envergonhada” (Elis, 37 anos).

O auto-reconhecimento como prostituta, com garantia de espaços de desenvolvimento de sua prática, não é vivido pelas mulheres. O olhar do outro, dando o tom de aceitação ou não da sua identidade, tem influenciado para o enfraquecimento de qualquer tentativa de organização. Some-se a isso, a proposta de revitalização do bairro que, na expulsão silenciosa das prostitutas e na desativação da zona, vem contribuir para que o reconhecimento social da prostituição, a partir de uma ótica de negação da prática, seja fortalecido.

“Está muito difícil. Antes era melhor, era mais movimento, era mais homem, era mais garotas aqui. E agora está mudando completamente. Quando não tinha esses bar aqui como o pólo do Bom Jesus, que quando existiam apenas os bar nessa rua, os homens procurava mais aqui. Agora não, se a gente quiser, agente tem que ocorre atrás, tem que entrar no meio deles mesmo com a cara de pau... (...) nós sente, porque, quando a gente passa, eles fica olhando tudo assim. Diz ‘olha, lá vai a piranha’. É verdade, pode não falar assim de boca, mas na mente falam” (Picirica, 36 anos).

Destituídas de uma identidade fortalecida, as mulheres transferem para um outro a idéia de organizar-se, não se incluem no processo organizativo, não querem ser vistas como prostitutas de carteirinhas e repassam para o outro a dimensão de se verem um dia organizadas e protegidas. Na realidade, procuram um respaldo institucional socialmente aceito, para que possam usufruir também de aceitação.

“Porque, se tiver a fim de botar, bota, né. Isso tá a cargo de você(referindo-se à pesquisadora-grifo nosso) colocar um negócio desse que proteja a gente”(Rosa, 38 anos).

Ou ainda,

“Eu penso que nesse tempo que acontecer isso eu não esteja aqui mais não. Mas devia ter... primeira coisa um advogado. E investir na segurança delas, porque elas coitadas, elas não têm ninguém por elas. (...) porque tendo um sindicato delas, eles sabe, qualquer um sabe que não pode dar tapa na mulher porque se não vai responder processo”(Marília, 34 anos).

E por fim, encontramos a atribuição da organização das mulheres nas mãos de pessoas participantes de alguma instituição legitimada socialmente.

“Eu falei: ‘é ela que dá a maior força às prostitutas aqui’. Porque estavam dizendo: ‘é difícil esse pessoal vir aqui’. Eu digo: ‘não, essa menina trabalha na Casa de Passagem, vem aqui dar força a gente, tudinho. E ela que está correndo atrás pra gente ter alguma coisa na vida aqui’. (...) Enquanto eu e outras não tivemos chance de encontrar uma coisa melhor, quer dizer, uma pessoa que deu uma força a gente. Eu acho que para as outras que estão para chegar.... Porque isso aqui não vai acabar nunca, não adianta. Não adianta a sociedade querer tirar a zona, porque sempre existiu aqui, foi aqui que nasceu e vai continuar assim. (...) Está tudo no meio, sociedade, prostituta, tudo, ladrão, veado e tudo bem. O que vai acontecer é isso, enquanto eles tenta fechar aqui, já tem nego abrindo do outro lado. Não acaba não. Não é como era antes, de jeito nenhum, mas não acaba não”(Picirica, 36 anos).

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Finalizando este estudo, podemos considerar que as mulheres constroem múltiplas identidade(s) social(is), na verdade, as experiências vividas nos espaços público e privado têm condicionado-as a manipularem suas identidades na tentativa de se verem aceitas nos diferentes espaços sociais.

Durante a pesquisa, foi possível observar como o público alvo, como seu processo de gênese prostitucional, até o assumir-se na zona foi construído. Tomando por base a trajetória de vida das informantes, podemos inferir que a quebra de valores socialmente aceitos dentro do contexto familiar através da violência doméstica, abuso sexual e exploração da mão-de-obra infanto-juvenil imprimiu uma influência forte no processo prostitucional experienciado pelas adolescentes/mulheres.

É comum encontrarmos nas populações periféricas a participação das mulheres na renda familiar. Isso implica, o que denominamos de gênese do processo de ruptura biográfica, no qual a assunção de tarefas impostas à adolescente redireciona sua fase de desenvolvimento. Outro aspecto apontado para o corte biográfico refere-se à vivência precoce da sexualidade sem condições estruturais psico-emocionais solidificadas.

De acordo com as informantes, o processo de vivência prostitucional se, por um lado, apresenta condições mais rentáveis e rápidas de acesso aos bens e aos serviços que não são conseguidos pelos recursos de trabalhos formais, por outro, as teias de relações estabelecidas após o assumir-se na prostituição conferem condições minóricas de as mulheres entrarem em outro tipo de alternativa financeira via trabalho formal. Sendo assim, o percurso traçado entre a entrada e saída da prostituição se apresenta dentro de uma

imagem piramidal, ou seja, a porta de entrada apresenta-se larga, porém, a porta de saída é estreitíssima. A partir dessa investida, as mulheres iniciam, então, uma vivência em que, mesmo arraigadas em ideários burgueses de profissão, sexualidade, relações amorosa e afetivas com genitoras, experienciam a negação desses preceitos quando vivenciam através da sexualidade condições diferenciadas das impostas “às mulheres de casa/sagrada”. É diante dessa constatação de uma sexualidade diferencial das submetidas pelas “mulheres de casa” que as entrevistadas constroem sua posição de superioridade, vivenciando sua identidade prostitucional em sua plenitude.

Esse diferencial entre mulher de casa e da rua é que possibilita as entrevistadas no cotidiano de prostituta estabelecer sua identidade situacional. Apesar de viverem a ambigüidade entre o anjo bom e mau, enquanto estão no contexto da zona, é possível se verem iguais, até porque as relações estabelecidas no espaço da zona colaboram para o exercício da identidade como puta.

Embora as mulheres se traiam ou confundam-se nos discursos, conseguimos detectar como o cotidiano na zona é permeado por significações que gradativamente vêm impregnar as mulheres e consolidar, mesmo que circunstancialmente, o assumir-se prostituta.

A dinâmica da zona com seus códigos, valores, regras, aspectos favoráveis e desfavoráveis, confere uma teia que, se não aprisiona, ao menos encarna nas mulheres sua identidade prostitucional, no período extraordinário em que se encontram no porto, e são portanto anjos maus. Percebemos, durante a pesquisa, que o desejo de saírem da prostituição, visto que se sentiam mau, humilhadas, inferiorizadas, vinha muitas vezes responder às expectativas do outro, a partir de uma visão da prostituta como alguém

vitimizado. Sendo assim, as mulheres em alguns casos manipulavam seus discursos a ponto de irem ao encontro da perspectiva dos clientes e/ou de quem interlocutava com elas.

Na tradução da prostituição como trabalho, as prostitutas oscilam entre assumir ou negar sua atividade profissional. Para aquelas que chegavam a encarar a prostituição como trabalho, o qual era colocado numa classificação de normalidade ou anormalidade, mesmo quando a justificativa de estar nessa posição estava atrelada à manutenção da família.

As tentativas de driblar o outro com discursos sobre a prostituição, colocando-se como vitimizadas e não como profissionais, não negam nas mulheres que todas exercem um ritual próprio e diferencial das “mulheres de casa”, que é “vender as carnes”. Na busca do entendimento do significado de “vender as carnes”, encontramos representações diversas que nos possibilitou melhor entender o “aprisionamento e/ou aceitação” da prostituição. Se o “vender as carnes” apresenta-se como divisor de água da condição de ser ou não prostituta, outros sentimentos são agregados à venda do corpo, como as relações sem afeto, indicando que as mulheres reservam, no seu íntimo, o desejo de se verem numa outra condição em que relações mais construtivas passam a ser perseguidas, como a busca da casa, do casamento, a saída da prostituição, apostando no eterno noivo, fortalecendo, com isso, a dicotomia público e privado e, conseqüentemente, os diferenciais de anjo bom e mau.

As mulheres, na vivência cotidiana da prática, aprendem a lidar com os diversos atores sociais, desfilando o tipo de identidade que cada ocasião exige. Dessa forma, sentem-se aceitas no porto e desempenham papéis do outro lado da ponte, buscando a aceitação social da sociedade maior. Essas manipulações se, por um lado, favorecem o transitar das prostitutas nos mundos público e privado, por outro, vêm a confirmar nossa hipótese de que

essa fragmentação identitária exerce influência no processo político organizativo. O resultado está posto, a não coincidência da identidade preterida com o reconhecimento social põe em conflito a identidade das mulheres, e conseqüentemente, qualquer movimento de organização. Diferente dos outros grupos minoritários, que dada a evidência de uma marca comum se junta na tentativa de enfrentamento do outro, ou seja, a relação nós/eles, as mulheres não conseguem organizar-se dado o grau de estigmatização construído socialmente à sua prática.

Como foi explicitado no último capítulo, o processo de organização das mulheres só poderá ocorrer mediante a interferência de uma instituição que seja socialmente aceita. As mulheres percebem sua prática baseada na visão do outro e desse modo, se vêem praticando algo que socialmente é negado, reproduzindo no seu espaço de convivência – a zona -, o discurso negador da prostituição, no momento que se cria uma hierarquia prostitucional e classificatória, transformando a zona numa subcultura reprodutora dos ditames sociais.

A pesquisa nos inclinou a ver a prostituta não como um objeto de estudo per si, mas levou-nos a refazer uma leitura do sujeito prostituta a partir das representações sociais criadas por elas e pelos diversos grupos de convivência que fazem parte da dinâmica da zona. Esperamos que os resultados deste estudo sejam aprofundados em pesquisas humanas e sociais, como também na área de saúde, visto que o fenômeno prostituição vem crescendo e gradativamente incorporando um público alvo privilegiado – as adolescentes -, que passam a conviver com processos comuns à prática no que se refere à gravidez indesejada, abortos consecutivos e ao próprio risco da AIDS e DST's.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE**, Maria Antônia Alonso de. **Revista Trabalho e Política nº 11**, MCS/UFPB, João Pessoa, Setembro, 1995.
- BACELAR**, Jeferson Afonso. **A Família da Prostituta**. São Paulo: Editora Ática, 1982.
- BASSIT**, Ana Zahira (org.) et alli - **Identidade: Teoria e Pesquisa**. Série Cadernos Puc/SP -20, Editora EDUC, São Paulo, 1985.
- BRANDÃO**, Carlos R. **Pesquisa Participante**. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985
- BENASSER**, Bartolome. “**Avant Propos**”. **Identités Collectives et Changements Sociaux - production et Affirmation de L’Identité**. (org. Pierre Tap). Colloque International de Toulouse. Toulouse: Ed. Sciences de L’Homme. 1979. In **ANDRADE**, Maria A. Alonso de. **Revista Trabalho e Política nº 11**, MCS/UFPB, João Pessoa, Setembro, 1995.
- BENAYON**, Joelle. “**Um Approach de l’Identité Juive**”. **Identités Collectives et Changements Sociaux - production et Affirmation de L’Identité**. (org. Pierre Tap). Colloque International de Toulouse. Toulouse: Ed. Sciences de L’Homme. 1979. In **ANDRADE**, Maria A. Alonso de. **Revista Trabalho e Política nº 11**, MCS/UFPB, João Pessoa, Setembro, 1995.
- BOURDIEU**, Pierre. **Espaço Social e Poder Simbólico**. In Coisas Ditas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- _____ - **Sociologia (Org.) Renato Ortiz**. São Paulo : Editora Ática, 1983.
- _____ - **A Economia das Trocas Simbólicas**, Revista de ciências Sociais, São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.
- _____ - **O Poder Simbólico**, Coleção Memória e Sociedade, Tradução de Fernando Tomaz, Lisboa, 1989.
- CARAVELAS**, Luciana. **O que os homens fazem e pensam sobre sexo**: Estudo sociológico que verifica a influência da idade e do estrato social na sexualidade do homem nordestino. Editora Universitária-UFPE, Série Teses Universitárias, Recife, 1994.
- CARPZOV**, Ana Rosa Lehmann. **Turismo e Identidade**: A construção de identidades sociais no contexto do turismo sexual entre alemães e brasileiras na cidade do Recife. Dissertação de Mestrado em Antropologia - UFPE, Recife, 1994
- CASTORIADIS**, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- _____, **As encruzilhadas do labirinto** - Os domínios do homem. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- CASTRO**, Ricardo V. de. **Representação Sociais da Prostituição na cidade do Rio de Janeiro**. In: **Spink**, Mary Jane(org) - **O conhecimento no cotidiano - As representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1993.
- CHEBEL**. Malek. **La Formation de L’Identité Politique**. Paris, PUF, 1986. In **Andrade**, Maria A. Alonso de. **Revista Trabalho e Política nº 11**, MCS/UFPB, João Pessoa, Setembro, 1995.
- COSTA**, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1986. In **CARPZOV**, Ana Rosa Lehmann. **Turismo e Identidade**: A construção de

- identidades sociais no contexto do turismo sexual entre alemães e brasileiras na cidade do Recife. Dissertação de Mestrado em Antropologia - UFPE, Recife, 1994
- COULON**, Alain. **Etnometodologia**. Petrópolis : Editora Vozes, 1995.
- DAMATTA**, Roberto da. **O que faz o brasil, Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro : Editora Rocco, 1989.
- DOLTO**, François. **Auto retrato de uma psicanalista**. São Paulo : Editora Jorge Zahar, 1990
- ESPINHEIRA**, Gey. **Divergência e Prostituição: uma análise sociológica da Comunidade Prostitucional do Maciel**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.
- FOUCAULT**, Michel. **História da Sexualidade - A vontade de saber**. 2ª ed. Rio de Janeiro : Editora Grael, 1979.
- _____ & R. Sennet. **Sexuality and Solitud**. London Review of book, 1981.
- _____ **Microfísica do Poder**. 4ª ed. Rio de Janeiro : Editora Grael, 1984.
- FREITAS**, Renan Springer. **Bordel Bordéis - Negociando identidades**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- GASPAR**, Maria Dulce. **Garotas de Programa - Prostituição em Copacabana e Identidade Social**. 2ª ed. Rio de Janeiro : Editora Jorge Zahar, 1988.
- GIL**, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4ª ed. São Paulo : Editora Atlas, 1994.
- GIDDENS**, Anthony. **A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas**. São Paulo : Editora Unesp, 1993.
- GOMES**, Alfredo Macedo. **O imaginário social da seca e suas implicações para a mudança social**. Dissertação de Mestrado em Sociologia - UFPE, Recife, 1995.
- GOUVEIA**, Taciana Mª de Vasconcelos. **Repensando Alguns Conceitos: Sujeito, Representação Social e Identidade Coletiva**. Dissertação de Mestrado em Sociologia/PIMES, UFPE, Recife, 1993.
- GUATTARI**, Felix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. 3ª ed. São Paulo : Editora Brasiliense, 1987.
- JODELET**, Denise. **Représentations Sociales: Phénomènes, concept et théorie**. In: **SPINK**, Marie Jane (org) - **O conhecimento no cotidiano- As representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1993.
- MALRIEU**, Phillipe. **“Genese des Conduites d’Identités”. Identités Collectives et Changements Sociaux - production et Affirmation de L’Identité**. (org. Pierre Tap). Colloque International de Toulouse. Toulouse: Ed. Sciences de L’Homme. 1979. In **Andrade**, Maria A. Alonso de. **Revista Trabalho e Política nº 11**, MCS/UFPB, João Pessoa, Setembro, 1995.
- LEITE**, Gabriela Silva. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro : Editora Rosa dos Tempos, 1992.
- LÚCIA, Amara**. **A difícil vida fácil**. **Petrópolis : Editora Vozes, 1984**
- MADUREIRA**, Sevy. **Bairro do Recife: Porto seguro da boemia**. Prefeitura da Cidade do Recife, SEPLAN, 1995.
- MERTON**, Robert King - **Anomia y conducta desviada**. Paidós, 1967. In: **VELHO**, Gilberto (org). **Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social**. 6ª ed. Rio de Janeiro : Editora Zahar, 1985.

- MINAYO**, Maria Cecília de Souza(Org). **Pesquisa Social** - Teoria, método e criatividade. 3ª ed. Petrópolis : Editora Vozes, 1994.
- MONTEIRO**, Marli Paiva. **Feminilidade - O perigo do prazer**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- MOSCOVICI**, Serge. **La psychanalyse: Son image et son public**. Paris, Press Universitaires de France, 1961/1976. In: **SPINK**, Mary Jane (org). **O conhecimento no cotidiano** - As representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo : Editora Brasiliense, , 1993.
- _____ **The phenomenon of social representations**. In: **Farr**, M e **Moscovici**, S. (eds). **Social representations**. Paris- Cambridge, Maison des Scienses de l’homme e Cambrigde University Press, 1984.
- MURARO**, Rose Marie. - **Sexualidade da mulher brasileira - corpo e classe social no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro : Editora Rosa dos Tempos, 1996.
- ORTIZ**, Renato. **Cultura Brasileira & Cultura Nacional**. 3ª ed. São Paulo : Editora Brasiliense, 1985.
- PAIVA**, Vera. **Evas, Marias e Liliths** - As voltas do feminino. São Paulo : Editora Brasiliense, 1990.
- PALMA**, Irma. **El embarazo adolescente desde una perspectiva de gênero**. In. Mémória Reunion de trabajo, Rede de las mujeres Latinoamericanas y Caribe, Issis Internacional,Santiago, Chile.
- PARENT**- Du-Chalet. **História da Prostituição XIXéme siècle**, 1981. In: **CARAVELA**, Luciana- **O que os homens fazem e pensam sobre sexo.**, Série Teses universitárias, Recife : Editora Universitária, 1994.
- PENNA**, Maura. **O que faz ser nordestino** - Identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina. São Paulo : Editora Cortez, 1992.
- _____ - **Identidade, Movimentos Sociais**. Política e Trabalho, nº 07, João Pessoa, CCHLA/PB, abril 1989.
- _____ - **Por um conceito de identidade para as Sociedades Complexas**. Anais do V Encontro de Ciências Sociais do Nordeste-Modernidade e Pobreza, Vol. I, Recife, 1991. In **GOUVEIA**, Taciana Mª de Vasconcelos. **Repensando Alguns Conceitos: Sujeito, Representação Social e Identidade Coletiva**. Dissertação de Mestrado em Sociologia/PIMES, UFPE, Recife, 1993.
- PERRUSI**, Artur. **Imagens da Loucura - Representação social da doença mental na psiquiatria**. São Paulo: Editora Cortes, Recife: Editora Universitária-UFPE, 1995.
- PIRES**, Dom José Maria. **O Grito de Milhões de Escravas** - A cumplicidade do silêncio. 2ª ed. Petrópolis : Editora vozes, 1986.
- RICHARDSON**, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo : Editora Atlas, 1985.
- ROBERT**. Nickie. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro : Editora Rosa dos Tempos, 1998
- ROMERO**, Elaine (org). **Corpo, Mulher e Sociedade**. São Paulo : Editora Papirus, 1995.
- RUBEN**, Guillermo Raúl. **Teoria da identidade: Uma crítica**. Anuário Antropológico, 1996 – Identidade, Etnia, Pós-modernidade. Construção do Gênero Parentesco Crítica. Editora Unb, Brasília, 1996

SÁ, Celso Pereira de . **Representação Sociais**: o conceito e o estado atual da teoria. In:
SPINK, Mary Jane (org) - **O conhecimento no cotidiano**- As representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo : Editora Brasiliense, 1993.
SEVERINO, Francisca Eleonora S. - **Memória da Morte, Memória da Exclusão - Prostituição, marginalidade social e reconquista da cidadania**.
SOUZA, Francisca Inar de – **O Cliente – o outro lado da prostituição**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1998.
SPINK, Mary, Jane (org). **O Conhecimento no Cotidiano** - Representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo : Editora Brasiliense, 1993.
TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais** - A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo : Editora Atlas, 1987.
VASCONCELOS, Ana. **SOS Meninas**. Recife : Editora CEPE, 1990.
VELHO, Gilberto. **Desvio e Divergência**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1985.

OUTRAS FONTES

Jornais

Diário de Pernambuco:

07/07/93, 05 e 14/09/93

10, 19 e 22/05/94, 05/07/1994, 16/10/94, 07/10/94

03 e 06/03/95, 16/04/95, 18/05/95, 01/06/95, 17/08/95, 24/09/95, 06, 10 e 13/10/95

01, 07, 25/08/96

23/08/98

Jornal Commercio:

01/09/91

26/01/92, 23 e 26/12/92

29/06/93, 06 e 13/09/93, 18/10/93, 14/11/93, 05/12/93

10/03/94, 12/08/94

05/03/95, 26/04/95, 10, 12 e 26/05/95, 12/06/95, 11/10/95

05/08/96, 29/09/96

Folha de São Paulo:

31/01/92

02/01/94, 10/02/94, 13 e 18/09/94, 24/07/94

11/05/95, 27/05/95, 10/06/95, 08/08/95, 26/09/95, 27/09/95, 06/10/95

12/04/96

Diário do Nordeste:

16/03/93

Jornal do Brasil:

15 e 21/09/91

Estado de São Paulo:
28/06/93

Revista Cláudia:
Mês 09/93

Revista Isto é:
07/09/94 e 14/02/96

Relatório Programa Apoio a Trabalhadora do Sexo – Casa de Passagem

Março a julho de 1994

Pesquisa da Casa de Passagem:

Meninas de Rua: Dimensão/Trajatória/Sobrevivência. Editora CEPE-Casa de Passagem, Recife, 1992.

ANEXO

GLOSÁRIO

Batalhar = Fazer prostituição

Boca de se foder = pessoa mesquinha

Bolo = não pagamento do trabalho realizado

Boy = jovens abastados

Broteada = sexo oral

Cagoeta = entregar, delatar

Caô = mentira quanto a efetivação do gozo

Chupada = sexo oral

Cuzinho = diminutivo de ânus

Fazer à francesa = sexo oral

Maranhão = pênis de borracha utilizado nas relações sexuais

Mula = doença venéres

Oitio = ânus

Plantão = está noiva com aliança

Revés = represália

Rola = pênis

Veve = variação do verbo viver

Xingar = reclamar